



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**THAÍS MAYARA PAES DE LIMA**

**“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo  
sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI)**

**TERESINA (PI)  
2019**

THAIS MAYARA PAES DE LIMA

“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo  
sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Antropologia da Universidade  
Federal do Piauí, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Leila de Castro  
Pereira

TERESINA (PI)  
2019

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

L732n Lima, Thais Mayara Paes de Lima.  
“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo sobre a mineração no Território Quilombola Lagoas (PI) / Thais Mayara Paes de Lima . - - 2019.  
110 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,  
Programa de Pós-graduação em Antropologia, Teresina, 2019.  
“ Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Leila de Castro Pereira

1. Antropologia. 2. Território Quilombola- Lagoas (PI).  
3. Mineração. 4. Conflito Sócioambiental. I. Título.

CDD: 301

THAIS MAYARA PAES DE LIMA

“Nas entranhas do sertão, nossa riqueza é nosso chão”: um estudo sobre a  
mineração no Território Quilombola Lagoas (PI)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, como  
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em  
Antropologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Leila de Castro Pereira – PPGANT/UFPI  
Orientadora/Presidente

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Ferreira Nascimento – PPGANT/UFPI  
Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natacha Simei Leal – UNIVASF  
Membro Externo

---

Prof. Dr. Celso de Brito  
Membro Suplente

**Minha Terra - (Isabel Macêdo, Comunidade Capim)**

*Como é bom viver aqui  
É tão aprazível a natureza  
Ouvindo o canto dos pássaros  
Na alvorada, que beleza!  
Absorvendo o ar puro  
Nos dá saúde com certeza.*

*Mas estamos ameaçados  
Com uma tal exploração  
À procura de minerais  
**Nas estranhas do sertão**<sup>1</sup>  
Repudiaremos e defendemos  
**As riquezas do nosso chão***

*Aqui vivemos sossegados  
Da pecuária e agricultura  
Preservando as tradições  
De nossos ancestrais, a cultura  
E pretendemos transmitir  
Para as gerações futuras.*

*Esta terra tão querida  
De um povo honesto e trabalhador  
Que vive do suor do seu rosto  
Enfrentando a seca e o calor  
Em meio aos desafios  
Este povo é vencedor.*

*Herdamos de nossos ancestrais  
Amor ao trabalho, disciplina e religião  
Somos um povo unido  
E nos destacamos na educação  
Nossa terra é nossa vida  
E dela colhemos o pão.*

*A natureza lamenta e chora  
Temendo ser destruída  
Tendo as matas devastadas  
Desertificadas e sem vida  
Ferindo o meio ambiente  
Faltando nas mesas a comida*

*Mineradora não traz benefício  
Só desgastes, dores e sofrimento  
Poluição, contaminação e mortes  
Nos rios, assoreamento  
Mariana e Brumadinho  
Nos servem de exemplo.*

*Portanto imploramos aos santos  
E de nosso Pai Redentor  
Que nos deixem em paz  
Onde viveu nossa vó e nosso avô  
Pois nossa terra é sagrada  
Com as bênçãos de Nosso Senhor.*

---

<sup>1</sup> Título dessa dissertação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo conhecimento, pelas experiências vividas, por estar presente em todos os momentos da minha vida e por permitir que eu compartilhe esse momento tão importante. À minha família pelo apoio incondicional, incentivo e principalmente pelo amor, carinho e respeito. Obrigada por tudo mãe, pai e irmãos... Amo vocês.

Agradeço, com muito amor e carinho, às pessoas do Território Quilombola Lagoas que tive contato no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa: as famílias de Lagoa de São Vítor, Lagoa das Emas, Lagoa do Moisés, Lagoa das Cascas, Lagoas dos Prazeres, Lagoa Rasa, Lagoa da Firmeza, Lagoa do Calango e, especialmente, às famílias de Xique-Xique. Muito obrigada por compartilharem comigo suas histórias, memórias e anseios, sem vocês esse trabalho não seria possível.

Ao Nivaldo e sua esposa Laurice pela hospedagem e hospitalidade em sua casa durante meu trabalho de campo. O carinho e a amizade que tiveram comigo nesses dias de estada fizeram me sentir como “parte da família”, obrigada por confiarem em mim.

Imensa gratidão à minha orientadora, a professora Márcia Leila, primeiramente por ter acreditado no meu trabalho e aceitado me acompanhar nessa trajetória, e por se dedicar e compartilhar seu conhecimento na construção desse trabalho. Não tenho palavras para agradecer todas as nossas conversas e incentivos, pela leveza e companheirismo, mesmo quando eu chegava em sua sala cheia de angústias, dramas e ansiedades, ainda assim era compreensiva e amiga. Muito obrigada!

Aos professores do PPGAnt que se mostraram competentes e amigos, me deram incentivo, conhecimento e um novo olhar sobre a Antropologia: Carmen Lúcia, Raimundo Nonato, Andrea Scabello, Alejandro Labale, Joina Borges, Mônica Araújo e, em especial, a professora Lídia Noronha e professor Potyguara pelas suas contribuições no exame de qualificação. Agradeço, novamente, ao professor Raimundo Nonato e também ao professor Celso por terem gentilmente aceitado participar da banca examinadora e acrescentar importantes ponderações.

Aos colegas da turma do mestrado Ricardo, Alice, Amélia, Pamêla, Tai, Maria-Clara e Gabi pelas constantes trocas de experiências, saberes e angústias. Obrigada pelo companheirismo e por proporcionarem momentos descontraídos à essa etapa de pós-graduação. Agradeço, também, a paciência e disponibilidade de Natanael, servidor na secretaria do PPGAnt.

Aos meus amigos, agora mestres, Bruno Vítor, Maia, José Maria que se fizeram presentes em todo o processo do mestrado. Muito obrigada pelo apoio, incentivo e por aguentarem meus lamentos, angústias e pelas contribuições nesta pesquisa.

Aos professores, e também amigos, Nívia Paula, Leandro Mageste (UNIVASF) e Gerlane (IFPI) pelo apoio, contribuições e idas ao campo. Gratidão também ao Colegiado de Antropologia da UNIVASF, em especial à professora Natacha pela acolhida e por aceitar participar da banca examinadora deste trabalho, e ao professor Henrique pela orientação de estágio e por compartilhar seus conhecimentos em docência, contribuindo significativamente para meu bom desempenho nas aulas ministradas na disciplina de Etnologia Ameríndia.

Agradeço também às minhas amigas e amigos sanraimundenses: Camila, Michele, Dani, Vivi, Luana, Érica, Vanda e Claudio, que por muitas vezes aguentaram minha choradeira e mesmo com os meus sumiços constantes nunca desistiram de mim, sem contar as vezes que me levaram para dar um “rolê” pela cidade e espairecer. E minha imensa gratidão à minha amigona de infância Alana, que não só me acolheu em sua casa nos meus “tempos de Teresina”, mas que me deu todo apoio, sempre disponível para ouvir minhas angústias e vibrar com as minhas conquistas.

Meu muito obrigado também aos queridos Hidelbrando, Roseli, professor Gustavo Durão e professora Cristiane que me animaram nessa trajetória e que me incentivaram a continuar. Obrigada pelas conversas e pelos ensinamentos.

Agradeço também ao professor Hélder, que desde a graduação em Turismo me apresentou o universo da Antropologia e acreditou em mim enquanto pesquisadora dessa área. Obrigada pelos conselhos, paciência, confiança e, principalmente pelos ensinamentos.

E por fim, à Universidade Federal do Piauí, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, e à CAPES por ter concedido uma bolsa que oportunizou recursos que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo se propõe a refletir sobre o conflito socioambiental no Território Quilombola Lagoas ante a instalação da SRN Mineração, tendo em vista que, nos últimos dez anos, têm sido registradas atividades de mineração em São Raimundo Nonato, sobretudo na área que abrange o Território Quilombola Lagoas. O referido território vem sendo avaliado para ações de empresas mineradoras, pois o Piauí é rico em minério de ferro em grande parte da sua extensão territorial, e tais empresas tem feito grandes investimentos com a finalidade de explorar esses recursos. Desta forma, o estudo versa, fundamentalmente, sobre a percepção da população do Quilombo Lagoas diante das ameaças advindas da atividade mineradora. A construção desse trabalho foi realizada a partir das vivências e narrativas dos meus interlocutores que me permitiram conhecer os principais acontecimentos em torno da mineração, suas percepções sobre a forma eles foram ou serão impactados. Assim, o foco etnográfico desta pesquisa está nos impactos socioambientais das comunidades quilombolas atingidos diretamente pela mineração, sobretudo da Comunidade Xique-Xique – *locus* desta pesquisa – e no processo de mobilização e enfrentamento desses atores.

**Palavras-chave:** Mineração. Território Quilombola Lagoas. Conflito.



## **ABSTRACT**

The present study aims to reflect on the socio-environmental conflict in the Quilombola Lagoas Territory regarding the installation of SRN Mineração considering that, in the last ten years, mining activities have been recorded in São Raimundo Nonato, especially in the area covering the Quilombola Territory Lagoas. The referred territory has been evaluated for shares of mining companies, since Piauí is rich in iron ore for much of its territorial extension, and such companies have been making large investments in order to exploit these resources. Thus, the study is fundamentally about the perception of the population of Quilombo Lagoas facing threats from mining activity. The construction of this work was made from the experiences and narratives of my interlocutors that allowed me to know the main events around mining, their perceptions about the way they were or will be impacted. So, the ethnographic focus of this research is on the social and environmental impacts of quilombola communities directly affected by mining, especially the Xique-Xique Community - the locus of this research - and on the process of mobilization and confrontation of these actors.

**Keywords:** Mining. Quilombola Territory Lagoas. Conflict.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABA- Associação Brasileira de Antropologia  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CECOQ – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado do Piauí  
CEMEC – Centro Museológico de Experimentação Comunitária  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
DPE – Defensoria Pública do Estado do Piauí  
DPU – Defensoria Pública da União  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano  
GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais  
IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IFPI – Instituto Federal do Piauí  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LI – Licença de Instalação  
LO – Licença de Operação  
LP – Licença Prévia  
MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração  
MPF – Ministério Público Federal  
MPPI – Ministério Público do Estado do Piauí  
NMB – Notícias de Mineração Brasil  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PIB – Produto Interno Bruto  
ONG – Organização Não-Governamental  
PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente  
Rima – Relatório de Impacto Ambiental  
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SEMAR – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí  
UESPI – Universidade Estadual do Piauí  
UFPI – Universidade Federal do Piauí  
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco  
TCU – Tribunal de Contas da União

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas.....	38
---	----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01: Distribuição por núcleo das famílias e pessoas no Território.....	29
--	----

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01: Diagrama das interações entre o Quilombo Lagoas e as demais entidades.....	37
Gráfico 02: Diferença entre impactos locais e efeitos derrame, com exemplos de algumas das suas expressões mais comuns.....	50
Gráfico 03: Processo de formação dos movimentos sociais contra a mineração do Quilombo Lagoas.....	98

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01: Croqui do acesso de São Vitor a Xique-Xique.....	20
Figura 02: Mapa do Território Quilombola Lagoas.....	23
Figura 03: Mapa das Potencialidades do Estado do Piauí.....	43
Figura 04: Croqui da Comunidade Xique-Xique.....	69

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Roda de Conversa do Quilombo Lagoas, na Comunidade Lagoa das Emas....	35
Fotografia 02: Exposição cultura material de São Vítor.....	44
Fotografia 03: Cartaz em exposição no beco.....	44
Fotografia 04: “Roçado” do Seu Nivaldo e o umbuzeiro.....	65
Fotografia 05: Domínio da roça: pastagem da criação.....	66
Fotografia 06: Domínio do quintal: criação de .galinhas.....	66
Fotografia 07: Cabras e bodes descansando na sombra das árvores.....	67
Fotografia 08: Área da comunidade em que há campo clube, mercearia e campo de futebol.	70
Fotografia 09: Poço perfurado para sondagem mineral.....	83
Fotografia 10: “Os variantes”.....	88
Fotografia 11: Morro desmatado pela mineradora.....	89
Fotografia 12: Vista para a exploração do Morro Alto.....	89
Fotografia 13 Devota no oratório da Cova da Tia.....	94
Fotografia 14: Devotos acendendo vela no túmulo.....	94
Fotografia 15: Reunião na Comunidade Capim (Dirceu Arcoverde).....	96

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
Inserção no campo e percurso metodológico.....	15
Contextualização do Território Quilombola Lagoas.....	22
Estrutura do Trabalho .....	39
<b>MINERAÇÃO, TERRITÓRIO E CONFLITO</b> .....	40
Mineração no Quilombo Lagoas: primeiros olhares.....	40
Produção de conhecimento antropológico em um “campo minado” .....	45
Desenvolvimentismo, Extrativismo e Neoextrativismo .....	47
A atividade minerária no Brasil .....	52
Piauí: a nova fronteira do minério .....	54
<b>DA “SONDAGEM” AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A instalação da SRN</b>	
Mineração no Território Quilombola Lagoas.....	59
“Quando se ouviu falar em mineração”: a presença de carvoarias no Quilombo Lagoas ...	60
O Povoado Xique-Xique.....	63
“ <i>Só vi os carros passando...</i> ”: a chegada da SRN Mineração em Xique-Xique.....	71
A Instalação da SRN Mineração e o processo de Licenciamento Ambiental.....	74
<b><i>TEMOS ESSA TERRA PARA VIVER.. ELA NÃO ESTÁ LIVRE PARA MINERADORA</i></b>	
.....	80
A Sondagem do Minério de Ferro .....	81
“ <i>Eu pensei que aquilo ali não ia impactar ninguém...</i> ” .....	85
“ <i>Nós não queremos mineração!</i> ”: Organização, mobilização e resistência no Território Quilombola Lagoas .....	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propõe a refletir sobre o conflito socioambiental no Território Quilombola Lagoas ante a instalação da SRN Mineração, tendo em vista que, nos últimos dez anos, têm sido registrados atividades de mineração em São Raimundo Nonato - região que abriga o Parque Nacional Serra da Capivara, o Parque Nacional Serra das Confusões e o Corredor Ecológico Capivara-Confusões<sup>2</sup>, e nos demais municípios que compõem o Território Serra da Capivara<sup>3</sup>: Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fatura do Piauí, Guaribas, João Costa, Jurema, Lagoa do Barro do Piauí, São Braz do Piauí, São João do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca, e sobretudo na área que abrange o Território Quilombola Lagoas.

O referido território vem sendo avaliado para ações de empresas mineradoras, pois o Piauí é rico em minério de ferro em grande parte da sua extensão territorial, e tais empresas tem feito grandes investimentos com a finalidade de explorar esses recursos. Em 2016, a empresa SRN Mineração anunciou, em reunião com o governador Wellington Dias no Palácio de Karnak, a operacionalização da mineração nos municípios de Fatura do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato, Dirceu Arcoverde e Bonfim do Piauí. Entretanto, não foi levado em consideração, seja pela empresa ou pelo Estado, que parte da área a ser explorada pela mineração está inserida dentro de um território quilombola – Comunidade Cova da Tia (Bonfim do Piauí) e Comunidade Xique-Xique (São Lourenço do Piauí). Vale ressaltar que as pesquisas geológicas tiveram início em 2009 por intermédio de outras mineradoras, e somente em 2014 os projetos de mineração atuantes no território passaram a integrar o projeto de minério de ferro da SRN Mineração.

Desta forma, o estudo versa, fundamentalmente, sobre a percepção da população do Quilombo Lagoas diante das ameaças advindas da atividade mineradora. Assim, o foco da pesquisa está nos impactos socioambientais das comunidades quilombolas atingidos

---

<sup>2</sup> Criado em 2005, o corredor ecológico conecta as duas unidades de conservação e corta o território de nove municípios: São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Tamboril do Piauí, Brejo do Piauí, São Braz, Anísio de Abreu, Jurema, Caracol e Guaribas.

<sup>3</sup> Os Territórios de Desenvolvimento constituem as unidades de planejamento da ação governamental do Estado do Piauí, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento. A ação governamental é efetivada mediante a formulação do Plano Plurianual de Governo, das Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual, dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios e do Plano de Desenvolvimento do Estado do Piauí. (SEPLAN).

diretamente pela mineração, sobretudo da Comunidade Xique-Xique – foco empírico desta pesquisa – e no processo de mobilização e enfrentamento desses atores. O Território Quilombola Lagoas é um conjunto de 118 comunidades, com área de 62.365,8 hectares e mais de 1.400 famílias, um espaço que abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, Fartura do Piauí, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Dirceu Arcoverde, tendo seu reconhecimento ocorrido em 2008 pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o processo de regularização fundiária iniciado em 2011 pelo INCRA.

### **Inserção no campo e percurso metodológico**

Lembro-me da primeira vez que ouvi falar da presença de fazendas escravagistas em São Raimundo Nonato. Eu estava no ensino médio e era uma palestra de história. Não fazia ideia, até porque sempre associei fazendas escravagistas à grandes engenhos no litoral do Nordeste, como comumente vemos nos livros de história. Surpresa maior ainda foi saber que no lugar que eu moro existe um quilombo, assim, o fato de existir um modelo escravagista de fazendas de gado - que se difere dos engenhos de cana-de-açúcar e com o sistema no qual estamos familiarizados no Brasil- havia me causado admiração.

Ao terminar o ensino médio decidi cursar Turismo na UFPI de Parnaíba, dando continuidade aos estudos, visto que havia feito curso técnico em hospedagem. Não tive muita afinidade nas disciplinas que envolviam hotelaria, eventos e agência de viagens, preferia aquelas sobre meio ambiente, antropologia, patrimônio e cultura. E foi no período do estágio obrigatório que tive a certeza de qual caminho no turismo eu iria seguir, quando fiz o estágio I e II em uma ONG internacional de combate à pobreza, a Care Brasil.

Durante o estágio, em 2014, tive a oportunidade de trabalhar no projeto “Nós fazemos a diferença no desenvolvimento sustentável na Rota das Emoções”, projeto este que tinha como objetivo o “emponderamento local e desenvolvimento sustentável, fortalecendo capacidades de governança entre a sociedade civil e poder público nos 14 municípios que integram a Rota das Emoções no Piauí, Ceará e Maranhão”. Nesse momento decidi guiar meus passos nos estudos de turismo em comunidades e direcionei meu trabalho de conclusão de curso ao Turismo de Base Comunitária.

Sabendo do meu interesse em pesquisar em comunidades, um amigo, que estudava Arqueologia na UNIVASF na época, me apresentou um projeto de extensão que estava sendo executado na Comunidade Lagoa de São Vítor, no qual logo em seguida fui chamada a fazer

parte. O projeto de extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, intitulado “Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vítor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular, 2013 – 2014”, tinha como foco os temas como patrimônio cultural, memória social, meio ambiente e turismo de base comunitária.

Desse modo, realizei minha pesquisa para a monografia da graduação em Turismo com o tema Turismo de Base Comunitária na Comunidade São Vítor, haja vista o interesse local em se “desenvolver” uma atividade que pudesse gerar emprego e renda na comunidade quilombola Lagoa do São Vítor, de potencial arqueológico, paleontológico, paisagístico, cultural e histórico, visto que, com base na experiência do projeto e segundo os moradores de São Vítor, o turismo comunitário poderia contribuir com o “desenvolvimento local”.

Finalizada a graduação, fui chamada para trabalhar como consultora em um projeto, ainda na ONG que estagiei, na cidade de Jaguaribara, no estado do Ceará. O projeto faz parte de um projeto social da Danone, no qual as famílias de um assentamento rural recebiam lotes de pasto e vacas para produção de leite e depois o leite era repassado para Danone. Na vertente social, a Care ficava responsável pela mobilização e gestão comunitária, produção de horta comunitária com as mulheres, turismo rural com os jovens e educação ambiental com as crianças, sendo esses dois últimos as ações nas quais me dediquei.

Encerrado o projeto, no final de 2015, retorno à São Raimundo Nonato e retomo as minhas pesquisas na comunidade quilombola Lagoa de São Vítor, dessa vez com a experiência de trabalho com turismo comunitário no Ceará. Aproveito o momento então para buscar ingressar em um programa de mestrado, e naquele ano me inscrevi no programa de mestrado em Meio Ambiente na UFPI, mas por um motivo pessoal não pude ir a Teresina realizar a prova da seleção. Então, no ano seguinte realizei a seleção de mestrado em Antropologia, uma área que sempre me instigou e me despertou uma afinidade no período em que fui monitora da disciplina Antropologia do Turismo e, para minha felicidade, consegui êxito na seleção.

A princípio, a ideia era trabalhar nesta pesquisa os aspectos culturais da comunidade São Vítor como atratividades para o turismo, bem como a proteção e salvaguarda de seu patrimônio, à luz da educação patrimonial. Assim, seriam abordados os efeitos causados pela operacionalização da atividade turística, bem como a percepção da população nativa de São Vítor acerca das mudanças decorrentes do turismo em seu território, além da relação dos patrimônios – material e imaterial – com essas práticas turísticas.

Em julho de 2017 aproveitei a ocasião da realização dos festejos de São Vítor, e a ida dos estudantes da UNIVASF, para observar as possibilidades de campo e definir os próximos



passos da minha pesquisa. A finalidade da ida dos extensionistas da UNIVASF à São Vitor era a organização dos festejos do padroeiro que seria realizado na semana seguinte.

Nessa época, o tema mineração estava presente de modo significativo nas vivências e conversas dos moradores do quilombo, e então, em meio à discussão sobre as atividades que seriam realizadas na comunidade, o presidente da associação do Território Lagoas – Cláudio Teófilo - questionou os moradores sobre a mineração e sugeriu que esta era uma oportunidade para expor aos demais o que estava acontecendo, com o intuito de fortalecer a luta contra a empresa que estava se instalando. Dentre um relato e outro pude perceber que aquela discussão me afetou, não no sentido de me pôr no lugar do nativo ou desenvolver uma empatia, mas no sentido de “ser afetada” como posto por Favret-Saada (2005) ao colocar que “o próprio fato de que aceito ocupar esse lugar e ser afetada por ele abre uma comunicação específica com os nativos: uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não” (FAVRET-SAADA, 2005: 159). E é nesse “ser afetada” e observação do cenário atual que decido redimensionar meu tema e pesquisar o Território Quilombola Lagoas sob a perspectiva da mineração.

Outra visita exploratória decisiva para a reafirmação daquilo que eu pretendia tomar como pesquisa foi uma reunião que participei na Comunidade Lagoa do Moisés, no final de janeiro de 2018. A reunião tinha como pauta discutir os projetos que estavam sendo desenvolvidos no território quilombola e àqueles que possivelmente serão implementados – como o projeto de turismo rural de base comunitária – além do cadastro das famílias do quilombo no Cadastramento Ambiental Rural<sup>4</sup> que, segundo a Associação do Quilombo Lagoas, poderia servir como uma medida protetiva para o território em relação à mineração que já havia iniciado suas atividades em algumas comunidades do quilombo. Fui então apresentada à comunidade, por intermédio da Cáritas, como a turismóloga que participaria do projeto de turismo rural comunitário e como pesquisadora.

Nesse dia, ao ver os representantes da associação, e alguns dos moradores de Moisés e comunidades vizinhas reunidas, debatendo sobre ações para impedir a ação da mineradora e garantir a permanência no território me deixou bastante instigada e disposta a adentrar na temática da mineração. Assim, avalio a seguinte reunião como relevante e oportuna para a

---

<sup>4</sup> É um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais. A inscrição no CAR possibilita o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural. Representa o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental, além de constituir-se em requisito para determinados programas, benefícios e autorizações.

presente pesquisa, pois me permite observar o posicionamento das lideranças e como a comunidade tem reagido à presença da mineração no território.

Metodologicamente, a presente pesquisa é guiada pela antropologia e ecologia política, pois tais áreas me permitem visualizar o conflito, os impactos socioambientais e posicionamento dos atores impactados pela mineração. Paul Little (2006), portanto, relaciona a antropologia com a ecologia política ao propor um guia teórico e metodológico a partir da “ecologia política como etnografia” e coloca que a etnografia dos conflitos socioambientais difere da etnografia tradicional, pois o foco da etnografia não é o modo de vida de um grupo social, mas a análise dos conflitos socioambientais e suas múltiplas interações sociais e naturais, sem contar que, não trata de um grupo social, mas lidar simultaneamente com vários grupos sociais.

Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. Como os antropólogos trabalham diretamente com muitos desses grupos – povos indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados – a etnografia dos conflitos socioambientais explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados. Nesse sentido, o uso de uma metodologia etnográfica representa um aporte significativo da antropologia à ecologia política (LITTLE, 2006: 92).

Desenvolvo essa pesquisa por meio dos dados etnográficos produzidos a partir de reuniões e acontecimentos na comunidade central do quilombo, a Comunidade Lagoa das Emas – sede da Associação do Quilombo Lagoas pela sua centralidade política e por ter iniciado a mobilização do quilombo no processo de reconhecimento -, visitas às comunidades atingidas diretamente pela mineração, a Comunidade Cova da Tia, e principalmente a Comunidade Xique-Xique – foco empírico desta pesquisa. Considero também eventos externos ao quilombo Lagoas, mas que contaram com a participação dos representantes do quilombo e que o tema relacionado era território e/ou mineração.

Sobre as visitas às comunidades do quilombo, sejam elas impactadas diretamente pela mineração ou não, comparo-as com as visitas apontadas por Márcio Goldman (2003) em sua pesquisa em Ilhéus quando ele diz que aconteceu em “ritmo descontínuo e visitas mais ou menos curtas distribuídas ao longo de um amplo período de tempo” (GOLDMAN, 2003: 454), em oposição ao ideal de campo prolongado proposto por Malinowski. Nesse sentido, quando retorno à São Raimundo Nonato após ter cursado os créditos do mestrado – final de 2017 - dou início às minhas incursões pelo quilombo, seja por meio da Cáritas, UNIVASF ou individualmente. Durante esse período participei de reuniões nas Comunidades São Vítor,

Lagoas das Emas, Lagoa dos Moisés, Cova da Tia, além de reuniões e eventos em São Raimundo que tiveram a participação de representantes do quilombo como reuniões na sede da Cáritas Diocesana e eventos nas universidades UNIVASF e UESPI. Estes encontros com a comunidade costumavam ter duração de um a dois dias.

De todo modo, escolhi como *lócus* de pesquisa a comunidade quilombola Xique-Xique, pois a referência a essa comunidade estava sempre presente nos discursos dos meus interlocutores nas reuniões da Associação do Quilombo quando abordavam o tema mineração, mas que eu conhecia apenas “de passagem” por uma visita que fiz com uma turma de arqueologia. A propósito, a Comunidade Xique-Xique está entre as comunidades que estão sendo impactadas diretamente pela mineração, juntamente com a Cova da Tia, e que já vem sofrendo os efeitos da mineração ao longo desses anos com a chegada da SRN Mineração.

Diferente das comunidades quilombolas pertencentes a São Raimundo Nonato, que são mais acessíveis, a Comunidade Xique-Xique, pertencente ao município de São Lourenço do Piauí, é de difícil acesso, seja por estradas ruins e sem sinalização ou por não terem linha de transporte diária – ocorrendo apenas uma vez por mês. Diante desse impasse, em abril de 2019, meu pai me levou até a comunidade Xique-Xique, mais precisamente a casa de Seu Nivaldo – morador da comunidade ao qual me passaram o contato em uma das reuniões e que me auxiliaria no meu trabalho de campo. Como a primeira vez que estive na comunidade Xique-Xique foi em virtude de um trajeto que fiz a São Vítor, achei que o ideal, e até menos complicado, fosse fazer o mesmo trajeto e então seguir até a comunidade São Vítor. Chegando lá, avisto um conhecido do meu pai e logo fomos até ele pedir informações de como chegar em Xique-Xique. Era Carlos Henrique, porteiro da escola de São Vítor que, prontamente fez um desenho do caminho para se chegar à comunidade Xique-Xique, permitindo que eu chegasse ao meu destino sem nenhuma dificuldade.

Após percorrer 12 km de estrada de chão, chegamos a Xique-Xique. Na primeira casa que avistei parei para pedir informações sobre a localização da casa de Nivaldo, coincidentemente era a casa do próprio. Falei sobre meu interesse em fazer uma pesquisa na comunidade, de que se tratava e Seu Nivaldo, além de concordar com a pesquisa, se ofereceu para hospedar-me em sua casa. Fiquei bastante empolgada com a receptividade de Seu Nivaldo e Dona Laurice. Ficar hospedada em sua casa permitiu não só conhecer as atividades cotidianas como também estabelecer um primeiro contato com os moradores da comunidade. Isso porque na casa de Seu Nivaldo havia uma pequena mercearia (a única na comunidade), na qual havia um grande fluxo de pessoas. Nisso, sempre que chegava uma pessoa no comércio, Seu Nivaldo me apresentava, sentávamo-nos no terreiro da casa e daí saíam longas e agradáveis conversas.

Isso me ajudou bastante, pois nessas conversas eu já sinalizava interesse em uma entrevista, marcávamos o melhor horário, e quando eu chegava às casas dessas pessoas eu já não seria uma completa desconhecida.

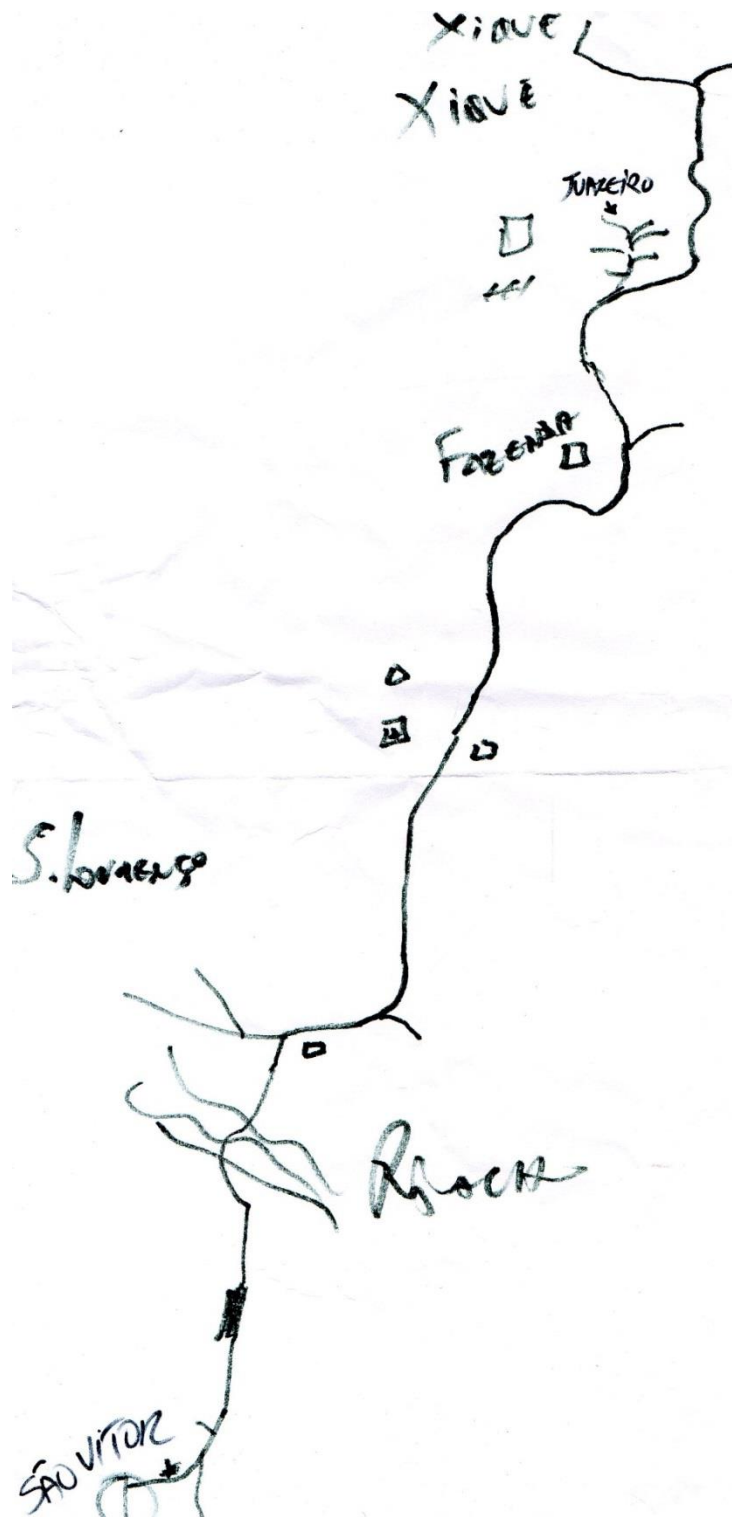


Figura 01: Croqui do acesso de São Vitor a Xique-Xique.  
(Fonte: Produzido por Carlos Henrique, Comunidade São Vitor, 2019)

Na presente etnografia, utilizo-me de entrevistas, registro em diário de campo, fotografias, pesquisa bibliográfica, documentários e reportagens na internet. A propósito, as conversas informais, as entrevistas – semiestruturais individuais e coletivas – foram essenciais na construção desse trabalho, principalmente no que diz respeito à história e a memória dessas famílias, além do mais, eram nas conversas cotidianas que vinha à tona as emoções dessas pessoas que tiveram seu lugar invadido pelas empresas de mineração. Desse modo, o foco etnográfico são as narrativas dos meus interlocutores que me permitiram conhecer os principais acontecimentos em torno da mineração, suas percepções sobre como desencadeou e de que forma eles foram ou serão impactados.

Além disso, aproveitei a oportunidade de estadia na comunidade para fazer algumas incursões pelo território, conhecer os morros e os variantes devastados pela atividade mineral, os poços perfurados para retirada do minério e também observar o trabalho camponês de roçado e criação de animais. Para a visita ao Sítio Paes Landim, por ser um local um pouco afastado de Xique-Xique, Seu Nivaldo cedeu-me sua moto e fui acompanhada de sua sobrinha-neta Jaiane. Nas visitas à Serrinha – local explorado pela mineração mais próximo de Xique-Xique – fui guiada por Seu Nivaldo e seu cunhado Genivaldo.

Nessa etnografia, busquei identificar os atores do conflito, pois como é defendido por Little (2006), o antropólogo, ao colocar o conflito como foco central da etnografia, é obrigado a identificar os distintos atores sociais e analisar esses atores em interações entre si. Assim faço um mapeamento das interações políticas dos atores envolvidos dentro da arena política do Território Lagoas – *atingidos*, associação, setor público, setor privado, ONGs e universidades - no qual, a partir de articulações, posicionamentos e interesses em torno dos recursos naturais e do território, me permitem compreender a dinâmica própria do conflito. Entretanto, não se pode deixar de incorporar os grupos sociais que Little (2006) apresenta como atores sociais “fantasmagóricos”, que são aqueles que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que exercem influência à distância.

Para a construção desse mapeamento dos atores, é de suma importância a análise de eventos como a I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas, ocorrida em setembro de 2018 na Comunidade Lagoa das Emas, nos quais foram discutidas questões referentes ao processo de titulação das terras, a instalação da SRN mineração e os projetos desenvolvidos pelas universidades dentro do território quilombola. Tal evento contou com a presença de lideranças, moradores/as das comunidades próximas, defensorias públicas, ministério público, ONGs e professores universitários.

### Contextualização do Território Quilombola Lagoas

O Território Quilombola Lagoas foi reconhecido em 2008 pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>5</sup> e é considerado um dos maiores em extensão territorial do país, no entanto ainda não obteve a titulação de suas terras pelo INCRA. Além disso, a região faz parte do Território Serra da Capivara<sup>6</sup>, onde integra os parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões, servindo de corredor ecológico. Trata-se de um conjunto de 118 comunidades no semiárido piauiense com mais de 1.498 famílias - de aproximadamente 5.128 habitantes -, um espaço que abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Várzea Branca, Fartura do Piauí, São Lourenço, Bonfim do Piauí e Dirceu Arcoverde (MATOS; RODRIGUES, 2010).

O quilombo Lagoas está situado na região sudeste do semiárido piauiense com predominância do bioma caatinga, o que caracteriza as altas temperaturas e chuvas escassas. Dessa forma, as comunidades encontram-se distribuídas espacialmente em torno de lagoas, pois são fontes de abastecimento para a população e animais. Tal fato está relacionado à diversidade de localidades de topônimo “Lagoa” e inclui também nome de animais ou características da região, povoados estes que se encontram inseridos no chamado “Território Quilombola Lagoas<sup>7</sup>” que tem esse nome em referência a grande quantidade de lagoas presentes na região. (VIEIRA, 2015).

---

<sup>5</sup> Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, a FCP tinha como objetivo formular e implementar para “potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura” (GOMES, 2017: 128).

<sup>6</sup> O Piauí é composto por doze territórios com vocações econômicas distintas, de responsabilidade da Secretaria de Planejamento do Estado.

<sup>7</sup> Lagoa Grande, Lagoa do Calango, Lagoa dos Bois, Lagoa de São Victor, Lagoa de Dentro, Lagoa dos Canudos, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Angico, Lagoa do Serrote, Lagoa do Umbuzeiro, Lagoa dos Queixadas, Lagoa da Gameleira, Lagoa do Travessão, Lagoa dos Meninos, Lagoa do Mulungu, Lagoa do Cipó, Lagoa do Mocó, Lagoa da Pedra, Lagoa do Jacaré, Lagoa do Riacho, Lagoa dos Currais, Lagoa dos Prazeres, Lagoa Rasa, Lagoa das Caraíbas, Lagoa das Cascas, Lagoa da Vaca, Lagoa dos Tobões, Lagoa do Amaro, Lagoa do Capim, Lagoa dos Porcos, Lagoa do Pompilho, Lagoa da Gangorra, Lagoa da Taboa, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Germano, Lagoa das Emas, Lagoa do Encanto, Lagoa do Mel, Lagoa dos Martins, Lagoa dos Moisés, Lagoa das Pombas, Lagoas, Lagoa dos Soares, Lagoa dos Raimundos, Lagoa do Peixe, Lagoa Ruim, Lagoa do Gato, Lagoa do Calixto, Lagoa do Gado Corredor, Lagoa das Caraíbas (Lindjonson), Lagoa Nova, Lagoa do Boi, Lagoa das Flores, Lagoa da Firmeza, Lagoa do Cansação, Lagoa da Onça, Lagoa dos Torrões, Lagoa do Preá, Vermelinho, Baixão dos Otacílios, Camaleão, Baixão do Grajal, Camaleãozinho, Malhada Alta, Queimada Velha, Salão, Xique-Xique, Morro Alto, Poço Dantas, Queimada da Onça, Cacimbões, Campo Formoso, Pastos das Bestas, Boi Morto, Castanheiro, Jatobazeiro, Pedra do Mocó, Morro dos Largos, Serra Bode, Angical, Baixão da Secção, Umburana, Fazenda Nova, Baixão do Angical, Bem Bom, Barreiro da Pedra, Nazáro, Lagoinha dos Marcários, Barreirinho, Fazenda do Meio, Tintino, Retiro, Baixão do Boi, Barreiro dos Porcos, Cachoeira, Queimada Velha, Boa Vista dos Braz, Recreio, Montes Claros, Baixão do Anísio, Baixão do Florêncio, Fazenda Lages, Alecrim, Chapadinha, Umburana I, Boa Vista (Serra do Castanheiro), Boa Esperança, Bom Retiro, Espinheiro, Santa Maria, Jurema, Sítio Claro, Quebeca, Recanto, Queimada Velha, Altamira, Caldeirão do Tanque, Serrinha e Pau D’Arco. (MATOS, 2013).

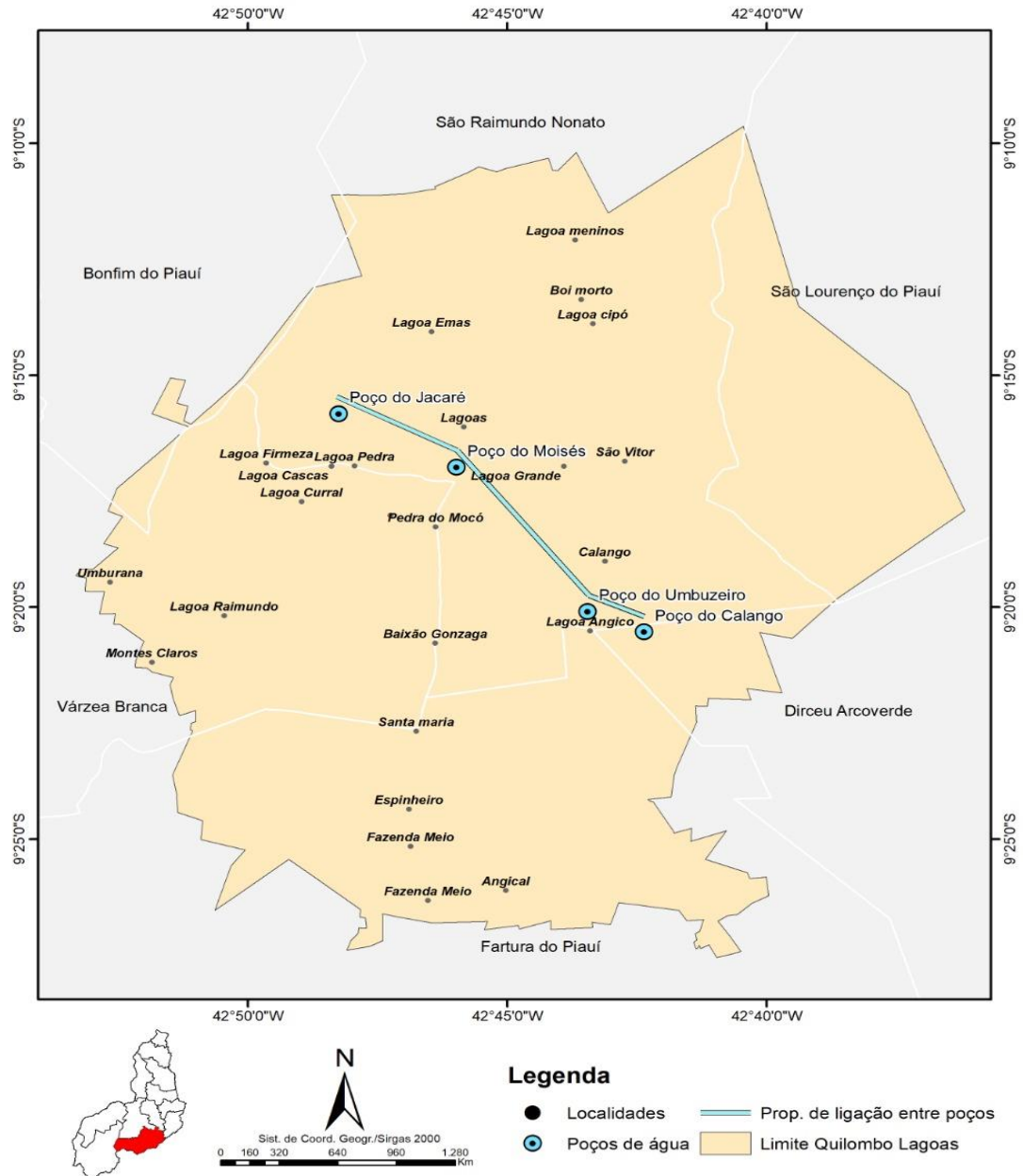


Figura 02: Mapa do Território Quilombola Lagoas.  
(Fonte: Produzido por José Reinaldo Oliveira Paes Filho, 2019).

De acordo com a narrativa dos povos do Território Quilombola Lagoas, suas origens são atribuídas à antiga fazenda escravocrata do século XIX, a Fazenda São Vítor, no qual são encontradas, também, marcas de currais e uma senzala da antiga fazenda que foram incorporadas ao cotidiano da população residente (MATOS; RODRIGUES, 2010). Os povos que compõem o Território Quilombola Lagoas alegam ter suas histórias ligadas aos “povos cativos”, descendentes de escravos e se autodenominam pretos e caboclos. Além disso, no presente território, composto por aproximadamente 118 comunidades, são difundidos fortes laços de pertencimento, fruto das relações de convivência social, uso da terra e antepassados

em comum. É válido ressaltar que além da ancestralidade negra, as populações de Lagoas possuem descendentes indígenas e de vaqueiros que se estabeleceram na região. (MATOS, 2013).

Encontra-se no registro eclesiástico das terras da Freguesia de São Raimundo Nonato de 1855 (Arquivo Público do Piauí) que a Fazenda São Victor estava dividida entre dois donos: José Antunes Piauhylino de Macêdo e Manoel José Ruben de Macêdo. Na referida fazenda predominava o cultivo de feijão, mandioca e milho, e principalmente o manejo de gado bovino, constituindo-se em um complexo produtivo e escravagista. (MATOS, 2013; OLIVEIRA et al., 2017).

De maneira geral, as fazendas do Piauí Colonial eram compostas basicamente pelas residências, pelos currais, por estruturas para armazenamento d'água e pelos roçados de subsistência. As residências eram de planta retangular, construídas de taipa de mão ou adobe, sustentadas às vezes por baldrames de pedra, com pisos de barro batido ou atijoladas e cobertas com palha ou telhas de alvenaria. Os currais [cercados], locais onde o gado era colocado para ser vendido, tratado, ordenhado, marcado, etc eram feitos de pedra ou troncos de madeira. (OLIVEIRA et al., 2017, p.89-90).

Após a libertação dos escravos, a situação dos trabalhadores negros da província sob a nova condição jurídica deixou quase nada além da liberdade, isso porque a maioria continuou onde sempre esteve: “onde seguiram na labuta dos serviços e tarefas nas fazendas, sem mudanças significativas nas suas condições de trabalho e vida”. (OLIVEIRA et al., 2017, p. 96).

Com a morte do antigo “dono” das terras, as famílias de negros que se aglomeravam em torno da casa grande foram buscar novas áreas de terra para habitar. Isso é ressaltado em vários relatos produzidos por moradores do território: “com a morte dele, Coronel Piauilino, foram se dispersando para Moisés, para Emas, Boi Morto, para Lagoa Grande e, finalmente, formaram aí as aldeias só de pretos”. (MATOS, 2013, p. 47).

No que concerne à posse/propriedade de terras, a mesma está ligada ao contexto histórico vivido pelos seus antepassados, tendo um valor simbólico de libertação: “sair dos domínios do/da fazendeiro/a, deixar de ser agregado/a e poder trabalhar em próprio chão” (MATOS, 2013, p. 54). A partir de então se construiu uma territorialidade, transformando a terra em um lugar de vivências, cultura e subsistência.

O sentido dado a terra, à memória e ao parentesco se completa na forma como os sujeitos passam a compor esse quadro social e cultural, que ganha significado na identidade coletiva, nos laços de pertencimento ao lugar, em uma memória comum, que se reforçam pela linguagem de parentesco e da terra como terra de herdeiros. (MATOS, 2013, p. 69).



A população liberta crescia aceleradamente no século XIX, e dava-se início também a tentativa de transformar homens livres em trabalhadores, passando à condição de agregado ou morador, por meio de estratégias sociais do Estado. Os libertos teriam direito à moradia, desenvolver agricultura de subsistência e se disponibilizar para trabalhos voltados às necessidades dos fazendeiros, continuando, dessa forma, o fortalecimento do mandonismo e controle de posses. Com o passar do tempo, cada lugar fundado por ex-escravos tornou-se um povoado ligado por laços de parentesco, dando origem as comunidades do quilombo. (OLIVEIRA et al., 2017; MATOS 2013).

Registra-se como primeiro marco tradicional da região do agora tido como Território Quilombola Lagoas a sede da Fazenda São Victor, hoje, um povoado, que traz marcas dos antigos currais, em si mesmo e em seus arredores. As casas dos povos descendentes de escravizado/as bem como as marcas da senzala, são incorporados ao povoado onde, hoje, moradores/as vivem de pequenos comércios, apicultura e da agricultura (roçados e criação de animais). Também pertencente à região de São Victor estão as ruínas de casas de fazendas, como a residência da chamada Senhora Quitéria, segunda esposa do proprietário da Fazenda São Victor, Comendador Piauyilino, o qual, após a morte da primeira esposa, Senhora Maria José, em meados do século XVIII, casou-se com Quitéria. (MATOS, 2013, p. 45).

A forma de transmissão dessas terras é dada a partir da herança entre as gerações. Os povoados do quilombo mantêm a posse/propriedade comum das terras. Em períodos de “inverno” têm-se o plantio nas roças, atividades extrativistas, apicultura, além das matas que servem como pasto para os animais, que também são de uso compartilhado. A juventude, por sua vez, migra regularmente para outras regiões do país (êxodo rural) em busca de trabalho, submetendo-se a condições insalubres de trabalho, ou até mesmo “trabalho escravo”, principalmente na região sudeste e centro-oeste. Embora haja vários programas do governo na região, muitos dos habitantes se deslocam, submetendo-se a trabalhos braçais, sendo explorados até mesmo no corte de cana-de-açúcar.

Em um Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, em 1994, foi expresso em um documento, sob a perspectiva dos antropólogos reunidos, as novas significações que o termo quilombo tem assumido na literatura especializada e para indivíduos, grupos e organizações. Sobre quilombo:

[...] consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (...). No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação

dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (apud O'DWYER, 2002, p.18).

Almeida (2002) faz crítica ao conceito de Quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino de que é “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (p.47). Partindo desse pressuposto, apontou cinco elementos que constitui a definição citada anteriormente: 1) a fuga, relacionando o quilombo à escravos fugidos; 2) quantidade mínima de “fugidos”; 3) isolamento geográfico, ou seja, lugares de acesso difícil e mais perto do selvagem do que da “civilização”; 4) a moradia habitual, conhecida como “ranchos” 5) O pilão como símbolo de autoconsumo e capacidade de reprodução, pois é um instrumento que transforma o arroz colhido em alimento (ALMEIDA, 2002).

É necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto sensu* e das outras definições que estão frigorificadas e funcionam como uma camisa-de-força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquela que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. A relativização dessa força do inconsciente coletivo nos conduz ao repertório de práticas e às autodefinições dos agentes sociais que viveram e construíram essas situações hoje designadas como quilombo. (ALMEIDA, 2002: 63).

O autor ainda exemplifica o caso de Alcântara em que a formação do quilombo se deu a partir do abandono pelos grandes proprietários, e as terras passadas aos ex-escravos ou ocupadas por eles de maneira efetiva, assim, é verificado que vários centros dos povoados quilombolas estão próximos às ruínas dessas propriedades. O mesmo pode ser notado na formação do Território Quilombola Lagoas, que, mesmo que se diferencie dos grandes engenhos e plantações de cana-de-açúcar do litoral, ainda assim existia os “escravos do sertão” e com a morte do “dono” das terras foram buscar novas áreas para habitar.

Dessa forma, as populações que são consideradas quilombolas se constituíram por meio de uma diversidade de processos, seja pela fuga, ocupação de terras livres, mas também de doações, herança, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados, ou através da simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior dos grandes engenhos/fazendas (SCHMITT et.al, 2002). De certo modo, o Quilombo Lagoas compõe um território de descendentes de negros escravizados e consideram o período escravista como origem do território quilombo.

Desse modo, a perspectiva social de reconhecimento de terras coletivas, a luta dos moradores do Quilombo Lagoas para que a titulação das terras seja concretizada e sua

autodenominação quilombola, como considera Matos (2013), garante além das terras, um espaço de garantia de direitos atribuído aos descendentes de povos escravizados nessa região e, sobretudo, os laços de solidariedade e preservação da cultura que remete aos seus antepassados. Nesse caso, a noção de quilombo e o acionamento de identidades quilombolas vão além da construção e autodefinição de uma etnia, sendo necessário “relativizar a própria noção de quilombo para depois resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para os movimentos sociais contemporâneos” (LEITE, 2000: 14).

Em uma de suas falas na I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas, evento que será relatado adiante, Seu Cláudio, morador da comunidade Lagoa do Calango e presidente da Associação Quilombo Lagoas, narra brevemente para os convidados o processo de identificação e delimitação do território. Em seu relato ainda foi dito que os antropólogos chegaram em 2007 para fazer a identificação dos negros, os mesmos encontraram em São Vítor vestígios da Fazenda São Vítor, as cercas de pedra. Conversaram com Dona Sunila, neta de escravos, e por fim chegaram até a Cova da Tia. Segundo contam, a “Tia” era uma escrava que fugiu de uma fazenda, foi encontrada morta e depois passou a ser devotada pelos quilombolas que atribuíam a “Tia” as graças alcançadas. De acordo com os moradores do quilombo, por considerarem a Cova da Tia como um “ponto histórico”, não poderia ficar de fora da delimitação.

A referida narrativa de Seu Cláudio diz respeito ao processo de regularização fundiária de territórios quilombolas pela Constituição Federal de 1988 no Art. 68 que garante “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Desta forma, o Decreto 4.887/2003 conferia ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a competência pela titulação dos quilombos, sendo responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de quilombos. Para fins de titulação, as comunidades devem se autodefinir quilombolas e serem inscritas no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma certidão que declara a autodefinição de identidade étnica. Também é de competência da Fundação Cultural Palmares – vinculado ao Ministério da Cultura – assistir e acompanhar as ações de regularização fundiária do INCRA afim de garantir a preservação da identidade cultural dos quilombos e subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação.

Após a emissão do certificado pela Fundação Cultural Palmares, dá-se início ao processo administrativo e, conseqüentemente a identificação e delimitação das terras reivindicadas. De acordo com o art. 9º do Decreto 4.887/2003 e na Instrução Normativa nº 57

de 20 de outubro de 2009 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA “a identificação dos limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos a que se refere o art. 4º, a ser feita a partir de indicações da própria comunidade”, bem como a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, contendo informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, socioeconômicas, geográficas, históricas, etnográficas e antropológicas, que ao ser concluído, deverá ser enviado ao Comitê de Decisão Regional para decisão e encaminhamentos posteriores. Desse modo, o processo de titulação é constituído pelas seguintes etapas: 1) Abertura do processo; 2) Certidão da Fundação Cultural Palmares; 3) Elaboração do RTID e análise do Comitê de Decisão Regional; 4) Publicação do RTID no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da Unidade Federativa onde se localiza a área em estudo; 5) Consulta a órgãos e entidades – IPHAN, IBAMA, SPU, FUNAI, Secretaria do Executiva do Conselho de Defesa Nacional, Fundação Palmares, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro; 6) Contestações (se houver); 7) Análise da situação fundiária das áreas pleiteadas; 8) Demarcação e, por fim, 9) a Titulação das Terras.

No que diz respeito ao reconhecimento e o processo de regularização fundiária do Território Quilombola Lagoas, o mesmo se iniciou em 2008 com a certidão de autodefinição de comunidade quilombola expedida pela Fundação Cultural Palmares. Em 2010, o INCRA publica no Diário Oficial da União o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – do Quilombo Lagoas e dá sequência as próximas etapas do processo, sendo este concluído em 2011. Todavia, mesmo realizado todo o processo, ainda assim o INCRA não atribuiu ainda o título coletivo ao Território Quilombola Lagoas, ou seja, contabiliza-se oito anos de espera, sendo três anos de processo “parado” na procuradoria do INCRA.

Em agosto de 2018, técnicos do INCRA estiveram no território para informar a comunidade sobre a atual situação do processo de titulação das terras. A expectativa era que fosse dito que o processo se encontrava bem encaminhado, mas na verdade a conversa foi decepcionante. Os técnicos alegaram que o processo estaria “viciado” devido algumas irregularidades na questão da documentação das terras, sendo preciso refazer o levantamento fundiário, além disso, eles disseram que o órgão está com dificuldades de equipamento, profissionais, de recursos, mas que se o quilombo quisesse um pouco mais de agilidade, poderia ser feito uma titulação fracionada, núcleo por núcleo, o que gerou ainda mais indignação aos moradores do quilombo.

Quando menciono “titulação fracionada, núcleo por núcleo”, me refiro à forma em que o Quilombo Lagoas está organizado, pois devido a sua extensão territorial e se tratar de um território formado por 118 comunidades, fez-se necessária a divisão do quilombo em doze

núcleos administrativos, levando em consideração a proximidade das localidades. De acordo com Matos (2013: 120) “os núcleos são células organizativas tomadas da base da lógica da racionalidade moderna, mas tendo como referência as tradicionais relações de parentesco, de vizinhança e solidariedade, conformando o território político fundado no território geo-social”. Desse modo, cada núcleo tem seu representante e que este deve estar presente nas reuniões da Associação do Quilombo, tida como administração central, pois dessa maneira todo o território é representado. E foi levando isso em consideração que o INCRA sugere que seja feita a titulação separadamente, um núcleo por vez, até que todos os doze núcleos sejam contemplados, porém a ideia não foi aceita pelos moradores do Quilombo Lagoas.

Núcleos	Famílias	Pessoas	Comunidades
1-NÚCLEO SÃO VICTOR	300	990	19
2- NÚCLEO XIQUE-XIQUE	65	223	8
3- NÚCLEO LAGOA DOS MENINOS	168	543	12
4- NÚCLEO LAGOA DA PEDRA	185	683	12
5- NÚCLEO DO ANGICAL	134	458	13
6- NÚCLEO FAZENDA DO MEIO	57	222	3
7- NÚCLEO LAGOA DAS EMAS	206	749	14
8- NÚCLEO DE MONTES CLAROS	64	151	9
9- NÚCLEO DE UMBURANA	43	148	4
10- NÚCLEO DO ESPINHEIRO	117	391	10
11- NÚCLEO DA LAGOA NOVA	93	360	6
12- NÚCLEO LAGOA DA FIRMEZA	66	210	8
<b>TOTAL</b>	<b>1.498</b>	<b>5.128</b>	<b>118</b>

\*dados baseados nas informações realizadas pela equipe de cadastro do INCRA-PI, na elaboração do RTID

Tabela 01: Distribuição por núcleo das famílias e pessoas no Território. Fonte: Matos (2013).

No que concerne à organização administrativa do quilombo, a Associação do Território Quilombola Lagoas é a única que abarca todo o território. Fundada em 2010, a Associação do Quilombo foi criada com o intuito de defender os direitos e interesses das comunidades que compõem o Território Lagoas. Como descrito por Almeida (1989), este tipo de mobilização ocorre para tornar tais unidades em organismos legítimos de representação, para que durante as tentativas de resolução de conflito, estes não possam mais ser descartados das mesas de negociações. Assim, os grupos sociais mobilizam-se de forma organizada em núcleos que o autor denomina como comissões, conselhos, associações, entre outros. Desse modo, essas práticas organizativas resultam em transformações políticas profundas provocadas pela mobilização desses grupos em defesa de seus territórios.

Atualmente o quilombo Lagoas tem sido alvo de empresas mineradoras, pois foram encontradas na região reservas de minério de ferro, as quais já houve perfurações no solo sem

qualquer consulta ou conhecimento dos moradores. Frente a esse cenário, a Associação do Quilombo Lagoas, sociedade civil e as demais instituições de apoio têm lutado para impedir a ação da mineração, pois esta traz impactos irreversíveis e é, de fato, uma ameaça ao território.

### **Contextualização da luta quilombola em Lagoas (PI)**

Estudos antropológicos mostram que o conflito socioambiental parte da desigualdade na produção manifestada no processo contínuo da destruição de formas não capitalistas de apropriação da natureza – pequena produção agrícola, pesca artesanal, extrativismo, etc – como é o caso do uso da terra pelos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e trabalhadores rurais. Tais comunidades são atingidas por impactos ambientais de grandes projetos desenvolvimento (monoculturas, barragens, mineração, etc) em áreas de fronteira de expansão do capitalismo, e como consequência, tem provocado grandes efeitos de desestabilização das atividades em terras tradicionalmente ocupadas, ao passo que o desenvolvimento desses grandes empreendimentos compromete a possibilidade de outras atividades se manterem (ACSELRAD et al. 2009).

De um modo geral, tais tipos de empresas recorrem a práticas ambientalmente danosas são integrados aos grandes circuitos de mercado, usufruindo de relações privilegiadas com o poder público, contando muitas vezes com todo um repertório de estímulos para a sua instalação e manutenção no território, ao contrário das populações tradicionais ou pouco inseridas em relações mercantis, das quais a destruição de sua base de recursos costuma ficar invisível para as autoridades estatais (ACSELRAD et al, 2009: 74-75).

Segundo Flávio Gomes (2017), no Brasil dos últimos anos, as comunidades negras rurais e quilombos tem buscado visibilidade nacional, as quais mobilizam a sociedade civil, como nos movimentos sociais, ativistas, universidades, bem como agendas do governo federal, estadual e municipal, além de eventos políticos e/ou datas comemorativas memoráveis que são transformadas em agendas de denúncia e protestos, visando uma reflexão e intervenção política. Nesse sentido, *os atingidos<sup>8</sup> pela mineração* no Território Quilombola Lagoas acionam sua identidade quilombola e em articulação com os demais grupos sociais – associações, ONGs,

---

<sup>8</sup> Farei uso da categoria *atingido* a partir do conceito proposto por Carlos Vainer (2008) no qual diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos e de seus detentores. O autor evidencia que “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal - seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.” (VAINER, 2008, p.40).

órgãos jurídicos, universidades, etc. - se constituem em forças sociais na reivindicação de suas terras, território e políticas públicas, e principalmente, na luta e resistência aos impactos provocados por grandes empreendimentos.

Partindo desse pressuposto, faço um breve relato sobre a I Roda de Conversa do Quilombo, no qual a vejo como ponto de partida na compreensão do atual cenário do território, além de apresentar quais atores estão envolvidos com a “bandeira de luta” do quilombo e como eles se relacionam entre si e em torno da problemática levantada no Quilombo Lagoas: a presença de empresas de mineração no território e o processo de titulação das terras.

### *I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas*

Era 15 de setembro de 2018. O combinado era a saída às 6h00 da manhã da UNIVASF rumo à reunião que aconteceria na Comunidade Lagoa das Emas. Às 5h45 estava eu na porta de casa esperando a carona com o professor Leandro Mageste, que também havia sido convidado a participar da roda de conversa no Quilombo. Ao chegar à universidade, logo encontramos o professor Jaime, outro convidado e também nosso motorista, e pontualmente saímos para o quilombo.

A roda de conversa estava prevista para iniciar às 8h00 da manhã. O motivo pelo qual estávamos saindo nesse horário é porque o professor Jaime queria conversar com algumas pessoas antes de iniciar a reunião. Ao saímos do Campus, pegamos a BR-020 e depois de alguns quilômetros entramos à esquerda em uma estrada de chão. Mas antes que entrássemos nesse caminho tivemos alguns contratemplos. Por se tratar de muitas comunidades rurais, durante o trajeto era possível visualizar várias entradas, então cabe ao motorista saber a qual a entrada que levará ao seu destino. Sendo assim, o professor Jaime não tinha certeza qual a entrada correta, para nossa sorte havia um senhor andando na beira da estrada então pedimos informação a ele. Confesso que sempre tive dificuldades em memorizar caminhos, ainda mais as estradas confusas do Território Quilombola Lagoas.

Chegamos no “nosso destino” por volta de 07h10. Estranhamos ver que a igreja na qual aconteceria o evento ainda estava fechada, e ninguém havia chegado ainda. Nos aproximamos da casa vizinha para aguardar até que alguém chegasse para abrir a igreja, logo que chegamos já trouxeram cadeiras para nós nos sentarmos. Já estava ansiosa sentindo o cheiro de café, até que Leandro pergunta pela reunião e nos responderam que a roda de conversa seria na Comunidade das Emas e que ali era a Comunidade Moisés. No momento em que disseram isso ficamos paralisados, e logo caímos na gargalhada, pois além de termos nos perdido, ainda

paramos na comunidade errada. O interessante é que ambas as comunidades possuem traços semelhantes: a igreja no centro da comunidade, uma quadra de esportes e uma escola nas proximidades.

Seguimos então para a Comunidade Lagoa das Emas, parávamos no caminho para pedir informações, pois se errássemos o caminho novamente chegaríamos atrasados. Conseguimos chegar a Emas faltando 5 minutos para 8h00, com isso concluo que sair às 6h00 da manhã foi o certo. Chegamos juntamente com o pessoal da Cáritas, da CECOQ e do Observatório Quilombola, minutos depois chegaram os convidados do IFPI, UESPI, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública. Em meio à cumprimentos e conversas, a roda de conversa só iniciou às 9h10.

Mas antes de *iniciar* a roda de conversa, consultei Seu Claudio, presidente da Associação do Território Quilombola Lagoas, acerca da permissão em fazer o registro daquele evento e utilizar os dados em minha pesquisa. Logo ele respondeu que sim, pois seria muito importante para divulgar a comunidade e para que as outras pessoas pudessem saber da luta do quilombo pela sobrevivência no território. No dizer de Zhouri e Oliveira (2013), as expectativas locais buscam no registro etnográfico uma “prova” a favor dos moradores perante o atual conflito vivenciado, uma etnografia política, em conformidade com Little (2006). Assim, segundo Zhouri e Oliveira (2013), por meio desse posicionamento, o residente atribui à pesquisa a tarefa de registrar por escrito todo o conteúdo oral, conferindo-lhes o caráter de “prova” devido sua vinculação ao campo disciplinar e acadêmico, atuando como um instrumento disponível no campo da luta política e simbólica.

[...] operar como um “observador” onisciente, distante, inacessível e, ao mesmo tempo, ubíquo não era uma opção plausível. Os interlocutores da pesquisa eram também parceiros que atribuíam ao trabalho etnográfico funções diferenciadas. A noção de “prova” evidencia um duplo movimento operado sobre o discurso etnográfico: a etnografia é convidada a deixar o campo acadêmico *stricto sensu*, pois ela pode cumprir um papel político, ressaltando a legitimidade dos direitos locais no contexto da disputa; por outro lado, a etnografia não pode fazê-lo prescindindo do lugar social ocupado pelos conhecimentos acadêmicos, ou seja, sua especificidade e a origem da sua autoridade resultam da sua vinculação aos métodos e às tradições da disciplina, bem como aos seus domínios institucionalizados da academia. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2013: 100).

A I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas foi realizada no dia 15 de setembro de 2018, na Sede do Território Quilombola Lagoas, Localidade Lagoa das Emas em São Raimundo Nonato. Os convidados a participar da roda de conversa e que estiveram presentes foram representantes das seguintes instituições: CECOQ, Cáritas Diocesana SRN, IFPI, UNIVASF, UESPI, Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, Comitê de Controle Social,



Capoeira de Quilombo, Observatório Quilombola, Defensoria Pública da União – DPU, Defensoria Pública do Estado do Piauí e os representantes do Ministério Público Federal – MPF. Os/as prefeitos/as dos municípios de São Raimundo Nonato, São Lourenço, Bonfim do Piauí, Fartura do Piauí, Várzea Branca e Dirceu Arcoverde foram convidados, mas não compareceram.

O encontro, articulado pela Associação do Quilombo Lagoas e Cáritas Diocesana, tinha como objetivo discutir os novos encaminhamentos na luta pela titulação do território quilombola em pauta e ouvir as contribuições e compromissos dos/as convidados/as para o fortalecimento desta luta. Os convidados acima citados receberam um convite para a participação nesse encontro, pois possuem algum vínculo com o Território Quilombola Lagoas, seja desenvolvendo projetos, realizando consultoria, assessoria ou até mesmo interesse em projetos futuros. O convite continha a seguinte chamada:

Sua participação é muito valiosa para nós, dado o envolvimento ou responsabilidades institucionais inerentes as nossas demandas como comunidade tradicional quilombola. Acontecimentos tendem a incidir negativamente sobre nossa luta, assim necessitamos ainda mais do seu olhar, sugestões e parceria no fortalecimento da nossa caminhada.

A ideia de se fazer essa Roda de Conversa surgiu da necessidade de se discutir o território frente à problemática de titulação das terras. Logo após a visita do INCRA em agosto deste ano, os moradores logo reagiram. A incerteza sobre o futuro de suas terras e a angústia por não saberem como proceder fez com que imediatamente acionassem os “colaboradores” do quilombo.

A diretoria da Associação do Quilombo Lagoas decidiu dividir a roda de conversa em três momentos: 1) Das pessoas do quilombo apresentarem para os convidados a trajetória do Território Quilombola Lagoas, o que está na memória dessas pessoas sobre essa caminhada do quilombo desde o reconhecimento até os dias de hoje; 2) A participação dos convidados: como eles veem o quilombo, quais as contribuições que tem dado, e o que se propõem a contribuir perante as dificuldades que foram apresentadas; 3) Ajustar encaminhamentos e/ou compromissos.

O encontro foi realizado na igreja da Comunidade Lagoa das Emas, a organização das cadeiras se deu em forma de círculo, pois é a melhor forma de se realizar debates e proporcionar uma melhor interação dos participantes. Ao centro do círculo foi colocado, como peças de decoração, tecidos coloridos, palhas, potes de barro, cabaças e galhos de árvores, elementos simbólicos que remetem ao modo de vida quilombola. Havia também nas paredes da igreja,

banners do MAM sobre impactos de mineração. Próximo ao altar foi montado uma mesa com cafés, chás, bolos e pães, sendo que os pães e bolos foram produzidos na própria comunidade. Além dos convidados anteriormente citados, estavam presentes moradores das comunidades Calango, Lagoa dos Moisés, Lagoa das Emas, Lagoa das Cascas, Lagoa do Meio, Lagoa do Encanto, Lagoa da Firmeza, Pé do Morro, Umburana, Boa Vista, Lagoa do Nelson, Lagoa dos Martins, Fazenda do Meio e Lagoa de São Vítor.

A discussão central da Roda de Conversa do Quilombo foi a questão da regularização fundiária. Em agosto de 2018 o INCRA foi até o quilombo informar aos moradores que não houve avanço no processo de titulação das terras e que, em virtude de alguns “erros” no processo, segundo os técnicos do INCRA, seria necessário realizar outro levantamento fundiário, mas afirmaram que não seria possível, já que alegam ter dificuldades com equipamentos, profissionais e não haver recursos suficientes para que isso aconteça. Tal notícia causou uma reação na Comunidade, que achou o momento oportuno para realizar essa conversa, a fim de somar forças na luta contra as ameaças que o quilombo vem enfrentando.

A primeira fala da Roda de Conversa foi do Cláudio Teófilo Marques (Seu Cláudio), presidente da Associação do Território Quilombola Lagoas, que inicia dando as boas-vindas aos convidados presentes e dizendo que naquele momento estaria sendo realizada a primeira roda de conversa quilombola do Território Lagoas, e que de dez anos para cá ainda não tinham conseguido fazer essa roda de conversa, estando presentes várias autoridades do Estado. Em sua fala, Seu Cláudio chama a atenção para a ausência dos prefeitos dos municípios que compõem o território, visto que foram convidados. Logo em seguida ele direciona sua fala ao Defensor Público da União questionando quais as obrigações dessas prefeituras com o quilombo, diz ele: “porque a gente do quilombo às vezes nem sabe se eles têm alguma obrigação, mas a gente queria saber se ele tem alguma obrigação com a gente, porque na medida em que eles tiverem alguma obrigação com a gente, a gente ia começar a correr atrás e cobrar”.



Fotografia 01: Roda de Conversa do Quilombo Lagoas, na Comunidade Lagoa das Emas.  
(Fonte: arquivo pessoal)

O segundo momento da Roda de Conversa foi marcado pela participação e discussão sobre a questão da regularização fundiária, no qual foi exposto o posicionamento do INCRA perante o processo, e como a defensoria pública agirá em relação ao processo de titulação; Ameaças ao território, sobretudo a questão da mineração, pois qualquer ameaça que o território venha a sofrer deve-se formalizar a denúncia e encaminhar para o Ministério Público Federal e para Defensoria Pública da União e exigir que esses órgãos, que possuem o dever legal e institucional de atuar em defesa das comunidades quilombolas, cumpram seu papel; E o fechamento das escolas municipais no Quilombo Lagoas, no qual foi dito que é obrigação do município manter as escolas na comunidade funcionando, nesse caso a comunidade deve solicitar formalmente à administração municipal a reabertura dessas escolas, caso a prefeitura recuse a solicitação, a comunidade deverá acionar o Ministério Público e Defensoria.

O encontro findou com os encaminhamentos e, principalmente, com os compromissos firmados entre as autoridades e a população do quilombo. Professores relataram sucintamente sobre os projetos que tem desenvolvido no território e apresentaram quais contribuições darão ao quilombo em prol da luta contra as ameaças que o mesmo tem vivido. Dentro dessa perspectiva, a roda de conversa resultou em duas frentes de ação, uma frente jurídica e uma frente política. Na frente jurídica vale salientar a outorga assinada pelo Seu Cláudio, para que

a Defensoria Pública da União represente o Quilombo Lagoas dentro do INCRA e em questões judiciais. Na frente política temos diversas ações para o fortalecimento do Quilombo, pessoas e instituições se dispuseram a contribuir dentro de sua área de atuação e na formação de uma mobilização política.

Conforme o roteiro estabelecido pela diretoria da Associação do Quilombo Lagoas, os professores da UNIVASF, UESPI e IFPI, convidados a participar da roda de conversa, apresentariam aos demais convidados os projetos que estão em andamento no quilombo e os que ainda serão desenvolvidos, haja vista que nos últimos anos as instituições de ensino têm desempenhado um papel importante no Território Quilombola Lagoas.

O MAM, a Cáritas e a Associação do Território Quilombola Lagoas apontaram como encaminhamento a ampliação das assembleias populares para além das comunidades impactadas, ou seja, para todos os núcleos do quilombo. Foi acertado também, como encaminhamento na I Roda de Conversa, que o MAM seria responsável pelos pareceres técnicos, do qual professores se comprometeram na elaboração de acordo com sua área de formação, que contenha o nível de impacto dos projetos de mineração nas comunidades.

Esse breve relato sobre a I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas teve como finalidade apresentar os atores que estão envolvidos, e que se relacionam de algum modo, com os interesses políticos, jurídicos e socioambientais do Quilombo Lagoas. Vale ressaltar que o protagonismo se dá pela mobilização comunitária, pois são os quilombolas que buscam parcerias com as demais instituições, e principalmente, lutam pelo seu reconhecimento. O quadro 01 resume o posicionamento, interesses, ações e encaminhamento de cada grupo de atores. Essas informações são apresentadas a partir dos dados coletados na I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas. Além disso, considerando as informações presentes no quadro, foi possível construir um diagrama de interações, representando graficamente as relações entre os demais atores envolvidos.

O diagrama foi estruturado para melhor compreensão dos atores que agem no Território Quilombola, demonstrando suas relações e relevância, com base no que foi apresentado pelos quilombolas na roda de conversa. Dividi em seis cores, no qual cada cor representa um tipo de ator. A cor verde representa as comunidades que compõem o Território Quilombola lagoas; a cor vermelha representa a frente política – ONGs, movimentos sociais; a cor azul representa a frente jurídica; a cor amarela representa o setor público; a cor cinza a frente acadêmica; e a cor branca representando a empresa SRN Mineração, empresa que iniciou suas atividades de mineração no quilombo.

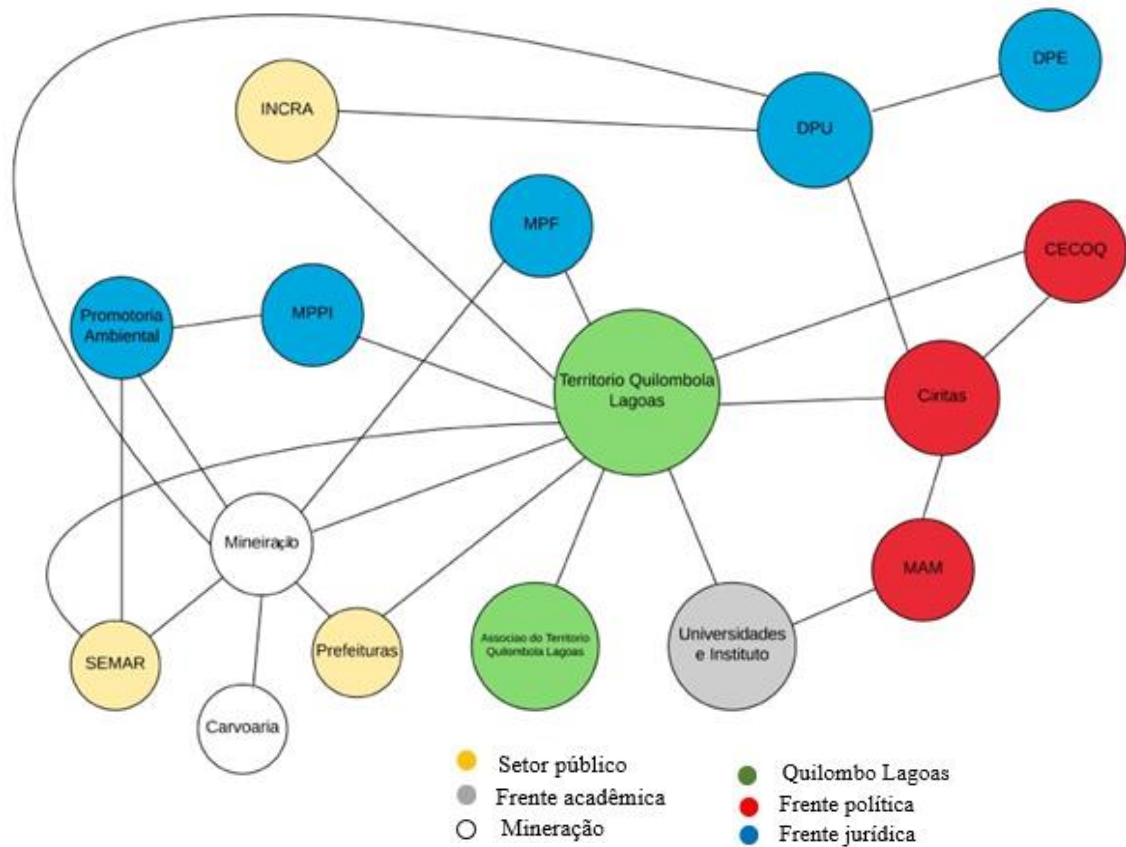


Gráfico 01: Diagrama das interações entre o Quilombo Lagoas e as demais entidades

Apesar de não ter participado da I Roda de Conversa Lagoas, o Ministério Público do Estado do Piauí – MPPI tem uma participação relevante nos assuntos do quilombo, uma vez que participou ativamente, por meio da Promotoria Ambiental, do Grito do Semiárido e das questões relacionadas às carvoarias. Considero a reunião em questão como de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que pude perceber como estão estabelecidas as relações, direta ou indireta, entre o Território Quilombola Lagoas e às demais instituições envolvidas.

Posição, interesse e encaminhamentos				
Atores	Posição	Interesses	Ações	Encaminhamentos
Associação do Território Quilombola Lagoas	Permanência em suas terras; Melhoria de suas condições de vida.	- Titulação das terras; -Melhoria na qualidade de vida; - Visibilidade; -Geração de trabalho e renda. - Serem ouvidos pela mineradora.	- Parceria com instituições. - Formação de associações (organização social). - Manifestação popular. - Participação em assembleias populares.	- Cobrança e fiscalização dos demais encaminhamentos; - Impedir a titulação fracionada do quilombo e buscar estratégias que agilizem o processo de regularização fundiária.
SEMAR	A favor da mineração.	-Arrecadar recursos através da expedição de licença ambiental.	- Emissão de licença aos empreendimentos para exploração mineral;	- Licença ambiental.
Prefeituras	Invisibiliza a comunidade em relação às políticas públicas.	(Não discutido na roda de conversa em virtude do não comparecimento dos/as prefeitos/as.)	- Fechamento das escolas municipais do quilombo.	- A comunidade deve solicitar formalmente à administração municipal e reabertura das escolas.
INCRA	Omisso em relação à mineração.	-Nucleação do quilombo.	- Demora no processo de titulação, colocando várias barreiras;	- Refazer o levantamento fundiário; - Titulação fracionada
DPU/ DPE MPF/ MPPI	Em defesa da Comunidade	- Fazer cumprir as leis, os direitos e os deveres dos quilombolas.	- Assessoria jurídica ao Quilombo Lagoas. - Garantia ao acesso dos quilombolas a políticas públicas.	- Representação do quilombo dentro do Inbra e em questões jurídicas; - Solicitação de audiências públicas;
Cáritas MAM Comitê de Controle Social	A favor da comunidade e contra a instalação da SRN Mineração.	-Assessorar na organização e gestão comunitária; -Promover democracia participativa e justiça socioambiental; -Defesa, promoção de direitos, controle social e políticas públicas.	- Produção de base e alimentos saudáveis; - Projetos socioambientais; - Assessoria na organização e gestão comunitária; - Divulgação do conflito socioambiental como forma de mobilização social; - Assembleias populares.	- Organização dos pareceres técnicos; - Ampliar os espaços das assembleias populares para além das comunidades impactadas (todos os núcleos do quilombo). - Mobilização e manifestação popular.
UNIVASF IFPI UESPI	A favor da comunidade	- Desenvolver pesquisas científicas e projetos de extensão que venha a contribuir com a melhoria na qualidade de vida das comunidades locais.	- Projetos de extensão (patrimônio, cartografia social, panificação, memória social); - Realização de pesquisas científicas sobre os impactos de mineração. - Realização de eventos.	- Elaboração de pareceres técnicos; - Levantamento e documentação das áreas de conflito de mineração; - Patrimonialização da Cova da Tia como medida protetiva.

Quadro 01: I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas

## **Estrutura do Trabalho**

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro destes apresento inicialmente o momento em que tomo conhecimento da atividade de empresas mineradoras no Território Quilombola Lagoas e analiso um evento realizado na Comunidade São Vítor com o intuito de mostrar como o tema “mineração” está presente nas vivências dos quilombolas. Em seguida, em uma perspectiva teórica, abordo a mineração como campo de pesquisa da Antropologia, os conceitos de extrativismo, neoextrativismo, desenvolvimentismo, atividade mineral no Brasil e, por fim, apresento o Estado do Piauí como “a nova fronteira do minério”, no qual é tratado sobre os municípios de potencial mineral e aqueles em que já existem a exploração mineral, incluindo a atividade mineradora no Quilombo Lagoas.

No segundo capítulo – Da sondagem ao Licenciamento Ambiental -, busco percorrer a trajetória de atividades de mineração no território desde o momento em que a população local se depara com pesquisadores transitando em suas terras, a presença de fornos de queima de carvão, até o indicativo de operacionalização da mineradora SRN Mineração nas comunidades Xique-Xique e Cova da Tia com o pedido de licenças ambientais ao órgão ambiental do Estado do Piauí – SEMAR, bem como a discussão sobre o processo de licenciamento ambiental para mineração.

Finalmente, no terceiro capítulo, por meio da narrativa dos atingidos sobre as experiências e impactos sofridos desde a *chegada da mineração*, faço uma descrição do processo de sondagem, dos impactos socioambientais decorrentes da atividade mineradora nas comunidades do Quilombo Lagoas, bem como o processo de mobilização, estratégias de enfrentamento e resistência contra a mineração das comunidades afetadas - direta e indiretamente - e demais instituições.

## Capítulo 1

### MINERAÇÃO, TERRITÓRIO E CONFLITO

#### Mineração no Quilombo Lagoas: primeiros olhares

No dia 15 de julho de 2017 estive na Comunidade São Vítor, juntamente com os alunos extensionistas da Univasf, para organizarmos com os moradores as atividades dos festejos do padroeiro São Vítor. Fui chamada a fazer parte da organização por causa das atividades turísticas que vislumbrávamos para o dia evento. Saímos da universidade cedinho, percorremos um trajeto de 30 km, com duração de aproximadamente uma hora, chegando à comunidade por volta de 9h da manhã.

Nos reunimos na casa de Seu Andreolino<sup>9</sup> para que pudéssemos traçar um cronograma de atividades do dia. Foi nesse momento que eu me deparei com algo que até então desconhecia, mas que não era novidade para ninguém, a *chegada da mineração*. Confesso que de início fiquei um tanto confusa, pois não conseguia associar [conceber] que um território quilombola e sítio arqueológico poderiam ter a presença de atividade mineral.

A Comunidade São Vitor está situada a cerca de 30 km do núcleo urbano de São Raimundo Nonato-PI e inserida no Território Quilombola de Lagoas. Tal comunidade é bastante conhecida por possuir um monumento rochoso popularmente chamado de Pedra de São Vitor, uma ilha de rocha isolada no qual se formou na sua base uma lagoa com a mesma nomenclatura: Lagoa de São Vitor. A Lagoa caracteriza-se como sendo um reservatório temporário de água (que seca em períodos de estiagem), mas cujo entorno, quando escavado, ainda fornece alguns poços d'água conhecidos como cacimbas. Além disso, foram extraídos da lagoa diversos artefatos de pedra lascada e polida, fragmentos de cerâmicas e louças, cachimbos e centenas de restos de fósseis da megafauna extinta (animais de grande porte) que se encontram hoje armazenados nos laboratórios da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), no qual passaram por um processo de análise e de catalogação dos vestígios. (VIEIRA, SOUZA & ASSIS, 2014: 05).

---

<sup>9</sup> Morador da Comunidade São Vítor conhecido por colecionar fósseis de animais da megafauna e expor em um pequeno “museu” na garagem de sua residência. Além disso, busca sempre estar envolvido em questões políticas do quilombo.



Como primeira atividade do dia seguimos até uma comunidade vizinha, nesse momento fiquei vidrada na janela do ônibus observando todo o trajeto. Estrada de chão, vegetação seca, algumas casas perdidas, o som dos chocalhos das cabras que pastavam soltas pelas estradas e campos, uma típica paisagem sertaneja que evoca minhas memórias de infância. Chegando ao destino final, no povoado Xique-Xique, paramos embaixo de uma árvore e esperamos a professora Nívia e Seu Andreilino ir até uma casa para pedir informações sobre esse “tal lugar” que precisávamos ver. Um senhor bastante prestativo nos deu as informações e depois decidiu ir conosco. Foi então que conseguimos chegar ao lugar pretendido.

A Comunidade Xique-Xique<sup>10</sup> encontra-se afastada dos núcleos mais centrais do quilombo, situada na divisa entre os municípios de São Raimundo Nonato e São Lourenço do Piauí, a extremo leste do Território Quilombola Lagoas. Residem em Xique-Xique 14 famílias, das quais tem como atividade econômica a agricultura familiar e a apicultura. Atualmente a comunidade tem convivido com a presença da mineradora SRN que se instalou nas proximidades e que tem provocado alterações expressivas na paisagem.

Enfim avistamos o lugar esperado, uma imensa cratera no meio da caatinga. Os estudantes de arqueologia verificaram cada parte da cratera na busca por artefatos e materiais líticos. Fiquei no “pé do morro” observando toda aquela área desmatada e erodida, apenas como uma curiosa, ainda em a dimensão do que aquilo significava para as pessoas que morava na localidade. Quando questiono um dos moradores da comunidade, este diz se tratar de uma ação da mineração e que as erosões dizem respeito às perfurações das pesquisas geológicas para identificação de minérios. No lugar dessa erosão havia um pó solto e de coloração vermelha, matas devastadas e muitos maribondos, era visível a alteração da paisagem naquele lugar. Retornamos para São Vítor para darmos continuidade à programação de atividades que havíamos estabelecido.

Foi realizada uma reunião logo após o almoço na casa do Seu Andreilino onde estiveram presentes lideranças do território, professores e alunos do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF. A pauta da reunião era a discussão de quais atividades faríamos nos festejos do padroeiro São Vítor<sup>11</sup> da comunidade, pois era necessário aproveitar esse período de maior visibilidade na comunidade para chamar atenção para determinado tema que fosse relevante para o território, e o tema escolhido foi *mineração*.

---

<sup>10</sup> Ver capítulo 2 deste trabalho.

<sup>11</sup> Na região do semiárido piauiense as práticas culturais ligadas à religião acontecem de forma bastante intensa, principalmente no período dos festejos do padroeiro, pois é um momento em que os moradores da localidade e da região se reúnem para celebrar e reafirmar a fé católica. São 10 dias de festa – novenário e procissão, e a cada dia são convidadas comunidades próximas para participar da celebração.

Seu Cláudio, Seu Andreilino, a professora Nívia, o professor Leandro e os demais presentes debatiam a importância de discutir com a população do quilombo como a mineração afeta as comunidades, e como essa atividade poderá impactar ambientalmente, economicamente e socialmente o Território Quilombola Lagoas. Além da questão da mineração, ficou decidido que haveria, na semana dos festejos, uma exposição de material paleontológico no museu do Seu Andreilino, e uma exposição de material arqueológico (vestígios da antiga fazenda de escravos), para que as pessoas tomassem conhecimento do patrimônio da região e também apresentar os projetos<sup>12</sup> que são desenvolvidos em São Vítor. Assim, a intensa movimentação em São Vítor seria um momento oportuno para mostrar ao público seu patrimônio, sua produção econômica (apicultura, agricultura e caprinocultura) e as formas de lidar com o semiárido e escassez de água.

Os festejos aconteceram nos dias 18 a 29 de julho, entretanto, a realização das atividades acima citadas ocorreu nos dias 25 a 27 de julho, pois seriam os dias de maior fluxo na comunidade. Mas antes de irmos até São Vítor organizar as exposições, nos reunimos no dia anterior no núcleo de extensão da UNIVASF para prepararmos alguns materiais para expor. Dentre esses materiais havia trabalhos acadêmicos, produção de cartazes de protesto e um mapa que foi entregue a mim pela professora Nívia. Tratava-se do mapa das potencialidades do Estado do Piauí.

O mapa é a forma que o Estado avalia serem as riquezas do território, com potencial de “desenvolvimento”. No supracitado mapa, o Estado do Piauí apresenta-se dividido em 12 territórios: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Chapada Vale do Rio Itaim, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros do Alto Parnaíba. Os investimentos e projetos são mostrados no mapa seguindo a ordem de maior relevância: Infraestrutura (transporte e logística), Mineração, Energia Renovável e Gás Natural, Agronegócio e Turismo.

---

<sup>12</sup> Ações desenvolvidas por meio dos projetos de extensão da UNIVASF: Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vítor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular, 2013 – 2014; Museu Integral da Comunidade de São Vítor: diálogos entre Memória Social, Multivocalidade e Experimentação Museológica, 2015; Centro Museológico de Experimentação Comunitária (CEMEC), com ações voltadas para o patrimônio cultural e desenvolvimento. (MAGESTE et. al. 2017).

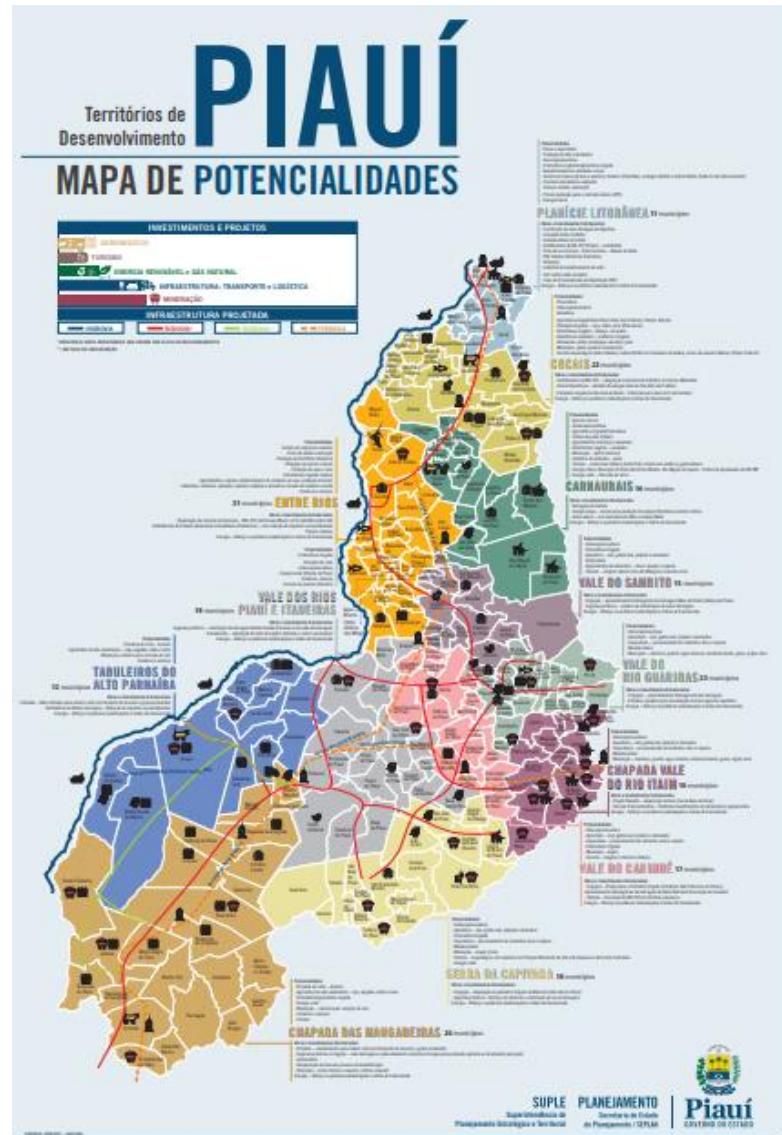


Figura 03: Mapa das Potencialidades do Estado do Piauí. (Fonte: SEPLAN).

O Quilombo Lagoas encontra-se inserido no Território Serra da Capivara, que compreende 18 municípios. De acordo o mapa citado, as potencialidades desse território são: ovinocaprinocultura, apicultura (mel, geleia real, própolis e derivados), fruticultura irrigada, cajucultura (processamento de castanha, doce e cajuína), mandiocultura, mineração (níquel e ferro), turismo (arqueológico e de aventura nos Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões) e energia solar.

Na reunião tida anteriormente para decidirmos o que seria realizado nas festividades de São Vítor, foram mencionados pelos próprios moradores os possíveis impactos que a mineração viria gerar na região. Dentre os impactos foi citada a contaminação e/ou desertificação do solo – prejudicando a agricultura - a caprinocultura – pois os animais são pastados soltos e podem se alimentar de vegetação contaminada -, e apicultura. De acordo com Seu Júlio, apicultor da

Comunidade São Vitor, o mel é tido como a atividade que mais gera renda na região, além de ser de alta qualidade e exportado até mesmo para a Europa. Segundo ele, com o exercício da mineração, a produção de mel estaria inteiramente comprometida, pois se tornaria impróprio para consumo devido aos poluentes presentes no ar.

Chegado o dia da exposição, as tarefas foram distribuídas, professores e alunos ficaram responsáveis pelos acervos arqueológicos e pela sistematização de informações técnico-científicas sobre a mineração, e os moradores organizaram as exposições trazendo instrumentos que eles utilizam no dia a dia no quilombo, principalmente as ferramentas de trabalho. O objetivo era mostrar que o quilombo possui atividades sustentáveis e que gera renda para os moradores. Foi mostrado na exposição fotos das manifestações culturais locais, além de cartazes e recortes de notícias sobre mineração no Piauí e no Brasil, vídeos sobre impactos de mineração exibidos nos computadores do CEMEC, e um painel com fotos que remetem à história local.

Outro espaço de exposição do evento foi um beco próximo à rua principal de São Vitor, ao lado casa de shows *Atlantic Night Club*, intitulado “Beco da Mineração”. Aproveitando a visibilidade desse espaço, foram afixados cartazes problematizando a mineração na América Latina e, principalmente, sobre a mineração no Piauí, e ao centro do beco foi colocado um expositor com fragmentos de minério de ferro extraídos da área a ser explorada por empresas mineradoras.



Fotografia 02: Exposição cultural material de São Vitor (Fonte: CEMEC São Vitor)



Fotografia 03: Cartaz em exposição no beco. (Fonte: CEMEC São Vitor)

Entre um relato e outro, observando toda essa mobilização diante dessas transformações que vem ocorrendo no quilombo fizeram com que eu refletisse e optasse por investigar os impactos que a atividade mineradora vem causando nessas comunidades quilombolas.

### **Produção de conhecimento antropológico em um “campo minado”**

Apesar de ser uma atividade econômica antiga, somente nos últimos 25 anos o setor de mineração tornou-se um importante campo de pesquisa para os antropólogos. Desde a publicação de Ricardo Godoy (1985) no *Annual Review of Anthropology*, o escopo para uma antropologia da mineração foi transformado significativamente (BALLARD; BANKS, 2003). Tendo por objeto a “mina”, a antropologia da mineração apresenta um potencial em estudos etnográficos ao abordar questões de interesse antropológico contemporâneo, como direitos indígenas, novos movimentos sociais e globalização, no entanto, esses estudos em antropologia de mineração permanecem em parte sub-pesquisada e sub-teorizada (BALLARD; BANKS, 2003).

No artigo *Anthropology and the Mining Arena in New Caledonia: Issues and Positionalities*, Meur (2015) aborda a questão do posicionamento dos antropólogos inseridos na arena da mineração em uma perspectiva individual centrada na ética, responsabilidade e envolvimento, além de discussões sobre rede, alianças e processos de institucionalização. Meur (2015) aponta que a mineração é produto de escolhas políticas, teóricas e éticas, bem como seu envolvimento em instituições e redes sociais, por exemplo, um pesquisador em um instituto de pesquisa, um funcionário de uma ONG, um consultor independente, ou até um funcionário de uma empresa de mineração.

Chris Ballard e Glenn Banks (2003) apresentam, a partir de casos etnográficos sobre projetos de desenvolvimento em nações na região do pacífico asiático, uma revisão na qual questionam a caracterização monolítica do Estado, corporações e comunidades envolvidos com a mineração, mapeando o debate entre os antropólogos envolvidos na mineração, seja como consultores, pesquisadores ou defensores.

Ao inserir um novo elenco global de agentes e uma nova gama de agentes locais, como corporações transnacionais, ONGs nacionais e internacionais, povos indígenas, comunidades locais, movimentos sociais e ambientais, dentre outras instituições, a mineração passa ter a potência em linhas convencionais de investigação antropológica e, por meio do engajamento de antropólogos como consultores e militantes, representar um desafio à reflexividade etnográfica (BALLARD; BANKS, 2003).

“A mineração não é um playground etnográfico”, evidenciam Ballard e Banks em seu artigo ao ressaltarem o frequente conflito entre diferentes atores dentro da comunidade mineira, variando de oposição ideológica e a extensa perda de vida, subsistência e ambientes. Dito isto,

os autores chamam atenção à posição dos antropólogos no interior desses relacionamentos e, conseqüentemente dentro desses conflitos.

Em projetos de megamineração, arena de conflitos são formadas envolvendo comunidades locais, o Estado, grandes corporações, instituições, movimentos sociais e pesquisadores das mais diversas áreas. Dentro dessa perspectiva, os antropólogos têm sido solicitados a trabalharem como consultores e/ou mediadores de conflitos (ZHOURI, 2018; BRONZ, 2016). Vale ressaltar que diante desse cenário, em que as relações de poder caracterizam as relações sociais, e as violações dos direitos humanos não são incomuns, o que leva a posição do cientista social ser constantemente questionada. Zhouri (2018) considera que mais do que uma observação participante, é necessário um “olhar situado” no qual o discurso do antropólogo é realizado por meio de condições de produção específicas decorrentes das relações de lugar.

Zhouri (2018) chama atenção à nova ordem econômica e política-ideológica apoiada no boom internacional dos preços baixos de matéria-prima e bens de consumo demandados pelos países desenvolvidos, processo conhecido como “consenso das commodities” na América Latina. A autora também aborda o processo de “violência das afetações” postas pelo neoextrativismo, que compreende uma série de dinâmicas definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas com materialidade presente no território. Além disso, “as ‘violências das afetações’ implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados” (ZHOURI, 2018, p. 11).

De fato, para compreender a complexidade desses processos, faz-se necessária uma interação entre a antropologia e outras áreas de conhecimento (geografia, sociologia, medicina, ciência política, etc), pois a mineração requer uma abordagem interdisciplinar. Um exemplo disso é o GESTA<sup>13</sup>, um grupo de caráter interdisciplinar formado por pesquisadores de graduação e pós-graduação das áreas de Antropologia, Sociologia, Geografia, Ciências Socioambientais, Direito e que atua com pesquisa e extensão, buscando refletir sobre processos hegemônicos referentes à apropriação do território, bem como uma ação transformadora que inclui atividades de capacitação político-participativa de populações afetadas e mapeamento dessas comunidades.

---

<sup>13</sup> Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG, desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território vigentes em nossa sociedade. (<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>)

### **Desenvolvimentismo, Extrativismo e Neoextrativismo**

O “desenvolvimento” é considerado um dos discursos mais presentes no senso comum e na literatura especializada. De acordo com Gustavo Lins Ribeiro (2012), sua importância para a organização de relações sociais, econômicas e políticas fez com que antropólogos o avaliassem como “uma das ideias básicas da cultura europeia ocidental moderna”, chegando a ser comparada a uma “religião secular” inquestionada. Além disso, a plasticidade do discurso sobre desenvolvimento sempre está em processo de transformação, tendo suas variações como tentativas de reformá-la e aplicando numerosos adjetivos que formam parte da sua história – industrial, capitalista, comunitário, humano, desigual, sustentável, etc -. Variações estas que refletem não apenas a luta por hegemonia, mas também diferentes momentos do sistema capitalista mundial.

Na visão de Gustavo Ribeiro (2012), o campo do desenvolvimento é formado por atores representantes de diversos segmentos de: populações locais; empresários privados, funcionários e políticos em todos os níveis de governo; pessoal de corporações nacionais, internacionais e transnacionais; e pessoal de organizações internacionais de desenvolvimento. Além disso, Ribeiro (2012) coloca que as instituições como organizações governamentais, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, igrejas, entidades industriais e corporação financeira são partes fundamentais neste campo.

A dinâmica e estrutura de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por capacidades de poder e interesses distintos, articulados através de processos históricos de estruturação de redes. Nesse sentido, o desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas, variando do interesse em acumular poder econômico e político a uma redistribuição de igualdade. Em decorrência disso, são comuns lutas de poder entre atores internamente e entre instituições. (RIBEIRO, 2012).

Por um lado, no campo do desenvolvimento, há os atores e instituições mais poderosos rotulados como “indústria do desenvolvimento”, que se empenham na reprodução do campo como um todo, uma vez que seus interesses estão intimamente ligados à existência do campo. Por outro lado, têm-se os grupos locais vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento, que são os atores e instituições menos poderosos. Nesse caso as populações tradicionais, tida como vulneráveis, têm suas relações e territórios destruídos por iniciativas das “indústrias do desenvolvimento”. (RIBEIRO, 2012; ZHOURI, 2012).

A intensiva exploração dos recursos naturais, provocado pelo processo de expansão capitalista em escala nacional e global, tem atingido áreas que até pouco tempo eram economicamente marginais, bem como na expansão das fronteiras econômicas sobre territórios ocupados por povos tradicionais e pela agricultura familiar. Ainda que o processo de redemocratização do país tenha resultado a criação de um marco regulatório ambiental e com reconhecimento de direitos, o acirramento de conflitos entre populações locais, agências do governo e grupos empresariais estão cada vez mais intensos, principalmente no que diz respeito aos investimentos nos chamados projetos de desenvolvimento.

Em função de uma visão hegemônica de “desenvolvimento e progresso”, que tem orientado o processo de modernização do País e sua inserção no processo contemporâneo de globalização econômica, comunidades rurais são destituídas do meio ambiente que, por gerações, enquanto bem material e simbólico, vem assegurando a manutenção e a reprodução de seus modos de vida. (ZHOURI et al. 2004: 02).

Para lidar com a pressão do capitalismo transnacional por extração de *commodities* – bens primários produzidos em larga escala –, muitos dos governos dos países da América do Sul passaram a adotar um modelo neodesenvolvimentista, articulado à economia neoliberal global. Tal modelo se apropria do discurso de sustentabilidade para ir de encontro aos direitos de populações tradicionais, amparados pela Convenção nº 169 da OIT. Desse modo, os modelos de “neodesenvolvimento” se despontam a partir do discurso de combate à pobreza e consolidação da economia em situação de crise.

Por causa de seus enormes impactos ambientais e sociais, os PGEs [projeto de grade escala] mostram claramente o desequilíbrio das relações de poder entre populações locais e *outsiders* desenvolvimentistas. Por outro lado, esses projetos têm também causado um aumento na capacidade de reação de atores locais por meio de movimentos sociais e ONGs. As pessoas passaram a entender as desigualdades inerentes a esse tipo de expansão econômica. O grande capital estrangeiro e nacional, vários tipos de profissionais e técnicos expatriados comumente ficam com a maior parte das riquezas produzidas em tais empreendimentos. (RIBEIRO, 2012: 202-203).

Segundo Eduardo Gudynas (2018) o extrativismo é um tipo de apropriação de recursos naturais em grande escala e/ou alta intensidade, onde metade ou mais são exportados como matéria-prima, sem processamento industrial, distinguindo a da agricultura camponesa – voltada para subsistência ou para o mercado nacional. Quanto às atividades extrativistas como o petróleo ou mineração a céu aberto, esta mantém relações comerciais com o mercado internacional. A propósito, o termo extrativismo vem do latim *extaher*, que significa “arrancar



com violência”, ou seja, essa forma particular de empreendimento é incapaz de coexistir com as pessoas e estas terem seus direitos assegurados.

Desse modo, entende-se por extrativismo como:

[...] un conjunto particular de apropiaciones de recursos naturales caracterizados por los grandes volúmenes removidos y/o la alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados. Por tanto, bajo esta definición, los extractivismos son plurales, incluyendo emprendimientos tales como la megaminería a cielo abierto, la minería pequeña de oro aluvial (legal o ilegal), las explotaciones de petróleo o gas natural, o los distintos monocultivos de exportación (donde el caso más destacado es la soja). Bajo esta perspectiva, los extractivismos no son una industria, ya que en ellos no hay una transformación industrial, siendo incorrectas expresiones tales como “producción minera o petrolera”, ya que nada se produce, sino que todo se extrae. (GUDYNAS, 2015, p. 14).

Gudynas (2018) ressalta que os extrativismos se tornaram um drama social e ambiental que se repete em quase todo o planeta. Na América Latina, por exemplo, eles aparecem em todos os cantos do continente, como a perfuração de petróleo no Equador e na Amazônia, a monocultura de soja no cerrado do Brasil, a mineração chilena e ao *fracking* (fraturamento hidráulico) na Patagônia Argentina. Esses extrativismos têm-se multiplicado e intensificado, provocando uma sequência de impactos ambientais, pois acidentes de diversos tipos começaram a aumentar e conseqüentemente, as queixas e protestos também aumentaram. Governos e empresas passaram a reagir, e em vários lugares, perseguiram ou criminalizavam movimentos sociais, principalmente de indígenas, quilombolas e camponeses, dada a sua dependência econômica a estes extrativismos. (GUDYNAS, 2018).

Devido a sua imposição em âmbito local, mas estarem vinculadas a uma demanda mercadológica de *commodities*, o extrativismo é visto como economia de enclave, já que os projetos ficam ilhados em relação a economia local, o que acaba se contrapondo ao discurso de desenvolvimento sustentável. O crescimento de um PIB não quer dizer qualidade de vida das populações locais, nem tampouco o fim da pobreza, isso apenas reforça a concentração de capital e desigualdade social.

No entanto, apesar do extrativismo ocorrer em âmbito local, Gudynas (2015; 2018) apresenta que os efeitos dessa atividade “derramam” pelo território em sentido mais amplo, afetando a estrutura, dinâmica e estratégias de desenvolvimento, as políticas públicas, e até mesmo os modos de entender a natureza, justiça e democracia. Dessa forma, esse “efeito derrame” tem sentido multidimensional, pois atinge aspectos sociais, ambientais, econômicos e territoriais e que se relacionam entre si. Gudynas (2015) considera como efeitos ambientais a contaminação do solo, água ou ar, ou a destruição de áreas selvagens; e como impactos sociais

o deslocamento ou mudanças drásticas nas comunidades camponesas ou indígenas, além das distorções nas economias locais. O autor ainda acrescenta que boa parte desses empreendimentos geram diferentes tipos de resistências e desencadeiam conflitos que também são de âmbito local.

A propósito, os “efeitos derrame” vão muito além da localização do empreendimento, eles não se referem apenas aos impactos das instalações em um lugar, mas os efeitos que podem se reproduzir em diversas áreas do país. Assim, esses “efeitos”, uma vez que se concentram em impactos locais, ao promover empreendimentos distintos como projetos de mineração e indústria de petróleo, geram consequências que comprometem todo o cenário de políticas públicas nacionais. Deste modo, quando há uma flexibilidade ambiental que permite uma empresa extrativista operar em um determinado lugar, esse desconto passa a ser aproveitado e aplicado por outros projetos e em outras áreas do país, ocasionando uma redução na qualidade ambiental por todo o país e em diversos setores. (GUDYNAS, 2015; 2018).

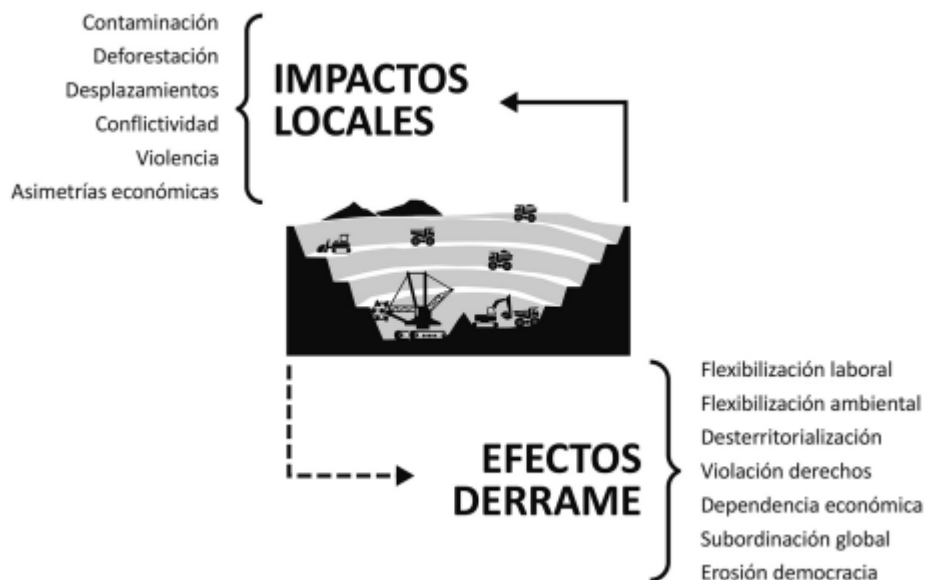


Gráfico 02: Diferença entre impactos locais e efeitos derrame, com exemplos de algumas das suas expressões mais comuns. (Fonte: GUDYNAS, 2018).

O efeito derrame pode ser observado quando, por exemplo, para poder levar um projeto extrativista adiante se modifica o regulamento ambiental, mas o efeito dessa mudança não se restringe apenas a essa empresa, e sim a mudança de toda a gestão ambiental, podendo abarcar até mesmo atividades não-extrativistas e aplicar em todo o território. São poucos os casos em que o regulamento é alterado antes de iniciar um projeto, quando isso acontece, o único propósito é incentivar investidores. A questão é que tanto as políticas públicas, como as

ambientais, trabalhistas, entre outras, são modificadas para permitir a ação extrativista, causando consequências que “derramam” em todas as políticas e em todo o país. (GUDYNAS, 2018).

A partir dos anos 2000, o extrativismo na América Latina passa a ser reestruturando, tornando-se o que Gudynas (2012) chama de “neoextrativismo”. Esse novo modelo de extrativismo, adotado tanto pelos governos liberais quanto pelos governos progressistas, se refere à “práticas nas quais o Estado desempenha papéis mais ativos e que, em vários casos, alimentam programas de luta contra a pobreza, mas que por outro lado continuam adotando modelos de grande impacto social e ambiental” (GUDYNAS, 2012: 303). No neoextrativismo, o Estado é mais ativo e com regras mais claras, em alguns casos, os novos governos renegociam os contratos, elevam os royalties e a tributação, e potencializam o papel das empresas estatais.

Em relação aos impactos socioambientais, os enclaves extrativistas situam-se no centro de muitas polêmicas, desde as desigualdades sociais até casos de poluição e perda da biodiversidade. Quanto aos impactos do neoextrativismo Gudynas (2012) alega que uma das questões que mais chamam atenção é o fato de que na gestão da nova esquerda não há melhorias substanciais no tratamento dado a estes impactos, principalmente no campo ambiental, podendo até dizer que houve retrocessos em alguns países. Alguns desses governos chegam a acusar indígenas e camponeses de “impedir” o progresso. No caso do Brasil, a insistência em “flexibilizar” a legislação e as licenças ambientais têm acarretado uma onda de protestos em resistência à atividade extrativista.

Nos governos progressistas, o debate sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais fica mais opaco. No que se refere à dimensão ambiental, sua existência é negada ou minimizada em várias ocasiões, sendo rechaçada em outros, sendo esta apresentada como disputa de interesses econômicos, conflitos sobre o ordenamento territorial, ou expressão de obscuras agendas político-partidárias. (GUDYNAS, 2012: 310).

Gudynas (2012) exemplifica o caso do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no qual os conflitos rurais cresceram relativamente, embora tenha se reduzido no segundo mandato, e aponta como fatores as más condições de trabalho, trabalho escravo e violência contra indígenas – fator evidente na região da Amazônia –, e que em muitos casos estão ligados diretamente ao neoextrativismo. Ainda sobre a questão do neoextrativismo no Brasil, Gudynas (2012) destaca o Bolsa família como programa social, destinado aos setores mais pobres, financiado por receitas oriundas do neoextrativismo, servindo como apaziguador das demandas sociais locais. Esses programas sociais convêm pacificar o protesto social. No governo Lula, por exemplo, embora as metas de reforma agrária fossem abandonadas e a não

distribuição de terras ao sem-terra, ainda assim o número de pessoas envolvidas em movimentos sociais se encontrava em queda. Assim, tal medida é vista como política compensatória para apaziguar àqueles que lutaram nos últimos 30 anos pela reforma agrária. (GUDYNAS, 2012).

Partindo desse pressuposto, o que vemos no neoextrativismo é uma reformulação dos discursos de desenvolvimentismo, no qual as comunidades locais devem aceitar ser “sacrificadas” pelos grandes empreendimentos em troca de medidas de compensação a partir do clássico programa de assistência social. Assim, tais medidas compensatórias acabam que por legitimar esses governos progressistas, fazendo com que seja difícil questionar tais empreendimentos, e aqueles que chegam a questionar o extrativismo estariam “contra” o desenvolvimento do país.

### **A atividade minerária no Brasil**

Nos últimos anos tem crescido no Brasil o número de grandes empreendimentos, entre eles setores como de energia, mineração e petróleo, ou seja, são projetos industriais e/ou de larga-escala caracterizados pelo alto capital de investimento, recursos e mão-de-obra capaz de produzir profundas transformações nos territórios em que são instalados e vistos como alternativas à pobreza. Esses grandes projetos são financiados ou apoiados pelo Estado e executados por empresas nacionais e multinacionais consorciadas (BRONZ; BEZERRA, 2014).

No que concerne à atividade mineradora no Brasil, é sabido que ela possui relevante importância, inclusive histórica, na economia do país. Segundo Araújo e Fernandes (2016) a mineração tem sido tratada pelo Estado Brasileiro como uma atividade econômica de interesse público devido o retorno que proporciona, sendo considerado item importante na balança comercial juntamente com o agronegócio. Os autores apontam que a atividade acompanha a trajetória sociopolítica do país, estando presente, de maneiras distintas, durante os três regimes pelos quais o Brasil passou – Colônia, Império e República.

Em virtude de sua grande extensão territorial, o Brasil concentra uma grande diversidade, além de depósitos minerais de relevância global. Segundo Milanez (2014), a importância da indústria de mineração sofreu uma variação considerável nos últimos 50 anos, essa importância se deu graças à maior incidência que esses produtos tiveram no mercado internacional, principalmente o aumento da demanda dos mercados asiáticos, especialmente a China – responsável por 70% do volume de exportação de minerais metálicos do Brasil -, seguido pela Europa Ocidental (19%) e Oriente Médio (6%). (MILANEZ, 2012).

Essas exportações acontecem não só pelas condições econômicas (taxas de juros e câmbio), mas também por uma decisão explícita para agências de fomento, como o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que fornece recursos a setores intensivos em recursos naturais. Um exemplo disso é a contribuição do BNDES em grandes quantias de recursos naturais para um grupo seleto de empresas como a Vale S.A (GUDYNAS, 2012; MILANEZ; SANTOS, 2014). De acordo com Milanez e Santos (2014), entre 2002 a 2012 a participação do BNDES nos setores de petróleo e gás, mineração e energia variou de 54% a 75%. Ao incluir os setores de papel e celulose e alimentos (principalmente de a proteína animal) essa concentração aumenta para 89%.

Partindo de uma perspectiva comparativa, o crescimento das exportações minerais nos últimos anos fez com que o Brasil alcançasse uma posição de destaque no contexto da América Latina. Segundo Bruno Milanez e Santos (2014), no ano de 2012, os minerais representavam 13% das exportações brasileiras, perdendo para o Chile (57%), Peru (44%) e Bolívia (21%). Quanto o valor de exportação, o Brasil seria o maior exportador de minerais do mundo, chegando a exportar U\$ 242 bilhões, à frente do Chile, que ocupa a segunda posição com U\$ 81 bilhões. Em 2011, o Brasil foi o quarto país da América Latina com a maior receita de mineração, chegando a 3% do PIB.

Dessa forma, a consolidação da mineração no Brasil permitiu a criação de grandes empreendimentos de mineração, que atualmente operam como transnacionais – não só na América Latina, mas estendendo-se a América do Norte e África -. Esse crescimento extrativista significativo se deve em decorrência da demanda asiática por minerais, no entanto, o resultado desse crescimento acarretou uma intensificação de conflitos entre as empresas e as comunidades afetadas devido os impactos socioambientais provocados pela exploração mineral.

Sobre a exploração mineral no Brasil, é importante salientar que:

[...] o subsolo é definido pela Constituição Federal de 1988 como realidade jurídica distinta da do solo para fins de aproveitamento mineral (pesquisa e lavra) e pertencente à União, a quem cabe a concessão do direito de pesquisa e exploração (BRASIL, 1988). Já o Código Mineral em vigor prevê aos proprietários e posseiros de terras onde está localizada a jazida o direito de indenização pelos prejuízos causados pela atividade e participação no resultado das lavras, mas não estabelece a possibilidade de os proprietários ou posseiros recusarem a atividade mineral (BRASIL, 1967). Somado a isso, em alguns projetos, empresas auferem grandes benefícios, enquanto as populações mais vulneráveis sofrem com os impactos negativos decorrentes do empreendimento econômico. (ARAUJO; FERNANDES, 2016, p. 04).

Em relação à extração mineral em terras indígenas, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 231 e 49), é de responsabilidade do Congresso autorizar a prospecção e exploração de recursos minerais em terras indígenas, e esta autorização deve ser consultada pelas populações afetadas e que esta tenha garantida a sua participação no resultado da produção mineral. Entretanto, a constituição institui a necessidade de uma legislação específica que regule a mineração em terras indígenas, como não se alcançou nenhuma posição sobre essa legislação, a atividade atualmente não é permitida. Ainda que não haja a regulamentação para a mineração em terras indígenas no Brasil, há um número excessivo de pedido de pesquisas de mineração nessas áreas, especialmente na Amazônia. (MILANEZ; SANTOS, 2014).

O que tem sido debatido da Câmara, e os projetos que têm sido formulados quanto à regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, é a necessidade de se ouvir os indígenas sobre suas terras e seus direitos. A redação desses projetos de lei deixa em aberto a possibilidade de consulta aos indígenas, alguns até sugerem que essa deva ser apenas uma medida burocrática, ou seja, mesmo sendo consultada, a palavra dos indígenas não seria levada em conta (MILANEZ; SANTOS, 2014). Assim, independente do projeto de lei que seja aprovado, os riscos para essas populações são evidentes, dado a divergência entre o interesse das empresas, do Estado e das populações tradicionais, ainda que seja levada em consideração a Convenção nº169 da OIT.

O fato é que o debate sobre a questão minerária no Brasil se faz necessário devido às questões referente aos direitos e garantias das comunidades afetadas, assim, em resposta a essas medidas extrativistas que afetam as comunidades locais, diferentes movimentos sociais tem se articulado em redes com o intuito de apoiar as comunidades atingidas, bem como discutir possíveis alternativas e desafiar o atual modelo de extração mineral.

### **Piauí: a nova fronteira do minério**

O Piauí vem sendo apontado por especialistas em mineração como a nova fronteira do minério, isso porque apresenta uma grande potencialidade em variedade de minérios. Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), são encontrados no Piauí minérios de ferro, calcário, ouro, talco, manganês, entre outros. Em 2017, o Piauí contava com 4.172 processos junto ao DNPM, correspondendo 2,3% do total de 180.985 processos existentes no Brasil. (IBRAM, 2017).

Segundo o Plano de desenvolvimento econômico sustentável do Piauí 2050 (CEPRO, 2013), o Estado do Piauí apresenta potencialidades para explorar recursos minerais metálicos como o ferro, e menciona o projeto Planalto Piauí, do Grupo Bemisa, para a exploração mineral na região de Paulistana, além da exploração de níquel em Capitão Gervásio pela empresa de mineração Brazilian Nickel. Em relação aos minerais não-metálicos, o plano faz referência às reservas de calcário para produção de cimento, fosfato para produção de fertilizantes, rochas ornamentais, gemas e diamantes, além de reservas de opalas e outras gemas.

A região de Paulistana tem sido considerada a “nova fronteira mineral do Piauí”, sendo o município de Curral Novo a localização da maior reserva de minério de Ferro do estado. A empresa Brasil Exploração Mineral S.A. (Bemisa) tem desenvolvido, desde 2008, pesquisas exploratórias nessa área. A exploração de minério do Projeto Planalto Piauí já foi licenciado e está em fase de implantação, além disso, está vinculado a esse projeto a ferrovia Transnordestina, na qual fará uso para o escoamento da produção. (FIOCRUZ, 2014).

De acordo com o Mapa dos Minérios do Piauí, há ocorrência de diabásios – que são rochas para brita, ornamentos e revestimentos de vias públicas – nas regiões de Hugo Napoleão, Floriano, Itaueira, Novo Oriente e Canto do Buriti; Nos municípios de Esperantina, Matias Olímpio e Campo Largo encontra-se diabásios, potenciais para cobre, arenitos, quartzitos; Em Gilbués e Monte Alegre são encontrados diamantes; Monsenhor Gil e Demerval Lobão há presença de quartzitos, ardósia e fosfato; Na região de Pedro II, Nova Olinda e Buriti dos Montes são encontrados as opalas – considerada as melhores do mundo. (IBRAM, 2016).

E por fim a região sudeste, que compreende a região de São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Dom Inocêncio, onde há ocorrências de minério de ferro, manganês, calcários, talco, cobre, chumbo, zinco e níquel. E extremo sul, nas regiões dos municípios de Anísio de Abreu, Curimatá, Parnaguá e Corrente com potenciais e depósitos descobertos de cobre, titânio, ferro, manganês, ouro, níquel, cobalto, alumínio, zinco e rochas graníticas. A empresa Riverbank Resources Mineração assinalou interesse em explorar minérios no município de Anísio de Abreu (IBRAM, 2016). Atualmente tal empresa encontra-se em estágio de pesquisa mineral.

É nesse contexto de mineração no Piauí que a presente pesquisa se desponta. Em 2016 a empresa SRN Mineração anunciou, em reunião com o governador Wellington Dias no Palácio de Karnak, a operacionalização da mineração nos municípios de São Raimundo Nonato, São Lourenço do Piauí, Fartura do Piauí e Dirceu Arcoverde. Formada em 2014, a SRN Mineração é o resultado da junção de seis projetos de minério de ferro na região de São Raimundo Nonato

(PI), cujas pesquisas geológicas tiveram início em 2009. Constituída por 5% de capital estrangeiro e 95% de sócios locais, dentre eles pessoas físicas e empresas de investimentos. Vale ressaltar que dentre os sócios da empresa está o Secretário de Mineração do Estado do Piauí, Luís Coelho, que durante os debates públicos representava tanto os interesses do Estado, quanto da mineradora. O projeto prevê a extração de 300 mil toneladas de minério de ferro magnetítico por ano, e o início da implantação da planta piloto estaria previsto para o segundo semestre de 2018, com produção destinada ao mercado interno e externo. (srnmineração.com).

Em seu website, a empresa SRN Mineração descreve como se dará o processo de operação do projeto, no qual a produção de minério de ferro magnetítico será por meio do processamento a seco. Esse tipo de processamento ocorre sem a necessidade de barragem, pois não há captação de água para consumo, preocupação essa que se dá devido aos desastres socioambientais, como rompimentos de barragens de rejeitos, ocorridos nos últimos anos. Nesse caso, a empresa apresenta como objetivo “viabilizar o desenvolvimento de projetos de mineração de forma ambientalmente sustentável, gerando benefícios econômicos e sociais”.

Tal objetivo é demasiadamente contraditório, pois uma atividade extrativista, principalmente a mineral, está longe de ser uma atividade sustentável, independente das tecnologias que serão utilizadas ainda assim é uma atividade degradante. Dessa forma, utilizar o termo “sustentável” de forma equivocada soa como uma “propaganda enganosa” afim de convencer a população e o Estado de que a mineração trará mais benefícios do que impactos negativos. Todavia, o que temos visto é que nos locais em que são construídos estes empreendimentos são produzidas configurações sociais distintas por meio da demarcação de novas fronteiras, além do recorte de territórios, expulsão de antigas populações e o assentamento de novas (BRONZ; BEZERRA, 2014).

Esse processo é o que Acserald (2004) chama de “zonas de sacrifício”, que são novas fronteiras econômicas de mineração as quais avançam sobre os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais de maneira violenta, ao passo que os moradores dessas áreas passam a conviver com a poluição, devastações e contaminações do solo. Esse avanço sobre as terras tradicionalmente ocupadas tem gerado conflitos e até mesmo destruição de comunidades inteiras. Nesse caso, a atividade mineral é tida como invasiva e ameaçadora à qualidade de vida dessas comunidades.

Em relação à logística, a empresa relata que o escoamento da produção acontecerá através das rodovias BR-020 e PI-140/BR-324 até o ponto de embarque na Ferrovia Transnordestina, seguindo por 900 km de ferrovia até o porto de Suape, no Pernambuco, outra possibilidade de escoamento é pela via férrea até o porto de Pecém no Ceará por cerca de 1000



km. Em entrevista para o Notícias de Mineração Brasil (NMB) o presidente da SRN Mineração Marcelo Prado fala sobre a dependência do projeto com a ferrovia Transnordestina, já que não há prazos para conclusão da obra, por sua vez, o presidente declara que sem a ferrovia o transporte de minério será feito inteiramente por rodovias em caminhões. (SRN, 2017; IBRAM, 2017).

Isso porque a extração do minério não se caracteriza exclusivamente pelas minas, mas por uma gama de empreendimentos, principalmente em relação a extração de minério de ferro no Brasil, entendido como sinergia dos empreendimentos. Um complexo minerário e industrial compreende toda uma infraestrutura que está relacionada à produção, escoamento e exportação desse minério, como é o caso das barragens de contenção de rejeitos (causadora do maior desastre ambiental que se tem registrado no Brasil), minerodutos, siderurgias, ferrovias e portos. (MILANEZ; SANTOS, 2014).

O presidente da SRN Mineração, Marcelo Prado, comenta em sua entrevista ao NMB que a região de São Raimundo Nonato é “muito pobre”, tendo como atividade econômica a agricultura e um pouco de turismo local. Afirma ainda que a região é “extremamente carente” devido aos problemas com a seca, e ressalta que o projeto oportunizado pela SRN Mineração impulsionará o desenvolvimento local, bem como melhoria na infraestrutura, geração de emprego, receita e arrecadação de impostos, ou seja, “uma verdadeira evolução na região”, nas palavras dele. Entretanto, a afirmação do presidente da mineradora é analisada apenas como discurso desenvolvimentista para convencer a sociedade civil de que o empreendimento trará progresso à região, uma vez que a região do município de São Raimundo Nonato não é “pobre” como dito na fala do empreendedor, sendo o município com o maior PIB da região do Território Serra da Capivara, tendo como atividade econômica predominante a prestação de serviços (IBGE, 2010).

Esse tipo de posicionamento do empreendedor é visto por Deborah Bronz (2016) como uma construção discursiva que acompanha os grandes projetos industriais, baseado na crença na melhoria da vida pela via do desenvolvimento econômico, discurso este fortemente enraizado na naturalização dessa crença. Segundo Bronz (2016: 161) “A eficácia ideológica do discurso desenvolvimentista começa a ser produzida, nos diagnósticos, a partir da construção de uma ideia de precariedade econômica associada à vida dos moradores do município”, assim, os empreendedores propagam em seus discursos os benefícios do desenvolvimento a partir da industrialização, urbanização, geração de empregos e aumento da arrecadação tributária dos estados (BRONZ, 2016) – nota-se pelo discurso do presidente da SRN Mineração apresentado anteriormente.

Dessa feita, o que temos visto em projetos de grandes empreendimentos é um discurso desenvolvimentista como estratégia de gestão empresarial voltada, essencialmente, para a obtenção de licenças ambientais, ao qual Deborah Bronz (2016) conceitua de “geopolítica ambiental” a justificativa para a ocupação dos territórios estatais pelas empresas. Ao passo que temos um discurso de progresso e desenvolvimento por parte da SRN Mineração, temos uma empresa que desconsidera as populações que habitam o território, pois, além de não terem sido consultadas, tem assistido seu território ser invadido e devastado pela mineração. Assim, me dedico nos capítulos seguintes a descrever como ocorreu a chegada da mineração, a abordagem da empresa e os impactos que a atividade mineradora tem causado no Quilombo Lagoas.

## Capítulo 2

### DA “SONDAGEM<sup>14</sup>” AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A instalação da SRN Mineração no Território Quilombola Lagoas

Em 2013, a Associação do Quilombo Lagoas apresenta as primeiras preocupações acerca da movimentação de pesquisa de minério dentro do território quilombola – circulação de carros, máquinas e pessoas – entretanto, as pessoas não foram informadas sobre o que se tratava essa “sondagem no território”. No ano seguinte, em 2014, a Associação do Quilombo leva ao Grito do Semiárido<sup>15</sup> a informação sobre áreas devastadas e com queimadas, além de fornos construídos para fabricação de carvão. Diante disso, a problemática da mineração passou a ser pauta do Grito do Semiárido Piauiense, estando presente desde a terceira edição até a sétima (a mais recente).

Partindo do pressuposto da *chegada da mineração* no Território Quilombola Lagoas, busco nesse capítulo percorrer a trajetória de atividades de mineração no território desde o momento em que a população local se depara com “pessoas de fora” transitando em suas terras, a presença de fornos de queima de carvão, matas devastadas, até o anúncio da empresa SRN Mineração, em 2016, indicando a operacionalização da mineradora nas comunidades Xique-Xique, Cova da Tia, Angical e Morro do Mel, no qual abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Dirceu Arcoverde, Fartura do Piauí e São Lourenço do Piauí.

Além disso, será discutido o processo de licenciamento ambiental dessas empresas de mineração, uma vez que o órgão ambiental do Estado do Piauí – SEMAR - emitiu licenças tanto para as carvoarias, quanto para as mineradoras de ferro, sem que houvesse a consulta prévia às comunidades impactadas e divulgação do EIA/Rima. Nesse sentido, a flexibilização das normas ambientais e a falta de informação sobre os empreendimentos às populações atingidas demonstra total desrespeito, configurando-se em uma violação dos direitos, uma vez que as

---

<sup>14</sup> Utilizo aqui o termo “sondagem” no sentido de observar, verificar algo. No caso desse texto, as primeiras incursões da mineradora no Território Quilombola Lagoas.

<sup>15</sup> O Grito do Semiárido é um movimento com os agricultores da região organizado pela Cáritas Diocesana em que são discutidas questões pertinentes à convivência com o semiárido. O intuito do movimento é levantar questões sobre a ausência de políticas públicas para o semiárido e a problemática da mineração. As comunidades têm promovido movimentos sociais com o objetivo debater a questão mineral e a importância da organização popular para que os povos atingidos falem, denunciem e lutem por seus direitos. Envolve setores da sociedade civil e a comunidade paroquial. O ano de 2017 foi o sétimo ano seguido em que a atividade teve lugar, sempre promovendo uma passeata e uma audiência pública.

populações quilombolas devem ter seus direitos assegurados pela Convenção nº169 da OIT, portanto o que tem acontecido em Lagoas é uma invasão em seu território.

### **“Quando se ouviu falar em mineração”: a presença de carvoarias no Quilombo Lagoas**

A mineradora São Camilo iniciou sua operacionalização em 2009 nas comunidades próximas ao Morro do Mel. (FIOCRUZ, 2014). Tal “invasão” gerou a movimentação entre os moradores que logo recorreram às ONGs locais para buscarem meios de impedir a ação da mineração e carvoaria. Assim, como mecanismo de denúncia sobre a exploração da carvoaria nas comunidades do quilombo Lagoas, os moradores impactados pela carvoaria – com o apoio da Cáritas Diocesana<sup>16</sup> – produziram um documentário intitulado “*Mineradoras no território Serra da Capivara*”, que mostra as áreas desmatadas e as toras de madeira extraídas pela carvoaria na Comunidade Lagoa Nova, em Várzea Branca-PI.

Em um trecho do vídeo, Seu Nezinho (Manoel Aragão), da Comunidade Lagoa dos Prazeres, aponta para uma árvore caída e expõe:

Isso aqui é uma Umburana, Umburana essa que nós, trabalhadores e agricultores, somos proibidos de tirar para fazer uma porta para nossas casas. Aí vem uma grande empresa, que nem sabemos da onde é, e vai e leva, sem nenhuma combinação com os moradores. Isso que a gente acha uma irregularidade. (Documentário “O Semiárido Grita!”).

Ainda sobre a questão da presença de carvoaria no Território Quilombola Lagoas, os alunos do Instituto Comrádio Brasil produziram o documentário “O semiárido Grita!” que apresenta o processo de licenciamento dessas atividades. É exposto também no documentário as imagens dos fornos, as manifestações públicas do Grito do Semiárido e depoimentos de representantes de instituições, como da diretora do IPHAN de São Raimundo Nonato - Ana Estela Oliveira, do Coordenador da Cáritas – Hidelbrando Pires, do Superintendente do Meio Ambiente – Carlos Antônio Moura Fé, da Analista Ambiental do ICMBio – Maria Lúcia, do

---

<sup>16</sup> A Cáritas é uma entidade vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB de promoção e atuação social na defesa dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável solidário e segurança alimentar. É uma organização que atua em defesa dos(as) pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de risco e afetadas por desastres socioambientais, apostando em ações locais, comunitárias e territoriais, na luta por direitos e construção de um desenvolvimento local, sustentável e solidário

Bispo Dom João Cardoso, além dos depoimentos dos representantes da Associação do Quilombo Lagoas – Nailde e Seu Cláudio.

O motivo de indignação maior, tanto por parte dos moradores como da Cáritas e Iphan, é a emissão da licença para plano de manejo concedido pela SEMAR, equivalente ao ano de 2013 a 2014. Segundo o coordenador da Cáritas, o plano de manejo se encontrava irregular, pois, conforme visto em uma visita in loco, havia corte de árvores nobres como aroeira, angico e umburana. Em entrevista Hidelbrando Pires acrescenta: “ocorre que numa dessas áreas existia uma licença da SEMAR, veja bem, o INCRA está com a responsabilidade de regularização fundiária dentro do quilombo, a SEMAR licencia um projeto agroflorestal, de manejo florestal, o INCRA diz que não tem conhecimento”, tal depoimento corrobora com a fala da diretora do Iphan Ana Estela, ao demonstrar espanto e dizer no documentário que mesmo o Iphan sendo um órgão federal, ainda assim não poderiam fazer intervenção no quilombo, muito menos escavar um sítio arqueológico sem que haja a permissão da comunidade. De fato, a licença para plano de manejo com corte de áreas nobres em um território quilombola e a construção de sessenta fornos de carvão ilegal não faz nenhum sentido.

*Nesse projeto de manejo, árvores que os trabalhadores e agricultores não podem tirar da caatinga foram retiradas, descaracterizando por completo o plano de manejo, a SEMAR não reagiu a nada, não cobrou nada da tal empresa que foi licenciada, existiu naquela época, se fotografou uma grande área limpa totalmente limpa, portanto as árvores que deveriam ficar não ficaram, os agricultores encontraram restos dessas árvores, angico, aroeira, umburana e outras. E outra empresa já estava construindo fornos, ninguém tomou conhecimento de que empresa era essa. (Hidelbrando Pires, Cáritas, 15 de janeiro de 2019).*

Ao colocar as carvoarias ilegais como pauta nas manifestações públicas e audiências, o Ministério Público do Estado do Piauí, mais especificamente a Promotoria Ambiental, decidiu tomar providências quanto ao caso em questão e fez uma consulta documental para saber se estavam operando legalmente. Três meses após a denúncia no MPPI a perícia estadual se dirige ao local onde se localizavam os fornos e os encontra inteiramente destruídos. Entretanto, segundo Hidelbrando, a questão não é sobre as empresas estarem legalizadas, e sim sobre o processo de legalidade, pois não houve registro algum de consultas prévias e audiências públicas.

A fim de apurar os danos ambientais relacionados à mineração na região de São Raimundo Nonato, o Promotor Ambiental Vando da Silva Marques abriu um Inquérito Civil Público, logo após a sua participação na audiência pública realizada no IV Grito do Semiárido Piauiense. O Inquérito Civil nº 56/ 2014 solicita a SEMAR que:

[...] no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhar a esta Promotoria de Justiça Regional Ambiental possíveis Estudos de Impacto Ambientais e Relatórios de Impacto Ambientais (EIA/ RIMA), bem como os devidos licenciamentos ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) para desmatamento, atividades de carvoarias e/ou mineração em nome das empresas: 1) VALE: para desempenho de suas atividades no Município de Capitão Gervásio Oliveira-PI; 2) SÃO CAMILO LTDA (CNPJ n.º 08.397.132/0001-00): para desempenho de suas atividades no Município de São Raimundo Nonato-PI; 3) GALVANI: para desempenho de atividades no Município de Guaribas-PI, e para fins de realizar perícia ambiental nas respectivas áreas de atuação dessas empresas na região supracitada, a fim de apurar possíveis danos ambientais relativos à pesquisa, extração, lavra e comércio irregular/ilegal de recursos minerais, bem como atividades irregular de extração e carvoejamento de recursos vegetais, bem como proponha, no referido prazo, possíveis soluções para reconstituição de possíveis áreas degradadas; [...]. (MPPI – 56/2014:03).

Segundo o coordenador executivo da Cáritas, existem famílias na região de Angical – comunidade afetada pela carvoaria e pesquisas de minérios que relatam ter visto seus animas morrendo no terreiro de casa devido à inalação da fumaça. Há também relatos de pessoas que afirmam que a equipe de pesquisa de mineração adentrou em suas terras sem avisar, quando os moradores perguntam a esses “pesquisadores” do que se trata a “visita”, eram respondidos com frases do tipo: “nós estamos aqui, mas não é da sua conta” ou “fique longe, você não pode se aproximar de nós”. A propósito, as pessoas do quilombo eram iludidas com “gorjetas” dessas empresas para guardar máquinas e equipamentos em sua casa, mas sem informar do que se tratava de fato ou o que se pretendia.

Violências desse tipo se tornaram frequentes e integram o debate no Grito do Semiárido e ação do Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM<sup>17</sup>, que chega ao Quilombo Lagoas no intuito de “preparar as famílias para o que pode vir” em decorrência da instalação de mineradoras no território, resultando em importantes estratégias de enfrentamento – manifestações públicas, audiências públicas e assembleias populares.

---

<sup>17</sup> Criada em 2012 pelos afiliados do movimento camponês (MST e CPT), o Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração – MAM surge a partir das lutas localizadas e de mobilizações contra projetos minerários na Amazônia, evidenciando as incoerências do capital mineral nos territórios. Populações tradicionais são afetadas pela intensa expansão da atividade mineradora, tendo seus Direitos Humanos violados e conflitos nos territórios onde a mineração se instala. Atualmente, o MAM se estabelece em nove estados mais o Distrito Federal, dentre eles: Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. (MAM, 2018).

## O Povoado Xique-Xique

Como já havia mencionado, não conhecia Xique-Xique, apenas de passagem ou de ouvir falar nas reuniões do quilombo. O contato que tive no quilombo se dava nas comunidades mais próximas do município de São Raimundo Nonato, como as comunidades Lagoa de São Vítor, Lagoa da Firmeza, Lagoa das Emas, Lagoa do Moisés e, posteriormente, nas comunidades Lagoa das Cascas, Lagoa Rasa e Lagoa dos Prazeres, assim, tive pouca, ou quase nenhuma aproximação com as demais comunidades do Quilombo Lagoas. Escolher Xique-Xique como lócus de pesquisa foi uma decisão um tanto desafiadora. Mas essa escolha não foi por acaso. Nos últimos sete anos, a Comunidade Xique-Xique tem assistido seu território ser “invadido”<sup>18</sup> pela empresa mineradora SRN Mineração, sendo possível observar, a poucos metros das casas, indícios de exploração mineral.

Por não conhecer o trajeto, que tinha como origem a cidade de São Raimundo Nonato e destino o Povoado Xique-Xique, optei por ir pelo caminho que fiz a primeira vez que fui à comunidade, que foi pela Comunidade São Vítor – seguindo à risca o croqui desenhado por Carlos Henrique – totalizando uma distância de 42 quilômetros (São Raimundo a São Vítor: 30 km; São Vítor a Xique – Xique: 12 km). Por causa do acesso ruim, com estradas estreitas, esburacadas e com bastante pedra, optei por utilizar nas idas posteriores outro caminho, que é o acesso pelo município de São Lourenço do Piauí, passando pelo povoado Queimada da Roça. Apesar de ser mais distante, 50 quilômetros de percurso especificamente, ainda assim é a melhor opção, pois a metade é por via asfáltica (BR-324) e a outra metade com estrada de chão pouco esburacada, mas com várias bifurcações, o que exigia uma atenção maior, nesse caso me guiei pelo “segue a linha de energia” dita por todos aqueles em que eu pedia informações.

A Comunidade Xique-Xique localiza-se afastada dos núcleos mais centrais do quilombo, situada na divisa entre os municípios de São Raimundo Nonato e São Lourenço do Piauí, a extremo leste do Território Quilombola Lagoas. Residem em Xique-Xique 14 famílias, das quais tem como atividade econômica a agricultura familiar, a caprino-ovinocultura e a apicultura. As casas são próximas umas das outras, todas elas alinhadas numa mesma estrada, interligadas por cercas de madeira e viradas para a rua. Além disso, cada família possui seu roçado conectado à moradia.

A Comunidade Xique-Xique é formada a partir das relações de parentesco, como diz Seu Chiquinho: “Todo mundo é daqui, é tudo parente. Aqui quem não é primo é sobrinho, é

---

<sup>18</sup> Faço uso da expressão “invadido” por ter sido utilizado com bastante frequência na narrativa dos moradores.

irmão, é tudo uma família só”. Segundo a narrativa local, o povoado foi fundado por João Martins Ribeiro em 1970, que comprou a propriedade do fazendeiro José Vicente. A princípio, a propriedade foi utilizada apenas como roça, sendo a moradia no Baixão dos Otacílios, anos mais tarde João Martins Ribeiro se muda para o povoado com a esposa e os filhos.

*José Vicente era o dono das terras... ele era um fazendeiro “véi”... aí ele chegou e tomou posse das terras aí sem... não tinha dono naquele tempo, parecia que tinha era os escravos... aí como ele foi o primeiro que chegou ele fez variante, dizendo que era dele... quando fez os variantes ficou sendo dele tudo... Naquele dia que ele descobriu o que era, era mata virgem, sem morador... Aí como ele chegou e viu que não tinha ninguém ele começou fazer os variante pra provar que era dele, só que não tinha documentação era só as demarcações, as variantes... Aí ele foi e casou... casou e aí começou a vender, aí vendeu ali pro Campo Formoso, vendeu essa pra o papai [João Martins Ribeiro] aqui, vendeu ali pra o Capim, essas do Raimundinho, Morro Alto... era um mundo... São Vítor... Aí o papai veio, não tinha ninguém morando aqui, só a fazenda que tinha por aqui era no Campo Formoso... não tinha carreira, só lugar de bicho mesmo, de onça, de bicho do mato mesmo... Aí foi e ele comprou em 1970 e fez a roça, só que nós morava ali no Baixão dos Otacílio que era a terra do pai dele. Aí ficou trabalhando aqui, passava a semana trabalhando aqui e no final da semana... (...). Meu pai sempre agricultor e nós também... crescemos naquilo, e naquilo estamos ainda. (Enivaldo dos Santos Ribeiro, 48 anos, Xique-Xique, 06 de maio de 2019).*

As terras compradas pelo patriarca João Martins Ribeiro, falecido em 2018, foram então distribuídas entre seus oito filhos, de modo que cada filho recebeu a sua parte que será posteriormente dividida com os próximos herdeiros, assinalando o que Alfredo Wagner (2010) chama de “Terras de herança”, ou seja, a origem do povoado está relacionada a um ancestral em comum.

Em sua narrativa, Enivaldo Ribeiro, conhecido como Nivaldo, conta que quando deu início ao povoamento de Xique-Xique não havia nenhuma casa, nem mesmo a da sua família, que se utilizava da sombra de um umbuzeiro bem frondoso como moradia, que permanece ainda nos dias de hoje dentro da roça. Durante a semana, a família ficava na roça em Xique-Xique e nos fins de semana ia para no Baixão dos Otacílios, só depois de um tempo que construíram uma casinha de taipa para e então passar morar definitivamente na roça em Xique-Xique.





Fotografia 04: “Roçado” do Seu Nivaldo e o umbuzeiro. (Fonte: arquivo pessoal).

Diferente de muitas das comunidades “lagoas” do território quilombola, Xique-Xique não possuía lagoa, ou qualquer outra fonte de abastecimento de água, desse modo, a água que era utilizada naquela época vinha também do Baixão dos Otacílios. Somente no ano de 1983 foi aberta uma cacimba na Lagoa do Curral, nas proximidades do povoado. A cacimba de 56 metros de profundidade foi cavada manualmente pelo Zé Pisa, morador da comunidade Lagoa do Calango. Foi através da cacimba que se tornou possível a criação de animais e a sobrevivência no território.

*A água nós ia pegar sabe aonde? Lá onde nós morava, lá no Baixão... lá tinha um riacho, nesse Rio Piauí que passa lá... aí nós vinha pra cá, acontecia de nós vim no domingo e já trazia uma carga de água de jumento, enchia os quatros barris até oito barris tinha vez, aí trazia pra cá pra beber na semana... Quando acabava, voltava e buscava de novo... Nós sofria menino! E não tinha caldeirão, e não tinha barreiro, não tinha nada. Com o tempo ele fez um barreirinho ali, aí quando chovia bebia a água naquele período de inverno... se serviam com aquela água... quando acabava aí ia buscar. (Enivaldo dos Santos Ribeiro, 48 anos, Xique-Xique, 06 de maio de 2019).*

Segundo Emília Pietrafesa Godoi (1999), em seu trabalho sobre o sertão do Piauí, os corpos d’água, como cacimbas, tanques, caldeirões, barreiros e olhos d’água são de uso comum e classificados de acordo com sua utilidade e formação. Os barreiros e os bebedouros só servem para os animais, as cacimbas são abertas (cavadas) pelo homem sendo água de minação, o tanque é cavado de forma a se fazer uma parede feita de frente para a correnteza afim de receber a água das chuvas, e o caldeirão que armazena água da chuva e é encontrado nas rochas e nas serras.

Após o estabelecimento da Família Ribeiro no território, os laços matrimoniais deram início ao povoamento de Xique-Xique, seguindo a lógica de transmissão de terras por meio de herança. O casamento é constituído pela endogamia, enfatizada na fala de Seu Chiquinho quando diz que: “os casamentos aqui uns é com primo, tudo parente, são tudo família”. Nesse caso, as relações de parentesco norteiam a ordem social no que se refere a uma grande família, tendo João Martins Ribeiro como um ancestral comum, ou seja, existe uma relação de consanguinidade que liga todos moradores desse território e constituída pelas relações de afinidade e, como observado por Godoi (1999), fazer parte de uma família implica uma série de obrigações, e principalmente ser solidário.

A labuta do dia-a-dia começa bem cedo na comunidade. Apesar de não acordar tão cedo como Seu Nivaldo e Dona Laurice, ainda assim consegui acompanhar muitas das tarefas domésticas, dentre elas aguar os canteiros (hortinha), alimentar os animais (porcos e galinhas), soltar as cabras e bodes para que estes possam se alimentar na caatinga, colher o feijão na roça para preparar o almoço, pois o feijão verde é o tipo mais apreciado pelos camponeses. O espaço costuma ser dividido em quatro domínios fundamentais: a casa, a roça, o muro e o quintal. Na casa, as atividades domésticas estão a cargo da mulher, como lavar a louça, lavar as roupas, preparar a comida, limpar a casa e cuidar dos filhos. O muro é o espaço destinado à criação, galinha e porco e o plantio de árvores frutíferas, e geralmente é um espaço feminino (GODOI, 1999).



Fotografia 05: Domínio da roça: pastagem da criação. (Fonte: arquivo pessoal).



Fotografia 06: Domínio do quintal: criação de galinhas. (Fonte: arquivo pessoal).

Desse modo, as atividades diárias de Xique-Xique são relacionadas à agricultura e a criação de animais. Enquanto Seu Nivaldo prepara a ração dos bichos e os alimenta, Dona Laurice fica na cozinha preparando o café da manhã que costuma ser beiju com carne, bolo, café, leite e uma vez na semana, pão – já que o padeiro faz entrega uma vez na semana. Terminado o café, já organiza a cozinha para o preparo do almoço, dá uma arrumada na casa e depois se dirige até a roça colher o feijão para o almoço, que costuma ser servido com carne de bode em caldo, abóbora e farinha. Na hora do almoço é comum ligar o rádio para ouvir o noticiário. No período noturno, é o momento de preparar o jantar – frito de feijão ou cuscuz, beiju e carne – e ligar a TV para assistir as novelas, que geralmente é ligada apenas nesse horário.

*Aqui eu planto minha rocinha e aí vou na roça a hora que quero, tem um feijão verde ali e “panha”, pega a vasilha, vai lá e “panha”... tem o pé de mandioca, que com esse inverno ruim é difícil mas vai... ontem mesmo eu fui mais a mulher lá “panhar” o feijãozinho lá, nós trouxemos a melancia, nós trouxemos a mandioca e aí trouxemos feijão... A hora que quer uma carne pega uma criaçãozinha, amarra e quando é no outro dia vai e mata ela e enche a geladeira de carne. (Raimundo Paes Landim, 74 anos, Sítio Paes Landim, 04 de maio de 2019).*

O trabalho de plantio, em sua maioria, é feito pelos homens, principalmente no preparo da terra. Algumas vezes as mulheres participam do plantio jogando sementes e entupindo cova, entretanto é mais comum ver as mulheres na colheita. O plantio do roçado é intimamente ligado ao período de chuvas, pois não há abastecimento de água suficiente para irrigar as plantações, apenas para o consumo doméstico das famílias do povoado – através de poço e distribuída nas casas por encanamento, além do uso de cisternas. Costuma-se plantar grãos (milho e feijão), mandioca e abóbora, mas devido à chuva escassa e/ou fora do período regular só foi possível a colheita de feijão e abóbora por serem mais resistentes à pouca água.

Quanto à criação de animais, é importante salientar o modo em que ocorre a caprino-ovinocultura, pois esses estes são criados soltos e pastam pela caatinga. Estes animais são soltos logo no início do dia, passam o dia percorrendo a mata, algumas vezes chegam a lugares distantes, mas no final do dia retornam ao seu lugar, era muito comum eu me deparar com várias cabras nas minhas andanças pela comunidade. Quando Dona Laurice me chamou para colocar as cabras no chiqueiro ao escurecer, imaginei que isso uma tarefa difícil - já que estes se encontravam dispersos pelo terreiro - mas assim que sinalizamos que era para ir ao chiqueiro as cabras se agruparam e foram para o seu lugar sem dar trabalho algum.



Fotografia 07: Cabras e bodes descansando na sombra das árvores.  
(Fonte: arquivo pessoal)

Xique-Xique é um povoado pequeno, não possui escola, nem posto de saúde, tampouco uma igreja e os únicos espaços de lazer é um clube de festas e um campo de futebol, ambos localizados ao redor da casa de Seu Nivaldo, que por sua vez, é também a única mercearia da comunidade – conectada à casa -, ou seja, toda a movimentação do lugar gira em torno da residência de Seu Nivaldo e Dona Laurice. A mercearia é aberta somente quando chega algum morador desejando comprar algo, o que não impede a realização das tarefas domésticas de seus donos, nela é vendida de tudo um pouco: desde mantimentos e produtos de limpeza, até botijão de gás e gasolina. O fato dessa mercearia estar situada na residência em que eu me encontrava me favoreceu bastante, pois pude ter um contato inicial com os moradores de Xique-Xique antes de ir até suas casas. Sempre que chegava uma pessoa para comprar algo, Seu Nivaldo me chamava, nos apresentava e daí rendia boas conversas no terreiro da casa.

As crianças da comunidade se deslocam para frequentar a escola no povoado vizinho, Queimada da Roça, e os jovens para a escola de São Vítor cursar o Ensino Médio. Quando necessitam de atendimento médico, recorrem à unidade de saúde na sede do município de São Lourenço. Não há linha de transporte diária, somente uma vez ao mês no período de pagamento dos aposentados, entretanto, boa parte dos habitantes possuem motocicleta. Apesar de não terem igreja, os moradores ainda assim participam de celebrações religiosas, seja nas comunidades vizinhas ou em “novenários” nas casas dos moradores, onde a reza é feita durante nove dias em homenagem a um Santo da época.

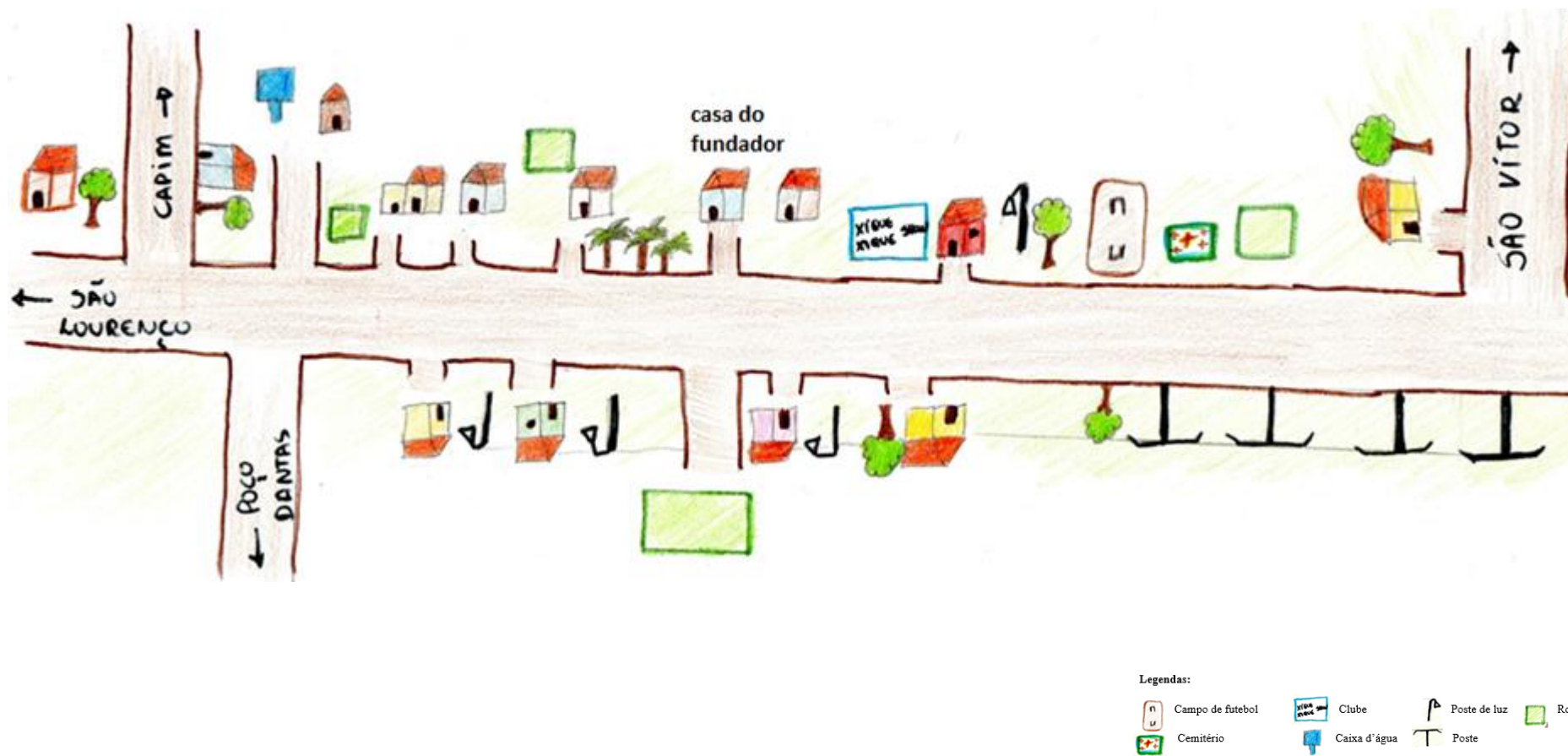


Figura 04: Croqui da Comunidade Xique-Xique  
(Fonte: Produzido pela autora, sob orientação de Enivaldo Ribeiro, 2019).

A Comunidade Xique-Xique pertence ao Núcleo Xique-Xique, juntamente com as comunidades Morro Alto, Poço Dantas, Queimada da Onça, Lagoa da Gameleira, Cacimbões, Campo Formoso, Pastos das Bestas e Lagoa do travessão. Além disso, Xique-Xique possui relações de vizinhança e/ou parentesco, que ultrapassam os limites geográficos, com as comunidades Capim, São Vítor, Queimada da Roça, Baixão dos Otacílios (comunidade em que houve a migração) e Lagoa do Calango, estando bastante presente na narrativa dos moradores. Sem contar que, durante o período em que estive na comunidade, pude perceber que o dia que teve maior fluxos de pessoas passando pela rua de moto foi no dia em que teve festa em São Vítor, que durou o dia inteiro – com corrida de cavalos durante o dia e forró durante a noite. Assim, quando há festas, festejos, torneios de futebol, entre outras comemorações em povoados vizinhos é possível encontrar a presença de moradores de Xique-Xique e vice-versa.



Fotografia 08: Área da comunidade em que há campo clube, mercearia e campo de futebol  
(Fonte: arquivo pessoal)

O modo de vida camponês-quilombola da região de Xique-Xique é evidenciado pelas relações de parentesco e uso da terra, são essas relações que estabelecem a dinâmica do lugar. O “viver sossegado com minha rocinha e meus viventes”, garante não só a sobrevivência como a permanência dessas famílias no lugar. Entretanto, os nativos de Xique-Xique têm encarado a chegada da mineração como uma grande ameaça aos seus modos de vida, tanto pelos impactos ao meio ambiente – que atinge o roçado e a criação – como pela circulação de “pessoas de fora” ameaçando a tranquilidade do lugar.

### “Só vi os carros passando...”: a chegada da SRN Mineração em Xique-Xique

*Nós mesmo aqui nunca vimos ninguém da mineradora, e às vezes chegava a passar carro perto, e às vezes eles paravam assim perto das casas, mas nunca conversava com nenhum morador daqui. (...). Chega no lugar e invade né? Porque mesmo que a propriedade num era da gente, mas a gente mora dentro de uma comunidade, são todos livres, por causa que as pessoas são família.*

*(Joana de Menezes Neres, Xique-Xique)*

Falar sobre a chegada da mineração na Comunidade Xique-Xique é ter como referência a circulação de caminhonetes na região. Entretanto, segundo os interlocutores, esse ainda não é o marcador temporal que indica a chegada da mineração. De acordo com a narrativa de Seu Francisco Ribeiro e de Seu Nivaldo Ribeiro, o instante que indica o interesse da mineração em explorar a região foi a passagem de um avião de pequeno porte em 2012, que circulou entre as comunidades por várias vezes e por muitos dias.

De fato, um avião circulando pelo território despertou, além da euforia entre as crianças, a curiosidade dos moradores, mas não se passava pela cabeça destes que se tratara de mapeamento da área para pesquisa mineral. Segundo Nivaldo, ninguém desconfiava de nada, todo mundo curioso e se perguntando: “*O que será que é?*”. A certeza veio quando tempo depois começou-se a circular as caminhonetes com o emblema da empresa de mineração, ou melhor dizendo: “*os carrão bonito*”.

*O avião ele fez assim: ele começou na extrema aqui da Bahia, mais ou menos, era só aqui nesse extremo... Deram notícia primeiro no São Vítor... eles só passando... ele ia lá e ia cortando pequeno os espaços... por exemplo, passava de manhã lá no São Vítor, ia pra acolá, naquele mundo acolá, passava mais ou menos uma hora, uma hora e meia mais ou menos, ele voltava... Se por exemplo, ele passava aqui no São Vítor por cima do morro... baixo, baixinho... quando era mais ou menos... passava uns quarenta e cinco a uma hora mais ou menos ele vinha de volta já passando, mais ou menos, em outra direção, vamos botar em mil metros... por exemplo, ele passava aqui e ali, aqui ele vinha já deixando outro espaço aqui no meio, cortando... por exemplo, ele passava em riba dessa mesa, ia lá, na volta ele já ia passar aqui... aí passava lá... quando viesse da volta ele passava aqui... quando fosse na volta ele ia passar lá na casa de papai, mais ou menos, só que era maior os espaços, sabe? Nunca passava no mesmo lugar... aí todo mundo estranhou... passou a primeira vez aqui assim... aí os meninos “É lá vem o avião, o avião!”... aí passou e ele foi embora... quando tava mais ou menos com uma hora... não sei se nem uma hora aí olha o avião novamente! Aí os meninos “Lá vem o avião de novo!” {risos}... aí corria todo mundo pra o meio do terreiro... menino falando e gritando “olha o avião!”... passaram... quando tava com o mesmo horário mais ou menos... ó o avião voltando... sei que nisso foi uns três dias {tcham... tcham...}... cortou até na extrema da Bahia e todo mundo dava notícia. (Enivaldo dos Santos Ribeiro, 48 anos, Xique-Xique, 06 de maio de 2019).*

Depois de passado o avião, que possivelmente estava fazendo o mapeamento para indicar os locais de perfuração e pesquisa, a empresa entra em contato com alguns moradores para trabalhar “abrindo variante”, que é a cortada na caatinga para limpar um determinado trecho. A princípio, algumas pessoas viram nisso uma oportunidade de renda. Segundo Joana, algumas pessoas diziam: “ah, isso vai ser muito bom... que vai melhorar, vai criar condições de serviço...”, embora não houvesse nenhum esclarecimento por parte da mineradora. Seu Chiquinho foi uma das pessoas contratadas pela empresa para “abrir os variantes”, mas fica claro tanto no seu depoimento, quanto no de outras pessoas, o arrependimento daqueles que no início serviram à mineração.

*“Eu ainda ganhei dinheiro ainda. Que eu não sabia de nada. Pensei que aquilo ali era uma coisa que não ia acontecer nunca. Eles vieram primeiro com uma pesquisa de fazer os variantes, sabe? Veio um avião aqui primeiro, passou aqui um avião uma semana todinha rodando bem baixinho por riba aqui. Aí logo, logo veio uns cara da empresa vieram, aí empreitaram, apontaram tudinho a variante, o avião apontou os variante e nós abriu os variantes, sabe? Aí depois, manual, na foice. Eu ganhei 600 reais ainda, eu mais um parceiro. Aí não pensei que era nada. Com o tempo eles vieram com a equipe de pesquisa de campo e abriram um buraco. Eles abriam um buraco, bem como um poço assim desse tamanho assim, pra tirar e vê se tinha o minério ou se não tinha”. (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Quando questionado sobre em qual momento a população de Xique-Xique percebeu que a mineração poderia não ser algo tão bom quanto pensavam, Seu Francisco considera o momento em que as pessoas viram eles partindo o morro ao meio com uma máquina escavadeira, de ponta a ponta e com um buraco profundo, ali eles perceberam que isso acabaria com a natureza e com a terra, mas antes disso, segundo ele, as pessoas não se preocuparam.

Em 2013, se tornou rotineiro as caminhonetes da mineradora passarem pelas estradas de Xique-Xique, sem qualquer satisfação aos moradores, e quando param não conversam com ninguém, tiram fotos e saem. Seu Chiquinho comenta que: *“eles passam naquelas L200... quando eles passam aqui num tem diabo que enxerga... a gente só sabe que são eles porque eles botaram aquele emblema com o nome SRN”*. Seu Chiquinho ainda acrescenta:

*Eles passavam num buraco de pesquisa desses, eles passavam uns 2, 3, 4 dias, mas quando chegava lá, já visitei umas poucas de vez lá, só faziam se entrunfar, num trocava uma ideia com você do tamanho nenhum. E eles num queria não, num aceitava não. Quando se tivesse trabalhando lá não queria que ninguém encostasse perto. Se perguntar eles só dizia que não sabia, não sei e num gostava não. Nem os donos da terra, da propriedade, que chegava lá, se quisesse uma informação eles não davam. (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*



Em depoimento, Seu Raimundo (Raimundinho) diz que o povo dessa região não gosta de confusão, que mesmo vendo essas pessoas de fora chegando e invadindo suas glebas, preferiram ficar quietos. Segundo ele, se no começo no momento em começaram a cortar as “variantes” as pessoas tivessem dito “não, não entra aqui!” talvez eles não tivessem continuado. Dona Zilda, a esposa de seu Raimundinho ainda acrescenta que no início pensou que a mineração não ia acontecer, ou que isso era conversa para muitos anos, mas agora se deu conta de que já está acontecendo.

Seu Raimundo, um senhor de 74 anos, reside há 36 anos no Sítio Paes Landim –, a 2 km de Xique-Xique – e diz ser o primeiro morador dessa região, em seguida passou a ser povoado pelos seus filhos e netos. Em sua narrativa, Seu Raimundinho comenta sobre a proximidade da sua casa com o morro explorado pela mineradora, que chega a ser de 1,2 quilômetros de distância. Ele conta que seu irmão, Ladislau Paes Landim, fez acordo com a SRN mineração permitindo a realização de pesquisas em sua gleba, vizinha à gleba de Seu Raimundinho. Seu Raimundinho diz que a mineradora não sinalizou interesse em sua gleba, mas que quando entraram com as máquinas na gleba de Seu Ladislau passaram dez metros do limite, já adentrando em sua gleba, ele disse que teve ir até eles dizer que não permitia a entrada deles em sua gleba. Desde então, Seu Raimundinho diz ter visto com bastante frequência o pessoal da mineradora, mas ainda assim sem nenhum tipo de contato.

A figura de Seu Ladislau esteve presente em grande parte das narrativas dos moradores de Xique-Xique, sendo visto como o único que concordou com a entrada da mineradora, muitos ainda dizem que os carros já nem passam tanto pelo povoado, passam direto para o Morro Alto. Segundo depoimentos dos interlocutores, Seu Ladislau – falecido há um ano – foi enganado pela mineradora, achando que iria “enricar” a família toda, Seu Chiquinho ressalta ainda que até agora o que a família de Seu Lau (como é conhecido pelos moradores) recebeu foi o montante de cinco mil reais.

Baseado nos depoimentos dos meus interlocutores, percebo que o fato dos moradores serem contra a mineração – exceto a família de Ladislau - está relacionado, além das alterações na paisagem, à influência da televisão, que nos últimos anos tem noticiado frequentemente o rompimento de barragens de rejeitos de minérios e mostrado os impactos ambientais e sociais que a exploração mineral pode causar, como é caso de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), que causou a morte de centenas de pessoas, além da devastação de plantações, morte de animais e moradias destruídas. O caso foi noticiado nas mídias sociais intensivamente, causando comoção no país inteiro e despertando angústia e medo àqueles que moram próximos à outras barragens e em comunidades que convivem com a atividade mineral ou de potencial para exploração de

minério. Além desse fator, a participação do Associação do Quilombo Lagoas e as demais entidades parceiras tem exercido um papel importantíssimo na sensibilização das famílias sobre os efeitos da mineração no território, mobilização esta que será explanada mais adiante.

### **A Instalação da SRN Mineração e o processo de Licenciamento Ambiental**

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos fundamentais da Política Nacional para o Meio Ambiente (PNMA), “cujo objetivo é agir preventivamente sobre a proteção do bem comum do povo - o meio ambiente – e compatibilizar sua preservação com o desenvolvimento econômico-social” (TCU, 2007: 9). A licença, juntamente com a Avaliação de Impacto Ambiental<sup>19</sup>, tem por finalidade prevenir, reprimir e corrigir ações consideradas danosas ao meio ambiente. A responsabilidade técnica e administrativa desses instrumentos é do Estado, é ele que concede uma licença para que as empresas operem segundo as condições impostas por ele (BRONZ, 2016). O licenciamento é um processo administrativo que “conduz às permissões de construção e operação dos empreendimentos, e estabelece formas de compensações pelos impactos sociais e ambientais causados” (BRONZ, 2016, p.11). É constituído por uma rede de empresas de consultoria, no qual é composto por especialistas a serviço dos empreendedores.

O licenciamento ambiental é um instrumento fundamental na busca do desenvolvimento sustentável. Sua contribuição é direta e visa a encontrar o convívio equilibrado entre a ação econômica do homem e o meio ambiente onde se insere. Busca-se a compatibilidade do desenvolvimento econômico e da livre iniciativa com o meio ambiente, dentro de sua capacidade de regeneração e permanência. (RODRIGUES, 2007, p. 3).

As leis e os decretos que regulamentam o licenciamento ambiental estão dispostos nas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)<sup>20</sup>. A Resolução Conama 237/97 conceitua o licenciamento ambiental como:

Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente

---

<sup>19</sup> Essas avaliações são compostas por um conjunto de procedimentos voltados para assegurar que fatores ambientais e sociais sejam considerados nos processos de tomada de decisões dos projetos de desenvolvimento. (BRONZ, 2016:19).

<sup>20</sup> O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela [Lei 6.938/81](#), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo [Decreto 99.274/90](#). É responsável pelo estabelecimento das diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente. O Conselho é um colegiado representativo de cinco setores, a saber: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil. (mma.gov.br)

poluidoras; ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. (TCU, 2007: 10).

Entende-se por procedimento um encadeamento de atos que visam a concessão da licença ambiental. O Conama 237/97 define licença ambiental como:

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (TCU, 2007: 10).

Dessa forma, a licença ambiental é entendida como uma autorização emitida por um órgão competente, concedida ao empreender para que este cumpra seu direito à livre iniciativa, mas para que ela seja expedida às empresas que a solicitam é preciso que sejam atendidas as precauções requeridas, tendo por finalidade o resguardo do direito coletivo ao meio ambiente. Quanto ao órgão responsável pelo licenciamento, Bronz (2016:24) assevera:

O procedimento é conduzido no âmbito do Poder Executivo, na figura de seus órgãos ambientais, em várias esferas e escalas de gestão. Em geral, a competência do órgão varia conforme a unidade político-administrativa na qual se insere o empreendimento, de modo que quando se localiza nos limites de um ou mais municípios de um mesmo estado, o licenciamento é de responsabilidade do órgão ambiental estadual; e quando o empreendimento se localiza em dois ou mais estados, ou em áreas marítimas de jurisdição nacional, o órgão responsável passa a ser o Ibama.

Dentre as etapas dos procedimentos de licenciamento ambiental temos: Termo de referência, EIA/Rima, audiência pública, licença prévia, plano básico com medidas de mitigação e compensação, licença de instalação, atendimento às condicionantes e licença de operação. A licença prévia (LP) atestará a viabilidade ambiental do empreendimento e deve ser solicitada na fase preliminar do planejamento. Nela será aprovada a localização e concepção, além de definir as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos do projeto e tem por finalidade definir as condições de compatibilidade do projeto com a preservação do meio ambiente que será afetado. A concessão da LP dependerá da aprovação do EIA/Rima, essenciais na solicitação de financiamentos e aquisição de incentivos fiscais, além disso, é de suma importância no atendimento ao princípio da prevenção. (TCU, 2007).

A licença de instalação (LI) é obtida logo após a licença prévia, no qual é iniciado o detalhamento do projeto de construção do empreendimento, sendo incluso nessa licença as medidas de controle ambiental. Ao conceder essa licença, órgão ambiental responsável terá

autorizado o empreendimento a iniciar as obras e concordando com as especificações do projeto, além de ter estabelecido medidas de controle ambiental e fixado as condicionantes de LI, como as medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

E por fim, a licença de operação (LO), que autoriza o empreendimento a iniciar as atividades. Sua finalidade é “aprovar a forma proposta de convívio do empreendimento com o meio ambiente e estabelecer condicionantes para a continuidade da operação” (TCU, 2007: 19). A LO não possui caráter definitivo, ou seja, é necessária a renovação por parte do empreendedor, com condicionantes supervenientes. Os prazos de validade devem considerar os planos de controle ambiental, sendo no mínimo quatro anos, e no máximo dez anos. Entretanto, o órgão ambiental responsável poderá estabelecer prazos específicos de LO, pois estes, por alguma peculiaridade, encerram ou modificam em prazos inferiores. (TCU, 2007).

Na Comunidade Xique-xique é possível notar que a mineração se encontra em estágio de implementação, pois já se tem instalado equipamentos da mineradora na fazenda Ceará. A Comunidade Xique-Xique pertence ao Núcleo Xique-Xique, juntamente com as comunidades Morro Alto, Poço Dantas, Queimada da Onça, Lagoa da Gameleira, Cacimbões, Campo Formoso, Pastos das Bestas, Lagoa do travessão. Em uma reportagem recente no site Notícias de Mineração Brasil sobre a previsão das atividades do projeto SRN, da SRN Mineração, o presidente do empreendimento Marcelo Prado comunica o adiamento da exploração de minério que estava previsto para 2018, mas que agora a expectativa é que se inicie somente em 2019.

Em sua entrevista, o presidente da mineradora relata que o processo de licenciamento está demorando mais do que o esperado. Segundo ele, a empresa está na fase de licença prévia<sup>21</sup>, sendo que entraram no final do ano passado com o licenciamento ambiental e conseguiram a licença a poucos dias. O atraso no processo se deu por conta da logística, a construção da Transnordestina tem dificultado o projeto, dessa forma o transporte de minério acontecerá por meio do sistema rodoviário.

Com base nos procedimentos de licenciamento ambiental citados anteriormente, para SRN Mineração chegar até a licença prévia teria que, primeiramente, realizar os estudos de impacto ambiental, a elaboração do relatório as audiências públicas. No entanto, não houve consulta prévia a comunidade impactada – desrespeitando a resolução da convenção 169 da OIT -, o EIA/Rima<sup>22</sup> não foi divulgado, e muito menos as audiências públicas foram realizadas.

---

<sup>21</sup> O licenciamento implica a emissão de três tipos de licença: prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO).

<sup>22</sup> A realização do EIA/Rima consiste nas seguintes atividades: 1) diagnóstico ambiental que caracteriza a situação da área de influência do projeto e de sua implantação, considerados os meios físico, biológico e socioeconômico; 2) análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes; 3) definição das medidas mitigadoras

A audiência pública é um ato administrativo consultivo, no qual é aberto à participação de qualquer cidadão interessado. Nesse evento ritualizado são apresentados o projeto e os resultados do EIA/RIMA para que os grupos potencialmente afetados exponham suas dúvidas, críticas e sugestões. As discussões geradas na audiência são registradas em ata e anexadas ao procedimento de licenciamento de modo a dar subsídios ao órgão ambiental, para que este decida conceder ou não a licença à empresa solicitante. (BRONZ, 2016).

Por sua vez, o que a população do Quilombola Lagoas tem vivenciado é uma invasão de seu território, que tem despertado revolta e angústia diante de tal situação. Nunca foram informados sobre essa “mineração”, nem pelo empreendimento e nem pelo próprio governo. Podemos notar essa indignação em seus relatos nas assembleias comunitárias, principalmente quando dizem que se sentem invisíveis perante esses “poderosos”. O que se sabe é que essa mineradora impactará suas vidas, sem que houvesse qualquer tipo de esclarecimento ou debate público. Na opinião de Freire (2017), tal narrativa acompanha a história da atividade mineradora do país em que há casos de abuso, desrespeito à legislação ambiental e desastres ambientais, configurando-se em insegurança às populações em relação ao futuro de seu território.

Segundo Hidelbrando Pires, representante da Cáritas e do MAM, a forma que é conduzido o processo de licenciamento ambiental da mineração no Quilombo Lagoas só confirma a problemática da desregulamentação no Estado do Piauí, sendo visto como os “gargalos” do movimento (MAM). Todas as informações sobre o processo de licenciamento ambiental da empresa SRN Mineração no Território Serra da Capivara deveriam estar disponíveis no site da SEMAR, mas nunca são encontradas informações sobre o processo, relatórios, nem quais empresas estão atuando dentro do território. O que se tem notícias é de que o site da SEMAR está sendo reformado, na tentativa de reorganizar as informações e, assim, disponibilizar a lista de empresas com licença de pesquisa e empresas com licença para lavra.

Quanto à licença de pesquisa, o Departamento Nacional de Produção Mineral forneceu uma tabela constando todas as empresas que tem feito pesquisas geológicas na região. Entretanto, as licenças estão no nome do geólogo ou do profissional que solicitou a licença, ao invés do nome da empresa (pessoa jurídica). Nos dizeres de Hidelbrando, essas dificuldades têm gerado “dores de cabeça” ao MAM e à Cáritas, pois [tais entidades] necessitam de informações para se articularem e buscarem barrar as ações dessas mineradoras.

---

dos impactos negativos, avaliada a eficiência de cada uma destas; e 4) elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos. (BRONZ, 201; 27).

Em relação a consulta prévia, o Defensor Público da União – durante a roda de conversa do Quilombo Lagoas – relata sobre o direito das comunidades quilombolas de consulta prévia ao se instalar grandes empreendimentos no território. Segundo ele, o Quilombo Lagoas é reconhecido como território tradicionalmente ocupado, portanto, deve ser assegurado o direito de consulta prévia que, de acordo com sua fala, é inalienável:

*Defensor Público da União: Vamos a uma situação hipotética: Tem uma mineradora querendo se instalar, qual o primeiro passo que ela tem que fazer? É pedir a licença? Não! O primeiro passo que ela tem que fazer é consultar a comunidade, se a comunidade quer que a pesquisa seja feita, se ela autoriza que a pesquisa seja feita, esse é o primeiro passo. Se uma mineradora for a uma terra particular, ela não vai pra lá sem a autorização do fazendeiro. Aqui a mesma coisa, há o direito de consulta prévia na comunidade quilombola, e é inalienável.*

Por se tratar de um Território Quilombola, vale ressaltar a aplicabilidade da Convenção nº 169 da OIT, que no artigo 1º 1 faz referência “aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”. Apesar de ter como referência as populações indígenas e tribais, a aplicação das disposições da Convenção vai mais além, atingindo os povos e as comunidades tradicionais - ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas, etc. Quanto à exploração dos recursos naturais e/ou minerais a Convenção nº169 da OIT determina que:

*Artigo 15 1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados. 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.*

Nos últimos anos, os empreendedores têm temido a mobilização da sociedade junto ao Ministério Público, tornando-se um dos principais meios de pressão social perante os procedimentos de licenciamento ambiental. Isso porque houve um aumento no número de ações civis públicas e procedimentos jurídicos movidos contra essas empresas, pois o Ministério Público é, legalmente, o único órgão que representa os interesses da sociedade e é capaz de

paralisar ou interferir no licenciamento (BRONZ, 2016). Para que haja uma amenização desses conflitos socioambientais, é preciso, além da licença ambiental, uma licença social, licença esta que “só poderá ser obtida por meio de negociações com os demais grupos classificados no EIA como afetados pelos empreendimentos, cujo relacionamento não depende nem está circunscrito em sua totalidade às etapas da formalização legal”. (BRONZ, 2016:103).

De fato, o que temos visto em Lagoas é uma desregulação e flexibilização das normas do licenciamento ambiental, a falta de transparência na documentação do processo de licença tem causado incertezas, inseguranças e até mesmo sentimento de impotência nos moradores do Território Quilombola Lagoas, haja vista que a empresa mineradora está pleiteando a licença prévia sem haver nenhum tipo de comunicação com as comunidades afetadas. Não houve consulta prévia, conforme determinado na Convenção 169/OIT, assim, diante do que foi exposto, é possível afirmar que a população desse território está tendo seus direitos violados.

## Capítulo 3

**“TEMOS ESSA TERRA PARA VIVER... ELA NÃO ESTÁ LIVRE PARA  
MINERADORA”**

*Como é bom viver aqui  
É tão aprazível a natureza  
Ouvindo o canto dos pássaros  
Na alvorada, que beleza!  
Absorvendo o ar puro  
Nos dá saúde com certeza.*

*Mas estamos ameaçados  
Com uma tal exploração  
À procura de minerais  
Nas estranhas do nosso sertão  
Repudiaremos e defendemos  
As riquezas do nosso chão*

*Aqui vivemos sossegados  
Da pecuária e agricultura  
Preservando as tradições  
De nossos ancestrais, a cultura  
E pretendemos transmitir  
Para as gerações futuras.*

*(Trecho do poema “Minha Terra” – Isabel Macêdo, Comunidade Capim)*

O trecho do poema que inicia esse capítulo é de autoria de Isabel Macêdo, professora formada em Letras e moradora da Comunidade Capim – do município de Dirceu Arcoverde e atingida pela mineração. Dona Isabel fez o poema para apresentar em uma reunião na sua comunidade e assim expressar em forma de poema a sua indignação. Por muitas vezes ouvi de meus interlocutores “nós não somos coitadinhos”, “aqui é o meu lugar” ou “a gente vive aqui sossegado”, e é esse “viver sossegado” que se mostra ameaçado com a chegada e exploração da mineração.

Como dito em linhas anteriores, a mineração chega ao Quilombo Lagoas de forma desrespeitosa e invasiva, desconsiderando as pessoas que ali habitam. A abertura de estradas, as cortadas na caatinga e a devastação de morros denotam uma atividade altamente impactante.



Dentro dessa perspectiva, busco descrever, ao longo desse capítulo, a percepção dos atingidos pela mineração do Quilombo Lagoas em relação à atuação da mineradora no território, desde o processo de retirada do ferro para análise (sondagem), os impactos socioambientais, até as formas de enfrentamento e resistência contra a mineração desses sujeitos.

### **A Sondagem do Minério de Ferro**

Entende-se por sondagem, na mineração, como um processo que tem por finalidade fornecer informações sobre o minério, o solo e as rochas de uma determinada área a ser explorada. O processo é feito a partir de perfurações no solo por meio de equipamentos que cortam a rocha, perfurando-a em formato cilíndrico. O material coletado é armazenado e, posteriormente, levado para análise.

Para fins de descrição, de como ocorreu esse processo de sondagem na Comunidade Xique-Xique, considero o *minério de ferro* como um agente que afeta a dinâmica social da comunidade, sendo elemento central do conflito entre a mineradora e a comunidade afetada. Nesse caso, será em torno do minério de ferro que construirei uma rede sociotécnica, tendo como fundamentação a descrição feita pelos moradores de Xique-Xique de como ocorreu esse processo de sondagem.

Primeiramente, é feito um levantamento geológico e avaliação dos recursos minerais pela Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais (CPRM), uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia e que, a partir do levantamento dispõe as informações sobre o território pesquisado, indicando o potencial mineral. Com essas informações, as empresas de mineração avaliam as regiões com potencial mineral de interesse e solicitam ao órgão competente, nesse caso específico a SEMAR, uma licença de pesquisa para dar início a sondagem e checar se o minério indicado é suficientemente viável para ser explorado.

Emitida a licença, inicia-se a abertura de estradas e variantes e em seguida a perfuração do solo para coleta de minério. Seu Chiquinho relata que depois de aberta as estradas e os variantes, a equipe da mineradora armava acampamento onde iriam fazer a perfuração do solo e deixavam os equipamentos e maquinários nesse acampamento vigiado por um segurança, que geralmente era uma pessoa da comunidade. De acordo com Seu Chiquinho, quando os proprietários das terras não autorizavam a sondagem, a empresa oferecia o pagamento de mil reais por poço perfurado para que estes autorizassem a perfuração do solo. Na sua opinião, o

dinheiro que as pessoas da comunidade recebiam da mineração era esse montante, e que possivelmente não haveria mais “benefício” nenhum, a não ser esse já recebido.

Segundo Seu Raimundo, o trabalho de perfuração acontecia, na maioria das vezes, no período da noite, pois, segundo ele “tinha que ser escondido do povo”, faziam nesse horário para não serem incomodados pelos curiosos: “Quando eles trabalhavam de noite eu faltava era num dormir [pompompom]... trabalhando e uma zoada danada...” Além disso, Seu Raimundo relata que estes passaram dias trabalhando próximo a sua casa, e que depois de extraído o minério eles se mudavam para outro lugar, onde armavam uma lona e deixavam o maquinário: “Quando eles vinham deixavam as máquinas no mato mesmo... eles limpavam o lugar, armavam a lona ali e ficavam ali... eles passavam era dias, carregavam água...” Ele ainda acrescenta que mesmo perfurando em outro lugar, ainda assim ouvia o barulho das máquinas funcionando à noite.

Dona Maria Ribeiro, de 82 anos, relata que também viu perfuração de poços para coleta de minério na Lagoa da Lama, comunidade que morava antes de ir morar em Xique-Xique. Ela comenta que lá havia muito desses “buracos” e que “a fundura é grande”, se referindo à profundidade do poço, e justificou que era fundo porque o material (minério) é retirado de dentro do poço – que segundo ela, se assemelha a um poço tubular. Sua filha, Maria Lúcia (Lucinha), complementa a fala de Dona Maria dizendo que os pesquisadores “tiravam uma ‘filetona’ [barra de ferro] e só faziam empilhar e botava numas caixinhas (...). Saía aquele canudo, aquela coisa ‘inteirona’... Bem feitinha”.

Em uma conversa com João de Menezes Neres, genro de Seu Chiquinho, ele comenta que se aproximou do local em que estavam ocorrendo as perfurações para saber o que estava acontecendo, mas que foi recebido com rispidez pelos funcionários da mineradora:

*Teve uma vez que aqui acolá eles tavam trabalhando, e eu fui acolá, mas não quer que a gente encoste na área reservada deles lá... num quer que encoste, que nem chegue perto... então não deixa ninguém e se tentar encostar eles dizem que estão em serviço... não quer que ninguém se aproxime. Eles tavam trabalhando com máquina e aí também não querem deixar encostar não... eles não querem que mexa de jeito nenhum, ninguém mexa em nada. Nesse dia que eu fui lá eles estavam perfurando, perfurando tipo um poço, e eles puxam pedra lá de baixo... e aí eles fazem aquela medição todinha e numera todinha... toda numeradinha aquela profundidade que eles puxavam aquela pedra, toda enumerada, toda documentadinha... e aí não quer que ninguém se aproxime deles por causa que, além de ser área de serviço, não quer que ninguém se aproxime. (João de Menezes Neres, 40 anos, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Assim como descrito por João, os poços que eram perfurados pela mineradora, depois de retirado o minério, eram registrados, selados com cimento e com uma placa de metal de

identificação contendo informações sobre a empresa contratante, a empresa contratada, o número do furo, o local, as coordenadas, a data de início e término da perfuração e a profundidade do poço. A fotografia a seguir é de uma sondagem realizada nas proximidades de Xique-Xique, conhecido como Serrinha, situada a 1,5 km das residências de Xique-Xique. A placa de metal indica como contratante a empresa GCTZ Geologia e Mineração LTDA – empresa de Paulistana-PI, cuja atividade principal é estudos geológicos –, a empresa contratada Boart Longyear – empresa norte-americana de exploração mineral – tendo datação de início o dia 15 de abril de 2013 e término no dia 18 de abril de 2013.



Fotografia 09: Poço perfurado para sondagem mineral  
(Fonte: arquivo pessoal)

As visitas aos poços perfurados de Serrinha foram guiadas por Nivaldo e Genivaldo. Enquanto andávamos mata adentro, Nivaldo ia apontando os lugares que foram abertos por máquinas, os que foram picadas manualmente e os demais lugares que havia poços perfurados. A distância do primeiro poço visitado para os outros dois poços era de aproximadamente duzentos. Quando questiono Nivaldo sobre que empresas eram essas apontadas na placa ele não soube responder, pois segundo ele, os carros que circulam pela comunidade possuem o emblema da SRN Mineração. Entretanto, a datação indicada na placa é de 2013 e a criação da SRN Mineração data de 2014, o que indica, possivelmente, que as empresas mencionadas na placa de metal estão entre os seis projetos de minério que formam a SRN Mineração e que tiveram suas pesquisas iniciadas em 2009.

Quanto ao processo de retirada do minério de ferro do poço perfurado, Seu Chiquinho resume da seguinte maneira:

*Eles abriam um buraco e botavam uma lona, que eles pegavam num caminhão pipa... abria um buraco no chão com o trator e colocava uma lona e vinha com um carro pipa e despejava. E eles tinha um lugar lá que eles encaixotavam o metal que eles iam tirando... umas tabonas desse tamanho, botavam e empacotavam tudinho... e quando saía já era com aqueles “cortição” de talo desse tamanho... cheio... metal de todo jeito: preto, amarelo, de todo jeito eu vi ainda... umas barronas... vai tirando e empacotando elas... seca num instantinho... bota e empacota tudo bem empacotadinho... só diz que num presta aquilo ali, mas eu digo que presta porque eles num vão carregar um trem daquele ali... carrega tudinho... ali tem toda coisa, tem metal de todo jeito...*

Depois de feita a sondagem, a amostra recolhida é levada para análise, e por meio desse estudo é possível identificar se é viável a exploração da área. Ao concluir se o solo é favorável ao minério e em quantidade suficiente inicia-se o processo de licenciamento ambiental e, posteriormente a exploração. Com isso, dá-se início também ao processo de “convencimento”, tanto da comunidade que será afetada quanto da administração municipal, utilizando principalmente o argumento de rigidez locacional, ou seja, lugares específicos favoráveis a exploração mineral devido sua característica geológica. Durante a visita aos poços e morros explorados pela mineração, Nivaldo aponta para o morro próximo à casa de Seu Raimundo e diz que as pesquisas indicaram uma quantidade de ferro acima da média naquele local, o que faz da região um lugar de rigidez locacional, ou analisando por um outro viés, uma “zona de sacrifício”.

Nesse processo de convencimento, apesar de chegar de forma particular, a mineradora se utiliza do discurso de “desenvolvimento” para justificar que a exploração do minério é de interesse público, ficando evidente principalmente quando dizem que o que há no subsolo pertence à União e que isso é necessário para o “progresso” (primazia do minério). Em sua fala, Seu Chiquinho ainda diz: “Eles[mineradora] diz que nós que somos dono da terra e só tem direito de um metro de profundidade... eles falam que nós só tem direito da terra, tem a escritura dela mas só tem direito a um metro de fundura”. Desse modo, a empresa utiliza-se desse discurso para convencer a comunidade a vender suas terras. Dizer que a comunidade está agindo contra o interesse do Estado, demonstra superioridade da mineração perante a comunidade, passando a ideia de que a atividade mineral é algo inevitável. Soma-se a isso, o discurso de indenização, de geração de emprego, geração de receita para o município, além do tão falado e enfatizado “progresso e desenvolvimento”.

***“Eu pensei que aquilo ali não ia impactar ninguém...”***

Em uma conversa com a Joana, moradora de Xique-Xique, algo me chamou bastante atenção, o fato dela dizer que as crianças das comunidades estão assustadas com o que estão vendo acontecer na comunidade. Ela comenta que seu filho, de 6 anos, disse estar preocupado e assustado com o que as pessoas estavam falando sobre o que a mineração pode trazer de ruim na vida das pessoas: “me lembro muito quando ele dizia, por causa que as pessoas comentavam que eles faziam aquelas barragens que destruíam a caatinga, onde os animais da gente eram a pastagem, a paisagem, a água que eles bebiam virava uma sujeira”. Joana ainda ressaltava que não só seu filho, mas ela também se viu assustada quando soube que para explorar o minério haveria explosões, causando poluição e rachadura nas casas, e principalmente com a possibilidade de ter que deixar o seu território por conta dessas ameaças.

De acordo com Araújo et al. (2014: 02), a mineração é considerada uma das atividades antrópicas que mais causa efeitos negativos no território onde se realiza a exploração, seja ela de ordem ambiental ou socioeconômica. A propósito, os impactos causados pela mineração estão presentes em todas as fases de produção, desde o momento de pesquisa, abertura da mina, processo de beneficiamento do minério, até o fechamento e abandono após o esgotamento dos recursos minerais. Além disso, após o fechamento da mina, a empresa desloca suas atividades para uma outra localidade, restando apenas contaminação para a comunidade afetada e impossibilitando o desenvolvimento de outras atividades econômicas.

Dentre os impactos ambientais negativos ocasionados pela extração mineral, Araújo et al. (2014: 02) assinala:

Os efeitos ambientais negativos da extração mineral (mineração e lavra garimpeira) estão associados às diversas fases de exploração dos bens minerais, desde a lavra até o transporte e beneficiamento do minério, podendo estender-se após o fechamento da mina ou o encerramento das atividades. Ainda, a mineração altera de forma substancial o meio físico, provocando desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo, além de comprometer a fauna e a flora. Afeta, também, o modo de viver e a qualidade de vida das populações estabelecidas na área minerada e em seu entorno.

Se por um lado a empresa de mineração e o Estado apresenta a atividade mineral como vetor de desenvolvimento local, “essencial” para suprir as necessidades econômicas da região, por outro vemos uma população que se queixa por não ser vista e nem ouvida, e que assiste seu território sofrer profundas transformações, invadido por pessoas/empresas que não fornecem esclarecimentos. Nesse sentido, me interessa compreender o que os *afetados* (diretamente) pela

mineração do Quilombo Lagoas entendem como impacto, e sua percepção enquanto os impactos reais e impactos potenciais<sup>23</sup> a mineração tem causado no território, sejam eles de ordem ecológica, paisagística ou social.

Quando questiono meus interlocutores sobre quais são os impactos que a exploração mineral pode causar, muitas foram as respostas, porém o mais mencionado dizia respeito aos impactos ambientais, que segundo eles, atingia diretamente os seus modos de vida. Seu Raimundo, do Sítio Paes Landim, menciona que já é possível sentir os efeitos da mineração na saúde dos moradores: “primeiro que carregar numa estrada dessa aqui já tá poluindo o povo, mesmo que a gente fique longe do lugar que eles tão lá, mas só em transportar ele no carro na poluição do tempo já tá acabando com a saúde do povo e dos animais também com a poeira”. As explosões, que irão acontecer futuramente, também foram elencadas, pois causam rachaduras nas casas e assustam pessoas e criações, a poeira tóxica polui riachos e as plantações, além de causar doenças respiratórias e impossibilitar a produção de mel, além disso, citam que os animais pastados soltos consomem a mata contaminada, a área da mina é desmatada, ocasionando a erosão do solo, o fluxo de caminhões e caçamba levanta poeira, além da morte de animais que, por serem criados soltos acabam sendo atropelados devido ao fluxo intenso de carros. Do ponto de vista de Joana:

*Dá pra ver na comunidade como um todo que tem receio de que venha a funcionar essa mineradora, por causa que aí, apesar de ser gente que vem, eles vem morar aí com a gente, porque eles montam barracas, fazem tudo pra morar mesmo... e aí também esse impacto ambiental, porque o maior medo das pessoas mais é isso mesmo, é do impacto ambiental que a gente tem medo né. A gente mora aqui bem próximo vai prejudicar também, porque a gente vive de roça, tem o mel... eles falam muito assim mesmo porque a gente sabe qual o tamanho das propriedades que a gente tem aqui, e uma comparação com as pessoas que trabalham, que nós mesmos não trabalha com colmeia, mas essas abelhas viajam longe, elas vão tanto consumir as coisas de lá e a destruição da floresta que vai ter, vai prejudicar as pessoas desse jeito, e que acaba prejudicando todo mundo porque quando entra uma coisa dessa na comunidade serve pra todo mundo. (Joana de Menezes Neres, 35 anos, Comunidade Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Todavia, os impactos da mineração não é algo que só irá acontecer quando a atividade estiver em pleno funcionamento no território. A começar pela forma que a mineradora iniciou seus trabalhos de sondagem que, segundo os moradores, ocorreu de forma invasiva – pois muitos se depararam com pessoas desconhecidas em suas propriedades fazendo medições e marcações sem permissão dos donos das terras – desconsiderando as pessoas que ali vivem.

---

<sup>23</sup> Classifico como impactos reais os efeitos já visíveis da exploração mineral, que já aconteceram ou estão acontecendo; e os impactos potenciais aqueles que irão acontecer a partir do funcionamento da mina.

Além disso, a transformação da paisagem é visível: estradas foram abertas, matas foram devastadas, morros foram desmatados e erodidos e dezenas de poços foram perfurados.

*Enquanto seu Nivaldo me levava na garupa de sua moto para ver os poços que haviam sido perfurados para sondagem, eu observava o trajeto procurando rastros das mineradoras pelo território. Tirei o celular do bolso e fui fotografando tudo que havia pelo caminho (tentativa fracassada pois as fotos saíram todas tremidas). Não demorou muito até começar a ver estradas duplicadas e caminhos complicados. Antes mesmo que eu perguntasse a Nivaldo para onde aquelas estradas fora da estrada principal levaria, ele já disse que aquelas estradas haviam sido abertas por grandes máquinas da mineradora. Chegando em determinado ponto, Nivaldo para a moto na beirada de um morro e pergunta se eu gostaria de acessar a internet no meu celular, pois em cima do morro havia sinal, eu sorri e disse que não, até porque meu celular era Tim e provavelmente não haveria sinal dessa operadora. No mesmo instante sai um jovem com o celular na mão de cima do morro. Pergunto a Nivaldo se o morro estava naquela situação (desmatado e cheio de buracos) por causa da mineração e ele responde que sim, e disse com um sorriso sarcástico que ali tinha virado um ponto de acesso à internet dos moradores. Andamos poucos metros, estacionamos a moto e seguimos pelas variantes mata adentro. (Notas do diário de campo, Xique-Xique, 05 de maio de 2019).*

Aproveitei a visita aos poços perfurados pela mineração para fazer observações na paisagem e registrar o que possivelmente teria sido uma ação antrópica da mineração, no entanto, saber distinguir o que era ou não impacto da mineração só foi possível com o acompanhamento dos meus interlocutores Nivaldo e Genivaldo, pois iam indicando os lugares e dizendo como e quando aconteceu aquela ação. Era notório a indignação em suas falas quando falavam do que estavam fazendo com o seu território, ainda mais porque se sentiram enganados quando a empresa chamou pessoas da comunidade para fazer as variantes na mata e sem dizer as suas reais intenções. Enquanto íamos atravessando a mata, Nivaldo apontava os poços, dizia a quem pertencia as terras e enfatizava que a mineradora não havia pedido permissão para fazer aquilo.



Fotografia 10: “Os variantes”. (Fonte: arquivo pessoal)

Retornamos para o morro que havíamos passado de início, mas dessa vez quis subir para ver “o estrago” que as máquinas haviam feito no mesmo. Do alto do morro era possível ter uma vista panorâmica da região. Nivaldo ia apontando para onde ficava cada comunidade do entorno: Capim (Dirceu Arcoverde), Lagoa de São Vítor (São Raimundo Nonato), Campo Formoso, Morro Alto, e Poço Dantas (São Lourenço do Piauí). De cima conseguíamos ver, além de Xique-Xique, a Pedra de São Vítor e o Morro Alto – lugar onde vive Seu Raimundo. Ao indicar o Morro Alto, mais especificamente o Sítio Paes Landim, Nivaldo comenta que a parte clara que estávamos vendo no meio da mata verde indicava devastação, lugar este próximo à casa de Seu Raimundo no qual a mineradora realizou a pesquisa mineral.





Fotografia 11: Morro desmatado pela mineradora  
(Fonte: Arquivo pessoal)



Fotografia 12: Vista para a exploração do Morro Alto  
Fonte: (Arquivo pessoal)

Outra questão bastante recorrente nas narrativas dos meus interlocutores foi o rompimento das barragens de rejeitos de Mariana e Brumadinho, ambos desastres ambientais ocorridos em Minas Gerais decorrentes da mineração. O fato de ter sido um crime gravíssimo e de grande repercussão em mídia nacional fez com que tal notícia estivesse presente em todas as narrativas dos/as interlocutores/as desta pesquisa, principalmente quando se referiam aos impactos da mineração. Ver na TV que a mineração pode destruir plantações, casas, poluir rios e matar pessoas e animais gera não só comoção para àqueles que assistem, mas também medo para aqueles que tem seu território ameaçado por esse tipo de atividade (desdobramento psicológico do impacto), e tendo consciência de que não foi um acidente, e sim um crime ambiental.

Seu Raimundo, do Sítio Paes Landim, relata que quando viram os trabalhadores abrindo as variantes e passando por dentro de suas roças acharam que não era nada de importante, só depois que os participantes do MAM e Cáritas fizeram reuniões para alertar a população foi que passaram a prestar atenção ao noticiário na TV a acerca dos lugares onde há exploração de minério e que a mineração “não dá resultado para os moradores”, que veem a crise em Minas Gerais com o rompimento das barragens de rejeitos de minérios, barragens estas que “acaba com tudo, mata gente, ‘desarrancha’ o povo...”. Em uma conversa com Seu Chiquinho ele também dá sua opinião sobre os desastres em Minas Gerais:

*Aquilo ali é triste demais. São irresponsáveis demais. Porque a aquela lá de Mariana mesmo... os caras ali sabem de tudo, quando a barragem daquela lá vai estourar. Como é que eu tô com uma vasilha enchendo de água ali, quando ela vai sangrar eu sei que ela vai sangrar. Eles que tão labutando ali, ela tá subindo todo dia, quando ela vai romper, quebrar, cê tá sabendo. Eles num dão jeito é porque não se preocupam com a vida das pessoas. Ali morreu gente demais, falta de responsabilidade medonha. E tem outras lá, tem outras lá em risco também. Aquilo ali é um prejuízo grande! E aquele ali que foi um lugar que num nasceu mais nem um pé de pau, só a lamona mesmo ali... num tem como criar mais num lugar daquele ali. E é que aquelas terras ali são boas, terra de barro vermelho ali, mas ali num cria nada mais. E essas pessoas aí não tão nem aí com quem tá ali no meio. (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Aproveito então o gancho dos desastres tecnológicos de mineração nas cidades mineiras para abordar a questão de como será feita a exploração mineral no território, se haveria construção de barragens de rejeitos, ou outras tecnologias de extração de minério. Ao entrar nesse assunto, as reações eram distintas, alguns debochavam, outros se mostravam mais preocupados, e tinha aqueles ainda que se mostravam indiferentes. O fato é que a SRN Mineração promete um tipo de extração “sustentável” – isso explica o tom sarcástico dos interlocutores – que não requer barragens de rejeitos pois seu processamento e beneficiamento será a seco, diferenciando-se dos métodos tradicionais de extração mineral. E o questionamento que fica é: Qual o impacto disso?

*Eles [mineradora] diz que não usa água, mas é pior ainda, de qualquer maneira tem a poeirona, tem a poluição, o pó. Se botar uma máquina aqui... e é que eles trabalhavam com uma máquina leve... mas eles falam que se vier com uma máquina grande pra explorar isso aí, é um “truvejo” medonho, estoura a terra todinha. A distância de um quilometro ou dois, quando ela tiver funcionando, ela tá tremendo, a terra todinha. As casas dá defeito e racha e num tem jeito. (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

A questão hídrica também foi enfatizada por Seu Chiquinho, que embora o consumo da água da comunidade seja por meio de poço, ainda assim há um riacho que serve de consumo para os animais. Segundo Seu Chiquinho, o riacho já está sofrendo o impacto advindo da pesquisa mineral, pois abriram uma vala no morro que fica próximo ao riacho e, em época de chuva o pó escuro que se encontra no morro escorre até o riacho. Além disso, ele ainda ressalta que a água do riacho segue até a Barragem Petrônio Portela (barragem da onça), barragem esta que abastece o município de São Raimundo Nonato e municípios circunvizinhos, ou seja, um impacto local que afeta não só as comunidades próximas, mas que “derramam” (GUDYNAS, 2015) por todo um território.

No que concerne aos impactos sociais, a chegada de pessoas desconhecidas no território, sem consulta aos moradores sem permissão para dar início aos trabalhos de pesquisa e

sondagem, tampouco informações sobre o que se tratava as pesquisas, assinala uma violação de direitos, desconsiderando a Convenção nº169 da OIT que determina que as populações devem ser consultadas antes de empreender ou autorizar qualquer prospecção ou exploração dos recursos em suas terras. Seu Raimundo alega que os pesquisadores entravam nas propriedades sem autorização, algumas vezes pulavam o cercado, entravam, pegavam as metragens que eles queriam, cortavam as rochas, faziam a marcação até sair do outro lado da gleba e “não falavam com ninguém não”, além do mais, atitudes como esta se fazem presente também na narrativa de outras comunidades impactadas – Cova da Tia, Capim e Pé do Morro.

Evidente que a chegada de uma empresa desse porte causou reações e opiniões diversas, havendo aqueles que se diziam favoráveis, os que se diziam contra e àqueles que agiam com indiferença, resultando em uma comunidade dividida e enfraquecida. Devido ao não esclarecimento da empresa e a falta de informações dos moradores sobre os impactos negativos da mineração, muitos acreditaram que a mineração seria algo bom para comunidade pois iria gerar emprego e renda para a população, permitindo que os pesquisadores adentrassem nas propriedades sem nenhuma resistência. Há aqueles que se beneficiaram momentaneamente, sejam eles prestando serviços – abrindo variantes ou preparando refeições para os trabalhadores – como aqueles que venderam suas terras ou tiveram elas perfuradas para a sondagem, causando conflito entre os que defendem e os que se opõem à mineração, como o caso de Seu Ladislau (e família) que, desde as primeiras incursões da mineradora, tem agido contra os interesses das comunidades atingidas. Quanto àqueles que se beneficiaram no início, mas que depois tomaram conhecimento dos prejuízos que a mineração pode causar, estes se dizem estar arrependidos e estão engajados em movimentos de resistência (MAM), como o caso de Seu Chiquinho e alguns moradores de outras comunidades.

Além disso, foram apontados outros impactos sociais que surgem em virtude do aparecimento dessas “pessoas de fora” que, segundo os moradores, ameaçam a tranquilidade do lugar, pois trata-se de comunidades que possuem laços de parentesco no qual “todo mundo conhece todo mundo” e, passam a indicar pessoas que não fazem parte desse círculo desconhecendo-se índole e procedência, como diz Seu Chiquinho: “vem um bom, mas vem gente ruim também... uma pessoa que você não conhece, não pode confiar nela... o povo tá com muito medo...”. Dentro dessa perspectiva, Araújo et al. (2014) coloca que estudos demonstram que os principais impactos causados pela mineração são: a proliferação de doenças, aumento da violência, prostituição, consumo de drogas, abuso de álcool, inchaço populacional, problemas trabalhistas envolvendo a mineração, empobrecimento da população e trabalho

infantil. Segundo Seu Raimundo e Seu Chiquinho, essa é uma grande preocupação da comunidade:

*A gente sabe que em todo lugar que tem esses minérios, a gente vê que não dá resultado pra o povo do lugar de jeito nenhum, só dá prejuízo... e a gente pensa nos planos da gente, a gente pensa mesmo isso, porque vem gente de todo lugar.. o lugar que hoje nós sabe o mundo que estamos nele... tem gente de todo jeito... então aquelas pessoas que vem de fora, vem os bons e vem os que vem através de passar calote, qualquer coisa, rouba uma coisa, rouba outra... nós sabe que hoje que num lugar que ajuntar mais gente vem essas pessoas. (Raimundo Paes Landim, Sítio Paes Landim, 04 de maio de 2019).*

*Aqui é um interior, fazer que nem a história, mas é assossegado... a gente pode dormir de porta aberta aqui, fazer que nem a história, num tem quem mexa aqui com ninguém... e chegando essas pessoas que a gente nem conhece, pessoas de muito fora aí... vem gente de todo jeito, os drogados, vem de todo jeito... fora os criminosos, vem tudo se esconder... quer as mulher daqui... nessa reunião eles falaram mesmo que aqui em Paulistana tem um garimpo explorado aí que já teve muito esse tipo de coisa aí... (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Outro ponto que eu não poderia deixar de questionar meus interlocutores é sobre a possibilidade de convivência com a mineração, ou a possibilidade serem desapropriados de suas terras. Quanto a essa questão, todos concordaram que não existe a possibilidade de conviver com a mineração - haja vista os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos que esta atividade pode causar às comunidades em que são instaladas –, caso isso venha de fato acontecer, há grandes chances de serem desalojados de seu território. Há também aqueles que não estão preocupados com a mineração e acham que isso não irá acontecer, como o João de Menezes, que diz que as pessoas têm temido algo que nem sabem se vai realmente acontecer, que enquanto eles estiverem só preparando ele não está preocupado, pois segundo ele “aí é só por causa que o governo tem uns órgãos aí que funciona, que trabalha nisso, fazendo pesquisa, aí não quer que eles fiquem parados... aí manda eles aí pra esses morros, ao menos gastar dinheiro”. Ao contrário de Joana, que acredita que a mineração pode acontecer e que há chances de serem expulsos de suas terras:

*Se eles chegarem a abrir mesmo essa mineradora aí, se a gente não correr o risco de se prejudicar de outras formas depois, com o tempo ali não vai dar pra morar mais... eu penso assim... e até assim, a gente vive da cria dos animais, imagina se a gente criar nesse lugar, nesse ambiente, como que vai criar um animal? E as chuvas também, por causa que quando vem, a barragem que acumula água, essas águas vão virar mais é resíduos de minério. Aí dá um medo na gente, a gente pensa muito isso. (Joana de Menezes Neres, 35 anos, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Corroborando com o ponto de vista de Joana, Seu Raimundo diz ser impossível conviver com a mineração, as atividades realizadas na comunidade como a agricultura, a apicultura e a

criação de animais ficam impossibilitadas com um ambiente poluído: “Como é que eu posso trabalhar num lugar desse? Criação você sabe que vai ficar difícil, a criação não pode criar porque a fumaça que dá deixa tudo contaminado... E é justamente no pasto da minha criação que come pra esse lado...eles são criado solto”. Em relação ao cultivo de abelhas e produção do mel, Seu Chiquinho, que é apicultor, garante que é a atividade mais ameaçada, segundo ele, as abelhas não suportam uma explosões e desaparecem, a poluição (poeira tóxica) também contamina a flor e, conseqüentemente, contamina o mel, deixando-o impróprio para consumo.

*Se Deus o livre for impactar um lugar desse aqui, num tem jeito, vai morrer no lugar que tá mesmo. Disso é a maior preocupação. Proibir ninguém proíbe, indenização tinha que ter. Nós estamos num lugar desse aqui, nós vamos ser impactados por uma mineração dessa aí, indeniza as pessoas pra as pessoas sair, mas com dinheiro, um valor que dê pra comprar uma propriedade em outro lugar. Eu mesmo não pretendo sair daqui. Eu não queria sair daqui não. Só se for o jeito mesmo. (Francisco Ribeiro Neres, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Não poderia deixar de mencionar a Cova da Tia, um espaço sagrado que tem sua existência ameaçada pelos projetos de mineração. Sua importância é tão significativa, que é considerado um lugar de peregrinação e devoção, estando presente na história e na memória dos quilombolas. Um lugar que poderá desaparecer com o exercício da mineração, uma vez que se localiza dentro da área de atuação da mineradora, causando preocupação não só da comunidade em que se encontra, como das comunidades que veem a Cova da Tia como parte da sua identidade quilombola.

A Cova da Tia está situada no município de Bonfim do Piauí, a uma distância de 11 km da sede, e a 5 km da Comunidade Zé Luís. Devotos de toda microrregião de São Raimundo Nonato e até mesmo de outros estados visitam o túmulo para pagamento de promessas – muitas delas atrelada a Roda de São Gonçalo, renovação de votos ou até mesmo retribuir uma graça recebida através da entrega simbólica de ex-votos. O ritual religioso faz referência a uma suposta ex-escrava negra numa prática de catolicismo popular e de raízes africanas (AQUINO, 2009).



Fotografia 13 Devota no oratório da Cova da Tia  
(Fonte: arquivo pessoal)



Fotografia 14: Devotos acendendo vela no túmulo  
(Fonte: arquivo pessoal)

Segundo os moradores do Quilombo Lagoas, não se sabe a procedência da Tia<sup>24</sup>, seu nome, família, nem tampouco a idade que tinha ao morrer. O que dizem é que os restos mortais se encontravam em decomposição quando foi encontrada por um homem, que julgou ser uma mulher pela vestimenta e que esta estaria pegando lenha, por conta de um feixe de madeira próxima ao corpo. Vendo isto, o senhor fez uma cova e a enterrou. Depois disso, houve rumores de que o senhor que fez a cova para a Tia foi curado de uma doença de forma inexplicável. Então o local passou a ser visitado por diversos motivos: “busca de cura para doenças, busca por pessoas desaparecidas, casamentos, obtenção de aprovação em concursos, empregos, recuperação de objetos roubados, cura de vícios, cura de sequelas advindas de acidentes”. (AQUINO, 2009: 27).

Em uma reunião que estive presente na Comunidade Zé Luís – comunidade entorno da Cova da Tia - pude notar que as narrativas dos moradores se assemelham ao que ouvi dos moradores de Xique-Xique, não como um discurso político e homogêneo, mas como um relato de uma situação que se assemelha. A empresa também é a SRN Mineração, a abordagem foi a mesma, a forma que invadiram as propriedades, e os impactos também são os mesmos, pois possuem modos de vidas semelhantes, o que pode mudar de uma comunidade para outra são as estratégias de enfrentamento e a forma como estes lidam com essas ameaças.

Bebbington et al. (2008) relaciona os impactos de mineração à formas de desapropriação. A primeira forma de desapropriação está relacionada a própria desapropriação

---

<sup>24</sup> É chamada de “Tia” pelos fiéis como um tratamento carinhoso e apelativo quando invocada, como um meio de familiarização e proteção.

da terra em que o minério se encontra depositado, ou seja, diz respeito às ameaças a perda do território que forçam a venda de terras a baixo custo. A segunda forma é a desapropriação dos próprios recursos minerais pelas empresas de mineração, que geralmente são estrangeiras. Segundo Bebbington et al. (2008), em ambos os casos a desapropriação se refere tanto a perda na quantidade de ativos das pessoas – terras, recursos hídricos, pastos, minérios – quanto à qualidade desses ativos – poluição -, e conclui que a desapropriação também pode ser entendida como a perda de uma forma de vida.

Diante desse cenário de impactos socioambientais, as comunidades afetadas pela mineração, tanto do Quilombo Lagoas, quanto das comunidades do entorno, têm se mobilizado em busca de alianças, informações e estratégias que garantam a permanência e a reprodução de seus modos de vida no território. É de responsabilidade do Estado proteger os direitos dos quilombolas, e que estes possam assumir o controle de suas próprias instituições, formas de vida e seu desenvolvimento econômico, como determina a Convenção nº169 da OIT. Por um lado, o Estado diz garantir a reprodução física, social, econômica e cultural de comunidades quilombolas, por outro, permite que grandes empreendimentos se instalem nestas comunidades, cabe às populações atingidas reconhecer e reivindicar seus direitos a propriedade e posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

### ***“Nós não queremos mineração!”: Organização, mobilização e resistência no Território Quilombola Lagoas***

Durante a realização desta pesquisa, tive a oportunidade de acompanhar três reuniões em que se discutiam a mineração no Território Serra da Capivara. A primeira foi a I Roda de Conversa do Quilombo Lagoas, ocorrida em setembro de 2018 na Comunidade Lagoas das Emas – já discutida nesse trabalho – e as visitas do Grupo de Trabalho da Romaria da Terra, com Representantes e técnicos de algumas secretarias do Governo do Estado do Piauí, a CNBB Regional Nordeste, a Cáritas Brasileira Regional do Piauí e Comissão da Pastoral da Terra (CPT) Regional do Piauí às Comunidades Zé Luís (entorno Cova da Tia – Bonfim do Piauí) e Capim (Dirceu Arcoverde) nos dias 10 e 11 de julho de 2019. Na reunião ocorrida em Lagoa das Emas discutiu-se, além da mineração, o processo de titulação do Território Quilombola Lagoas. Já as reuniões na Comunidade Zé Luís e Capim tiveram como objetivo ouvir as pessoas impactadas pela mineração e elaborar um relatório para ser entregue ao Governador Wellington Dias, com a finalidade de desenvolver as ações determinadas na 14ª Romaria da Terra e da

Água ocorrida em julho de 2018 no município de Paulistana-PI. Ambas as reuniões tiveram a participação das comunidades que se localizam nas proximidades: Na Comunidade Zé Luís a participação das comunidades Baixão Fundo, Espírito Santo, Serrinha, Lagoa das Emas e Calango; Na Comunidade Capim a participação das Comunidades Lagoinha, Lagoa do Buraco, Sítio Novo, Xique-Xique, Mulungu, Lagoa do Modesto, Tiburtino, Calango, Valério, Santo Antônio e Pé do Morro.

Tanto na reunião da Comunidade Zé Luís como na Comunidade Capim tiveram como primeiro momento a fala de representantes das comunidades afetadas, onde expuseram aos ouvintes questões como o modo de vida das pessoas da comunidade, como se organizam, como foi a chegada mineração, de que forma aconteceu a abordagem da mineração, bem como os impactos que a mesma causou e que pode causar nas comunidades e como eles estão organizados para o enfrentamento dessa ameaça. Dessa forma, avalio então a seguinte reunião como parte de um *movimento social* que surge com o intuito de defender e recuperar os modos de vida e a organização social de um território ameaçado. Segundo Bebbington et al. (2008:08), os movimentos sociais se referem “aos processos de ação coletiva que são sustentadas através do espaço e do tempo, que refletem queixas em torno de injustiças e que constituem uma busca de agendas alternativas”.



Fotografia 15: Reunião na Comunidade Capim (Dirceu Arcoverde)  
(Fonte: arquivo pessoal)



Anthony Bebbington et al. (2008) assinala que quando bem-sucedidos, os movimentos sociais podem impedir a exploração da mineração ou serem capazes de negociar uma compensação favorável para seus membros, mas quando são mal articulados, podem ter suas lideranças corrompidas e manipuladas. Além disso, esses movimentos ao serem confrontados por uma empresa de mineração intransigente e um Estado disposto a criminalizar, possivelmente serão reprimidos e destruídos. Todavia, Bebbington et al. (2008) ressalta que para o movimento ser bem ou malsucedido depende da força do movimento, da mineradora, do posicionamento do Estado em relação a mineração, a vulnerabilidade dos líderes do movimento e a posição das autoridades públicas, mídias, ONGs e igrejas.

No que diz respeito à articulação e participação do MAM, Cáritas e Comissão Pastoral da Terra (CPT) em reuniões nas comunidades afetadas pela mineração no Território Serra da Capivara configura-se no que Bebbington (2008) chama de “organizações do movimento social”. Segundo Bebbington (2008:09), “tais atores desempenham um papel importante em manter os movimentos "em movimento" - mantendo debates, apoiando eventos, alimentando líderes e sustentando redes durante os períodos em que a atividade de movimento diminuir”. Isso porque os movimentos dependem de organizações mais formais pois as ações dos movimentos necessitam, em sua maioria, de recursos financeiros, humanos, informacionais, entre outros, haja vista que redes sociais mais localizadas e/ou informais são mais difíceis de mobilizar.

A priori, as reuniões, ou assembleias, realizadas nas comunidades afetadas pela mineração no Território Quilombola Lagoas tinham por finalidade a mobilização, a formação do movimento e debate sobre os prejuízos que a mineradora pode trazer consigo ao ser instalada em um território, ou seja, o objetivo principal era o de alertar as populações que serão diretamente impactadas pela atividade mineradora. Assim, os movimentos organizados seguem a linha de formação de grupos, informações sobre como acontece uma mineração e quais os impactos socioambientais – uma vez que não houve esclarecimentos da empresa e nem do Estado –, e a reação dos atingidos, que são as estratégias de enfrentamento e, principalmente a resistência, que segundo Bebbington (2008: 05) “é entendida como uma defesa do meio de vida, em que movimentos emergem para proteger os ativos desafiando as estruturas, discursos e instituições que conduz e permite a exploração e a desapropriação”.

Em Xique-Xique, o processo de mobilização partiu da iniciativa da Associação do Território Quilombola Lagoas que, ao saber da movimentação de mineradoras circulando pelo território procurou acionar as entidades parceiras – Cáritas e UNIVASF - afim de discutirem sobre as ameaças que o território estava por enfrentar e como as comunidades deveriam se

organizar para esse enfrentamento. É a partir dessas inquietações que o MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração – chega às comunidades atingidas pela mineração. Nesse caso, o MAM vem articulando eventos públicos que levantam questões acerca da atividade de mineração na região, desse modo, o movimento tem buscado contribuir com a organização política e coletiva das comunidades, no reconhecimento de lideranças – que se colocam em confronto nas arenas públicas, e no engajamento dos demais atores para a participação em reuniões e outras atividades ligadas ao conflito socioambiental.

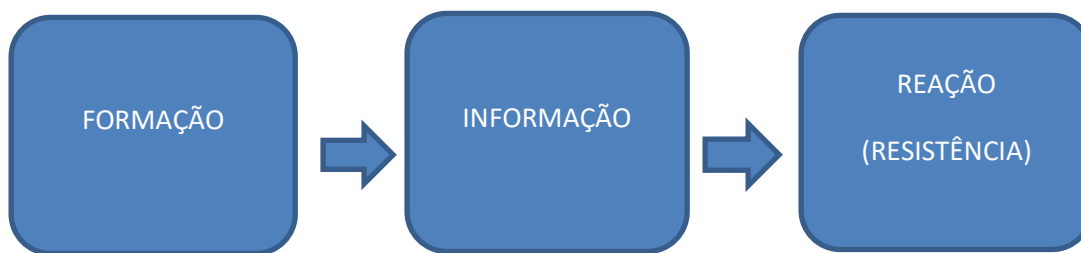


Gráfico 03: Processo de formação dos movimentos sociais contra a mineração do Quilombo Lagoas

Em fevereiro de 2017 a Associação do Território Quilombola Lagoas, juntamente com o MAM, Cáritas Diocesana e UNIVASF, promoveram uma reunião na Comunidade Xique-Xique para discutir a questão da presença da mineração no território e sensibilizar os moradores quanto aos efeitos que essa atividade pode causar, e como devem agir ao serem abordados pelas empresas de mineração. Os moradores de Xique-Xique se referem a essa reunião como “a reunião grande”, devido a quantidade de pessoas presentes e sua longa duração. A reunião aconteceu no clube do Nivaldo, por ser o maior espaço da comunidade e teve duração de 9 horas da manhã até as 17 horas, com intervalos para almoço e lanche. Segundo Nivaldo, participaram do encontro as comunidades Lagoa da Firmeza, Lagoa do Mel, Lagoa da Pedra, São Vítor, Calango e Capim, além das instituições Cáritas, UNIVASF e MAM.

Nivaldo relata ainda que na reunião aconteceram dinâmicas de grupo e debates, palestras, exibição de documentários sobre mineração em um telão e, principalmente, a participação dos moradores de Curral Novo que foram até a Comunidade Xique-Xique contar sobre suas experiências com a mineração. Segundo Nivaldo, foram duas vans lotadas de pessoas das comunidades atingidas por mineração de Curral Novo: “Esses que vieram no dia da reunião grande aqui, já estavam sofrendo, esses de Curral Novo... era um mundo de gente! Eles deram exemplos dele lá... que já estavam passando pelo impacto... eles até mostraram o jeito da mata que ficava, o jeito das águas, a poluição que causava...”. Os vídeos que eram exibidos no telão

também eram sobre Curral Novo, onde mostravam imagens das casas com rachaduras, as poeiras, os desmatamentos e as poluições.

As comunidades rurais de Curral Novo – Baixão dos Belos, Caititus, Sítio do Juá e Lagoa do Ovo –, assim como as comunidades Xique-Xique e Zé Luís, são comunidades que usufruem de suas terras para atividades agrícolas, e que também tem sofrido com o avanço de mineradoras em seu território. Como dito anteriormente, o município de Curral Novo possui a maior reserva de minério de ferro do Piauí e integra o Projeto Planalto Piauí de exploração mineral pela mineradora Bemisa. Diante disso, a preocupação dos agricultores e agricultoras de Curral Novo é com os impactos socioambientais que a mineração e as obras da ferrovia Transnordestina tem causado. Além do mais, a abordagem agressiva por parte dos funcionários da empresa mineradora, as propostas de indenização para a desapropriação de suas terras abaixo do valor de mercado e as ameaças de perda de suas propriedades têm causado uma reação às comunidades afetadas, que tem denunciado e lutado pela sobrevivência do território.

Sobre a “reunião grande” em Xique-Xique, em complemento a fala de Nivaldo, Laurice ressalta que houve ainda esclarecimentos e recomendações – no qual diziam sobre ter cuidado na hora de assinar algum documento, além de ter em mãos a documentação das terras. Ainda que o encontro tivesse como objetivo tratar de assuntos de mineração, Nivaldo relata com empolgação os momentos de entretenimento, e que nos intervalos o Sulica do Samba tocava seus instrumentos musicais enquanto as pessoas se interagiam conversando sobre os mais variados assuntos.

Embora os movimentos sociais na Comunidade Xique-Xique sejam vistos como algo positivo por seus moradores, Seu Raimundo faz crítica à demora dessas instituições em ir até as comunidades levar essas informações: “se vocês tivessem vindo no começo, nós tinha visto e não dava resultado, não dava prejuízo... vocês iam explicando e a gente aí foi vendo... Mas no começo a gente tava inocente... ter vindo enquanto tava mais fácil mesmo de resolver”. Em uma conversa com Francineide, filha de Seu Chiquinho, ela associa o entendimento das pessoas sobre os impactos da mineração à realização de assembleias da comunidade, segundo ela, as pessoas viam a mineradora passando pelo território e não percebiam nada, achavam que não era nada demais, mas depois que as pessoas vieram para as reuniões e começaram a falar sobre isso, viram que aquilo não era boa coisa.

Na visão de Seu Chiquinho, a “reunião grande” foi importante para informar as pessoas, que “o povo agora já tão sabendo que aquilo [mineração] só traz impacto pra gente”, além disso, ele comenta também que a reunião veio para incentivar o povo, despertar as pessoas para que estas lutem pelo seu território. Pergunto, então, ao Seu Chiquinho e Nivaldo quem são essas

peessoas que vem até a comunidade para participar dessas reuniões conversar com a comunidade e ele aponta o Seu Cláudio, representando a Associação do Território Quilombola Lagoas, o Hidelbrando, representando a Cáritas, O MAM, O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, professores da UNIVASF, advogados, e menciona a participação do INCRA na “reunião grande”. Nivaldo ainda ressalta: “nós estamos bem unidos com um ‘bocado’ de entidade aí... tem o MAM, tem a Cáritas, tem o Incra, a Associação do Quilombo... nós não estamos sozinhos!”.

A fala de Joana também corrobora com a de Seu Chiquinho quando comenta sobre a importância de informar as pessoas sobre as consequências da mineração, uma vez que não houve esclarecimento por parte da mineradora e nem do governo, e ainda faz o seguinte desabafo:

*O governo não esclareceu nada... eu acho que esse governo pensa mais nele do que em ninguém... Eles devem ter uma boa quantia pra estarem nem aí pra quem mora próximo... É por causa que as pessoas, as pessoas menos favorecidas... eu acho que elas dão pouco lucro pra o governo num é? E é claro que esses fazendeiros, eles vão dar muito mais lucros com esse negócio de impostos, eles pagam muito para o governo... e as pessoas mais carentes são as que mais sofrem, que ficam a mercê de quem quiser, cada um tem que se unir (Joana de Menezes Neres, 35 anos, Xique-Xique, 03 de maio de 2019).*

Quanto à participação dos moradores de Xique-Xique, Joana enfatiza que a maioria dos moradores participam das reuniões, acrescenta ainda que logo que começaram a fazer as reuniões todo mundo ia, e que agora tem menos pessoas. Diz ainda que apesar de alguns terem desistido, ainda assim todos sabem da importância que essas reuniões têm. Nivaldo atribui a não participação de toda a comunidade àqueles que acreditam que não haverá exploração de minério, e que se for acontecer, será daqui a muitos anos:

*Aí tem um pessoal aqui que diz assim, não quer saber, sei lá, não quer entender, a gente convida e eles diz: “ah, vou nada! Diabo de minério! Aí não vai sair nada mesmo! Quando for sair, já vai tá com tantos anos que eu morri...”. Eu digo “sim, pode! Mas lembra que você vai deixar um filho, vai deixar um irmão, vai deixar um sobrinho, vai deixar um neto, vai deixar... Não pensa nisso... “Ora, isso aí não vai sair nada... vai demorar uns quinze, vinte ou 30 anos... nesse tempo eu nem tô aqui mais... já morri”... e eu digo: “sim, acontece... mas você tem que lembrar em quem vai ficar, em quem vai vim (Enivaldo dos Santos Ribeiro, 48 anos, Xique-Xique, 06 de maio de 2019).*

Outra questão que percebo estar presente em boa parte das narrativas dos meus interlocutores é o fato de acharem que a mineração em seu território é algo inevitável. Por muitas vezes ouvi expressões do tipo: “a gente não pode proibir”, “a gente não pode empatar

porque não é nas terras da gente” ou “a gente tá ‘empurrando’ com a barriga até eles desistirem” – se referindo às medidas que dificultam o início da exploração como a não venda das terras. Seu Chiquinho ainda diz: Todo empurrão que a gente for mandando eles pra frente mais diz que é bom. Quanto mais demora eles [mineradora] vim de ter o impacto é bom... vai empurrando ele pra frente”. Seu Raimundo acrescenta que para se explorar o que está no subsolo é preciso atingir o que está na parte de cima, e é esse “atingir” o que está acima do subsolo que causa impactos e prejudica seus modos de vida, caso não houvesse esse impacto, não haveria problema algum em explorar minérios no território. O fato é que, para se chegar ao subsolo é necessário, primeiramente, atingir e impactar o que tem no solo.

Esse tipo de posicionamento está relacionado ao que foi dito anteriormente sobre o discurso das empresas sobre o interesse do Estado pelo minério, o discurso desenvolvimentista e a questão da “vocação regional”, apontada por Deborah Bronz (2016) como uma região propensa ou com uma tendência ao desenvolvimento econômico e industrial, ou seja, “a ideia de que haveria uma certa predestina o natural dada pelas características físicas dos ambientes predestinados   implanta o dos empreendimentos” (BRONZ, 2016: 152). No caso da região estudada, a rigidez locacional   que determina que a região possui “voca o para minera o” devido às características geológicas e a quantidade de minérios existentes no subsolo.

Ao considerar que “as forças econômicas que pesam sobre a determina o dos locais de implanta o dos empreendimentos, e de sua voca o, são aquelas que fazem as indústrias funcionarem: a disponibilidade de matérias-primas, insumos, fornecedores, força de trabalho e logística” (BRONZ, 2016: 153) a afirma o da autora vai de encontro com o que foi explanado por Seu Chiquinho ao afirmar que a explora o de minérios são não está acontecendo, de fato, em virtude da ferrovia Transnordestina não estar em pleno funcionamento, para que haja o escoamento do minério.

De certo modo, percebo também que os discursos das comunidades atingidas estão em constante transforma o, como pude notar nas recentes reuniões em que estive presente. Uma vez que a Associa o do Quilombo Lagoas e demais “enfrentantes da causa da minera o”, aliadas às demais institui es, tem buscado informa es e estratégias para impedir o avanço da SRN Minera o sobre o território. Por muitas vezes ouvi de Seu Cláudio nas reuniões, presidente da Associa o do Território Lagoas, a importância das comunidades se reunirem em associa es na busca do fortalecimento do quilombo, pois a união e a resistência ainda são as ferramentas mais eficazes na defesa de um território.

Embora pareça mais um caso de comunidades que se opõem contra os projetos de minera o, o caso das comunidades atingidas que estão inseridas no Território Quilombola

Lagoas, nos faz refletir sobre como o Estado tem se posicionado perante as questões quilombolas e indígenas, bem como as demais comunidades tradicionais, me refiro em particular a essas por estarem constitucionalmente asseguradas pela Convenção nº169 da OIT e mesmo assim terem seus direitos violados. O fato é que essas comunidades estão dizendo NÃO à mineração, e enquanto não tiverem seus modos de vida assegurados, continuarão reivindicando seus direitos e permanecendo resistentes a esse modelo extrativista que desconsidera as pessoas que habitam e que sobrevivem desse território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar esse trabalho, retomo minha fala do início ao dizer que me senti “afetada” por essa pesquisa. Não somente pelo fato da mineração ser um fenômeno que provoca sofrimento àqueles em que são afetados, mas por perceber que eu não conhecia uma realidade que estava tão próxima a mim, pois apesar de ter raízes em comunidades rurais, ainda assim não imaginava o qual forte é a relação dos quilombolas de Lagoas com a terra. Realizar uma pesquisa antropológica em um lugar que fez e ainda faz parte da minha vivência é, no mínimo, fascinante, assim como constatado por Márcio Goldman (2006: 167) ao dizer que “a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal”, em outras palavras, a alteridade como princípio orientador.

Conforme apresentei nos capítulos dessa dissertação, o Território Quilombola Lagoas tem enfrentado nos últimos anos a problemática da mineração. O “*boom dos commodities*” e a consolidação do neoextrativismo nos países da América Latina provocou flexibilizações nas leis ambientais e ajustes fiscais pelos governos locais e contribuiu com a expansão das fronteiras minerárias. Entretanto, esse processo de intensificação de exploração do minério tem ocasionado uma série de conflitos que em comunidades atingidas, principalmente àquelas que fazem do território seu meio de subsistência, pois o que temos visto é uma atividade que expropria, destrói ecossistemas, elimina economias locais e regionais e ameaça os modos de vida de um território (ZHOURI, 2018).

Diante disso, me propus a refletir, ao longo desse trabalho, sobre o conflito socioambiental decorrente da operacionalização da SRN Mineração no Quilombo Lagoas, ao qual busquei descrever como a mineração chega e se instala no território, além dos impactos socioambientais que são gerados, ambos a partir da perspectiva dos atingidos. Além do mais, quando falamos impactos de mineração, na maioria das vezes, tendemos a pensar em danos ambientais, todavia, ao analisar a forma que a mineração chega ao território Lagoas compreendo que a atividade mineral extrapola a ideia de prejuízo material, afetando principalmente as práticas cotidianas de uma comunidade. Assistir seu território ser invadido e destruído por uma empresa mineradora, ameaçando sua permanência e a reprodução de seus modos de vida, gera medo e sobressalto e, conseqüentemente, o adoecimento – seja por poluição ou por desdobramento psicológico do impacto.

Contudo, o discurso da empresa mineradora é de uma atividade “sustentável” que gerará benefícios econômicos e de menor impacto – conforme demonstrado em seu projeto-, apresentando uma tecnologia inovadora de extração de minério a seco, ou seja, um

processamento que ocorre sem a utilização de água e, conseqüentemente, sem a utilização de barragens de rejeitos. Desse modo, interessa ao projeto da SRN Mineração não somente a extração do minério de ferro, mas a venda do projeto em si e de sua tecnologia sua tecnologia de ponta. Entretanto, “vender” um projeto extrativista como “sustentável” soa de forma agressiva, pois o fato de não se construir uma barragem de rejeitos – responsável pelos maiores desastres ambientais do país – não elimina os impactos socioambientais que a atividade causa nas comunidades afetadas, assim, ao colocar na balança os benefícios e os malefícios de uma mineradora teremos uma diferença discrepante, pois segundo os atingidos, o benefício vem somente para a empresa, deixando os impactos negativos para as comunidades atingidas.

Além disso, a forma que a mineradora chega no território denota uma violação de direitos, isso porque a empresa está pleiteando a licença prévia sem consultar previamente as comunidades afetadas, conforme determina a Convenção 169/OIT. Todavia, alguns moradores do território veem isso como um aspecto positivo – como pude notar nas reuniões – pois, segundo eles, se a mineradora tivesse consultado as comunidades, haveria a possibilidade de os moradores serem iludidos com promessas de “desenvolvimento”, como visto em outras comunidades atingidas, e assim dividir o território entre àqueles que querem a mineração e os que não querem, ocasionando uma fragilidade nos movimentos de resistência.

A partir da reflexão sobre os projetos de minério de ferro no Quilombo Lagoas, e demais comunidades do Território Serra da Capivara, percebo um Estado ambíguo, ora diz que garantirá um território para as famílias reproduzirem seus modos de vida, ora incentiva e permite a operacionalização de grandes empreendimentos nesse território, ficando claro em sua proposta nos Territórios de Desenvolvimento, no qual apresentam mineração, apicultura, agricultura e ovinocaprinocultura em uma mesma região - como exposto no primeiro capítulo deste trabalho. Conforme evidenciado, o Território Quilombola Lagoas está em processo de regularização fundiária, assim, o questionamento que fica entre os quilombolas é se há uma relação entre a morosidade no processo de titulação com a instalação de projetos de mineração dentro do território, todavia, a justificativa do INCRA é de irregularidades no processo.

Todavia, a problemática da regularização fundiária e a operacionalização de projetos minerários dentro do território tem suscitado um processo de reivindicação de direitos pelos quilombolas de Lagoas, transformando-os em sujeitos políticos na luta em defesa dos seus territórios e modos de vida diante das ameaças e violação de direitos que estes tem sofrido nos últimos anos. Assim, em resposta a essas ameaças e invasão desses grandes projetos, a população quilombola tem se mobilizado, fazendo surgir movimentos de luta e resistência – como explanado no terceiro capítulo – afim de terem seus direitos assegurados e seus modos



de vida respeitado, desse modo, as lutas e resistências do Território Quilombola Lagoas se perpetuam em ambos processos – titulação das terras e mineração – pois seus direitos ainda não foram garantidos. Dessa feita, esses atores sociais que sofrem com os efeitos da mineração passam de “vítima” a “sujeitos politizados”, assumindo a posição de atingidos, ou seja, sujeitos que passaram por um processo de formação, mobilização e organização em busca de fortalecimento na luta por seus direitos. Ainda que nesse campo as relações de poder sejam assimétricas, os movimentos de resistência são essenciais na resolução de conflitos.

Vale ressaltar que não só as comunidades Xique-Xique e Cova da Tia estão sendo impactadas pela mineração, os municípios de Dirceu Arcoverde, São Raimundo Nonato, Fartura do Piauí, Anísio de Abreu, Caracol e Capitão Gervásio também estão enfrentando a ameaça de exploração mineral e também estão se articulando para impedir o avanço da mineração, seja por meio de associações comunitárias ou pela mobilização e articulação do MAM.

Para concluir, não poderia deixar de mencionar que, apesar de toda essa conjuntura de incertezas e vulnerabilidade, o que vemos no Território Quilombola Lagoas são pessoas com sentimento de pertencimento, que se vinculam com as relações estabelecidas com o território. A chegada da mineração pode ser entendida, então, como marcador de regime temporal ao passo que estas populações tiveram uma mudança na dinâmica do território, dinâmica esta norteada pelas relações com a terra, o trabalho e a família, e que, a partir do momento que “pessoas de fora” adentram no território, trazem consigo a possibilidade de uma atividade que compromete essas relações e, possivelmente, uma expulsão das famílias que ali habitam. Assim a expectativa dos quilombolas está na titulação de terras coletivas e no seu uso para atividades agrícolas e de criação de animais, como sempre fizeram, não deixando que grandes projetos de mineração se instalem em seu território.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrificio” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro*. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H.; MELO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos De Territorialização E Movimentos Sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais** v.6, N.1 / Maio 2004.

\_\_\_\_\_. Universalização e localismo: Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Reforma Agrária**, ano 19, n.1, p.4-7, abril/jun. 1989.

ARAÚJO, E. R. et al. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F. R. C. et al. **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

ARAUJO, E. R.; FERNANDES, F. R. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. **Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente**. Évora e Rio de Janeiro: Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), 2015.

BALLARD, C.; BANKS, G. 2003. *Resource wars: the Anthropology of Mining*. Annu. **Rev. Anthropol.**, 32: 287–313.

BEBBINGTON, Anthony et al. *Mining and Social Movements: struggles over livelihood and rural territorial development in the Andes*. **BWPI Working Paper 33**, April 2008

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha do Licenciamento Ambiental**. 2 ed. Brasília: TCU, 2007.

BRONZ, D. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

BRONZ, D. BEZERRA, M. O. “Grandes empreendimentos”, administração pública e populações. **Revista Antropolítica**, n. 37, p. 131-136, 2014.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L.H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. **In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

Faria, A. T. D. P. **Comunidade quilombola Lagoas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

FAVRET-SAADA, J. “Ser afetado” (tradução de Paula Siqueira). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FREIRE, B. C. Questões postas ao Território: mineração e comunidades produtoras em São Raimundo Nonato. **In: OLIVEIRA, L. S. R.; FLORES, F. T. (Orgs.) Desenvolvimento Territorial: experiências, articulações e práticas educativas**. Curitiba: CRV, 2018.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

GODOY, R. 1985. *Mining: anthropological perspectives*. Annual. **Rev. Anthropol.**, 14: 199-217.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2003, V. 46 N° 2.

\_\_\_\_\_. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, 2006, vol. X, pp. 161-173.

GOMES, F. S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUDYNAS, E. Extractivismos en America Del Sur Y sus Efectos Derrame. **In: La Revista**, Boletín 76: 13-23; 2015 . Sociedad Suiza Americanistas.

\_\_\_\_\_. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. **In: LÉNA, P.; NASCIMENTO E. P. (orgs.) Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

\_\_\_\_\_. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violências. **Papeles de relaciones ecosociales y cambio global**. N° 143, p. 61-70, 2018.

LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. São Paulo: Edusc, 2012.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnográfica**, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85–103, 2006.

MAGESTE, L. E. C. et al. Território Serra da Capivara: conexões e sentidos do patrimônio cultural. In: OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (Org.). **Sentidos do Patrimônio**: Parque Nacional Serra da Capivara Comunidade São Vitor. Teresina: IPHAN, 2017.

MATOS, S. O. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola**: uma etnografia. Dissertação, Mestrado em Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal do Piauí, 2013.

MATOS, S. O.; MORAIS, M. D. C. Luta política pelo direito ao território (O processo de ordenamento territorial quilombola em Lagoas, Piauí). **IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**, Fortaleza, 2013.

MATOS, S. O.; RODRIGUES, M. S. **Relatório Antropológico de Identificação e Delimitação do Território Quilombola Lagoas**. Texto apresentado ao INCRA-PI: Teresina, 2010.

MEUR, P. Y. *Anthropology and the Mining Arena in New Caledonia: Issues and Positionalities*. **Anthropological Forum**, Vol. 25, No. 4, 405–427, 2015

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Minería en Brasil: problemas, perspectivas y desafíos. In: Marco Antonio Gandarillas. (Org.). **Extractivismo: nuevos contextos de dominación y resistencias**. 1ed. Cochabamba: CEDIB, 2014, p. 133-154

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Inquérito Civil N° 56/2014**, Portaria n.º 56/2014. 09/12/2014.

O'DWYER, E. C. Introdução: os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002,

OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. D. Fazendeiros, Nativos e Cativos na colonização do Sudeste do Piauí: Fazenda São Victor (séc. XVIII e XIX). In: OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (Org.). **Sentidos do Patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara Comunidade São Vitor**. Teresina: IPHAN, 2017.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: ZHOURI, A. (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

RODRIGUES, W. A. Apresentação. In: BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha do Licenciamento Ambiental**. 2 ed. Brasília: TCU, 2007.

SCHMITT, A.; TURATTI, M.C. M.; CARVALHO, M.C.P.de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, n.10, p.129-136, jan./jun. 2002

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39 - 63.

VIEIRA, B. V. F. **Era no tempo do Coronel... “Eu não concordo muito com isso não!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São Victor”, Piauí**. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017.

VIEIRA, B. V. F. **O sítio “Lagoa de São Vitor” sob a ótica da Arqueologia da Paisagem: Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí)**. 2015. 100 f. Monografia - Curso de Arqueologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a antropologia e os antropólogos In: BELA FELDMAN-BIANCO (ORG.) **Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a antropologia e os antropólogos**. Desafios da Antropologia Brasileira. ABA. 2013.

ZHOURI, A. Introdução: Produção de conhecimento num ‘campo minado’. In: ZHOURI, A. et al (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana, ABA, 2018.

ZHOURI, A. Apresentação. In: ZHOURI, A. (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília: ABA, 2012.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. **Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais**. Sociedade Brasileira de Sociologia, GT: Conflitos Ambientais, Territorialidade e Estado, 2004.

ZHOURI, A et. al. O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. et al (Org.). **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana, ABA, 2018.

## REPORTAGENS, SITES E DOCUMENTÁRIOS

CÁRITAS BRASILEIRA. **Grito do Semiárido**: trabalhadores e trabalhadoras da região de São Raimundo Nonato e municípios adjacentes no Piauí. Acesso em 28/02/2018.

CÁRITAS DIOCESANA DE SÃO RAIMUNDO NONATO. **Mineradoras no território Serra da Capivara**. 20/09/2014. Disponível em: <http://goo.gl/SYcw7u>. Acesso em 17/10/2018. Documentário.

INSTITUTO COMRÁDIO DO BRASIL. **O Semiárido Grita**. Disponível em: <http://goo.gl/Xz25PG>. Acesso em: 10/09/ 2018. Documentário.

IBRAM. **SRN vai produzir minério de ferro no Piauí em 2018**. Disponível em: [http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD\\_CHAVE=266813](http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=266813). Acesso em: 04/07/2018.

\_\_\_\_\_. **Estudo do CPRM apresenta variedade mineral do estado do Piauí**. Disponível em: [http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD\\_CHAVE=262837](http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=262837)> Acesso em: 04/07/2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Mapas de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: <http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=569>. Acesso em: 28/02/2018.

**MAM. Movimento pela Soberania Popular na Mineração.** Disponível em: <http://mamnacional.org.br/mam/>. Acesso em: 28/02/2018.

**NMB. SRN deve iniciar projeto de minério de ferro no Piauí em 2019.** Disponível em: [://www.noticiasdemineracao.com/projetos/minerio-de-ferro](http://www.noticiasdemineracao.com/projetos/minerio-de-ferro)> Acesso em: 03/10/2018

**SRN MINERAÇÃO. Projeto SRN - Minério de Ferro.** Disponível em: < <https://www.srnmineracao.com/projeto>> Acesso em: 16/07/2018.